

lic. 389-45

556-1/1

MARIO BRANT

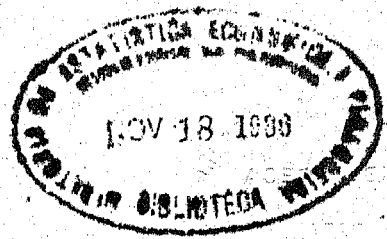
Deputado por Minas Geraes

AS ILLUSÕES FINANCEIRAS

Influencia do papel-moeda sobre o cambio, os preços, a exportação, a producção nacional, os orçamentos, as finanças publicas e o progresso do paiz.

O deficit orçamentario e seus remedios.

DISCURSO PROFERIDO NA CAMARA DOS DEPUTADOS
E EXPOSIÇÃO Á COMMISSÃO DE FINANÇAS



RIO DE JANEIRO
IMPrensa NACIONAL

1921

1982

336.81
13821

1274 4 3 46



ATENA
Passagem de ouro
em 1913

INDICE

DISCURSO :

Page.

A defesa do café	5
A participação do Governo	11
Capital e credito	13
O lastro — café.	15
Ha excesso de papel-moeda	17
A inflação e os preços	19
As emissões e o cambio	30
As emissões e a exportação	50
As emissões e o desenvolvimento do paiz	61
Inflação de ouro	66
A quantidade de moio circulante necessaria	69
Conclusão	84

EXPOSIÇÃO À COMMISSÃO DE FINANÇAS :

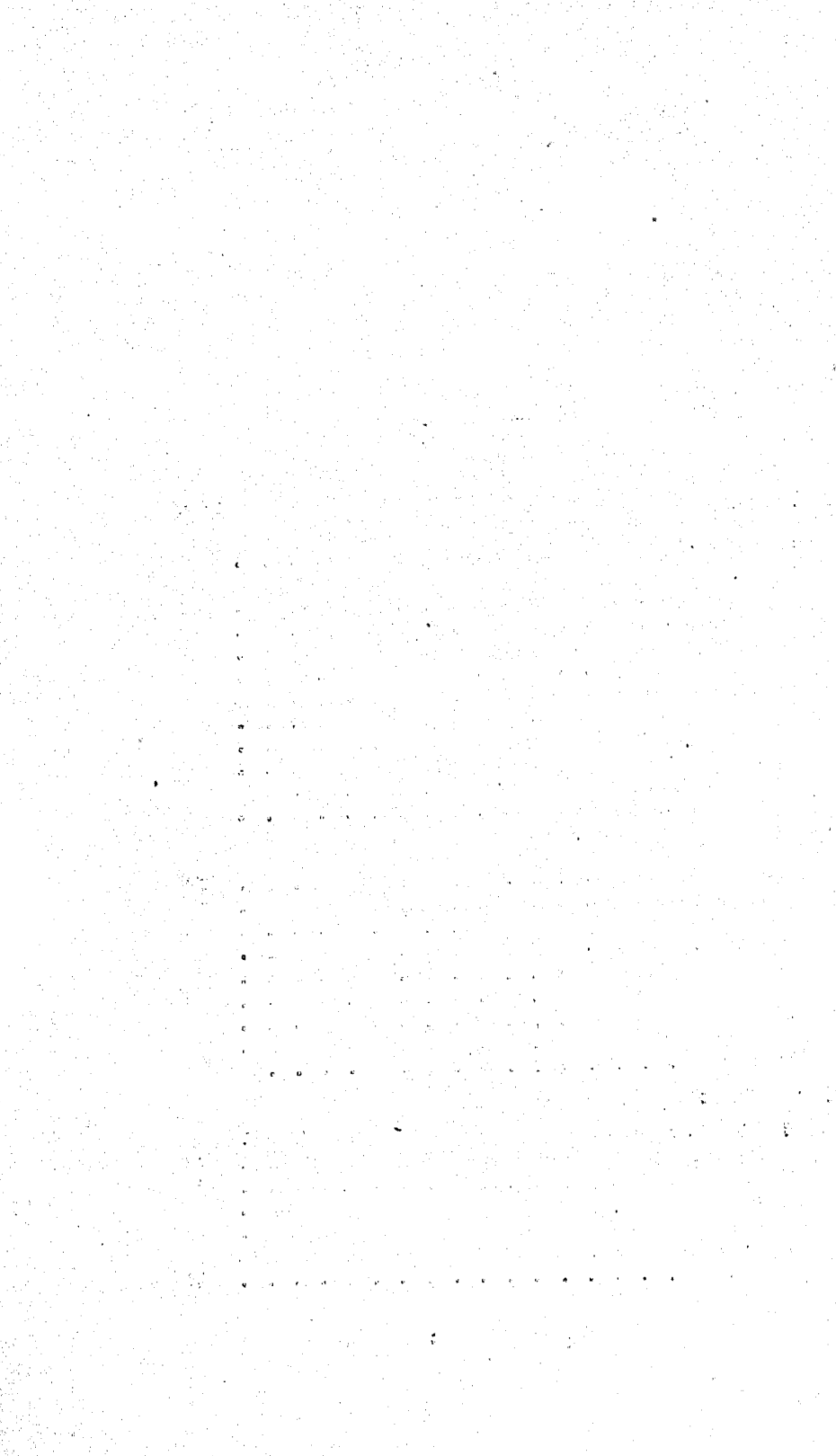
O mal financeiro	89
Saldos que são «deficits»	96
Os remedios — Córtes nas desposas.	102
Impostos.	108
Capacidade tributaria do paiz	111
Impostos de consumo	113
O imposto sobre as vendas	115
Impostos sobre a riqueza.	116
Conclusão	125

GRAPHICOS :

I — Relação entre os «deficits» orçamentarios, emissões de papel-moeda, cambio e excedente da exportação, de 1834 a 1846	43
II — Idem de 1847 a 1920	44
III — Relação entre o moio circulante e o volume da exportação.	56
IV — Relação entre o movimento do cambio e a exportação	60
V — Relação entre o moio circulante e o commercio internacional, em 1913.	76



Atena
Passagem de ouro
em 1913





DISCURSO

PRONUNCIADO

Nas sessões de 7, 8 e 9 de novembro do 1921

A defesa do café

O Sr. Mario Brant — Sr. Presidente, começo invocando a indulgencia de V. Ex. e da Camara para a minha ousadia em intervir na discussão de um dos assumptos, que pela sua natureza, pelo vulto dos interesses que abrangem e pela sua funda repercussão na economia nacional, são habitualmente reservados aos homens publicos de mais competencia e responsabilidade.

Muito hesitei antes de abalancar-me a tratar do projecto de defesa do café, por dous motivos principaes. O primeiro é que tenho a noção clara da distancia que medeia entre a minha incompetencia...

O SR. SAMPAIO VIDAL — Não apoiado.

O SR. MARIO BRANT — ...e a grande autoridade dos delineadores e defensores do plano. O segundo é o retrahimento ingenito que me afasta da tribuna, na qual me sinto canhestro, deshabituaado que sou ao exercicio da palavra publica. A circumstancia, porém, de achar-se em causa um producto que exerce papel preponderante na economia do meu Estado e do paiz, e de estarem preconizadas no projecto medidas contra as quaes se levantam no meu espirito sérias objecções, impelle-me á tribuna, affrontando aquelles dous obstaculos, pelo dever de consciencia de expor á Camara, com a opinião de outros, portadores da autoridade que me falta, e com factos e algarismos, os motivos que ditaram minha resolução.

Entro no debate, Sr. Presidente, com a minha exclusiva responsabilidade, sem ter submittido á censura dos chefes da politica mineira as emendas que venho propugnar, como já lhes não havia solicitado o «placet» para os projectos de impostos que apresentei á Camara em começo do mez findo, ha dias aqui commentados pelo Sr. Deputado Leoncio Galvão. A disciplina, como é entendida no nosso partido, respeita as convicções de seus membros, não lhes diminue a personalidade, não lhes veda, em materias estranhas á politica, as iniciativas que julguem conducentes ao bem publico. Esta declaração, superflua para a maioria da Camara, eu a faço para prevenir novos equivocos e illações incabiveis como as que extrahiu daquelles projectos o nobre Deputado pela Bahia, pretendendo repartir com o eminente Presidente de Minas a responsabilidade de minha attitude. Rejeito, e creio que toda a Camara rejeitará commigo essa concepção canonica da solidariedade partidaria, que converteria os representantes da nação em oblatos dos seus partidos, sem o direito de terem e defenderem suas idéas, esterilizando-lhes o mandato. (*Muito bem.*)

Sr. Presidente — Temos uma tendencia natural a pedir ao Governo o remedio a todos as conjuncturas criticas da economia nacional, como si o Governo não fosse o primeiro a sentir nas finanças publicas a sua repercussão, traduzida em difficuldades ás vezes insuperaveis. A therapeutica official dispõe de alguns medicamentos efficazes, mas estes são amargos e mal accetos pelos reclamantes, que preferem os opiaceos e os unguentos maravilhosos, dos quaes falava o marquez de Cortina, representante da Hespanha na Conferencia de Bruxellas.

A intervenção do Governo no jogo dos factores economicos, com o fim de contrariar—o é, na maioria das vezes, nociva. Não é este, felizmente, o caso do commercio do café, pela situação especial desse producto. Até hoje os lavradores, sem aparelhamento de credito que lhes permita a resistencia e sem organização, se acham completamente desarmados perante os grandes compradores que, em menor numero e mais bem aparelhados de recursos, impõem ao mercado os seus preços. O Brasil produz dous terços do café consumido no mundo, está, pois, em condições de organizar a defesa desse producto.

É necessário, porém, ter em vista que, si a especulação suga a produção cafeeira, não é ella o unico, nem talvez seja o seu principal inimigo. Independente da especulação, outros factores descoroçoam a lavoura não só do café como de outros productos nacionaes: falta de capital, falta de braços, instabilidade dos preços.

A falta de capital é devida precipuamente á impossibilidade em que se acha a lavoura de constituil-o, sob o barbaro regimen dos impostos de exportação, os quaes, com a sobre-taxa, montam mais ou menos a dez por cento do valor do café. O custo de produção, uns annos pelos outros, regula dous terços do preço de venda e com os fretes e commissões, excede ordinariamente essa porcentagem. De modo que o imposto de exportação representa 30 por cento e mais do lucro liquido do fazendeiro. É uma taxaço absurda; não permite ao lavrador accumular reservas que venham a formar depois o seu capital de movimento. É esse o primeiro motivo por que o producto que constitue a riqueza principal do paiz não enriquece os productores, cuja maioria se arrasta entre difficuldades permanentes.

O segundo é a instabilidade dos preços. Esta deriva de duas causas principaes: a irregularidade das safras, que se alternam em annos abundantes e annos escassos, e os cambios erraticos. Vivendo *au jour le jour*, os productores veem-se forçados a dispôr do café o mais cedo possivel para satisfacção de seus compromissos, e o atropello da offerta deprime os preços, que só melhoram quando os supprimentos começam a escassear. A essas oscillações se juntam as oscillações imprevistas resultantes da dansa do cambio, cujas causas exporei daqui a pouco.

O terceiro estorvo da lavoura cafeeira e da produção agricola em geral, a falta de braços, é, como a instabilidade dos preços, devida em grande parte ao regimen da inflacção monetaria em que vivemos, como mostrarei.

A defesa do café consiste, pois, em providencias parallelas: credito agricola, regularização da offerta, saneamento da moeda. Aquelle não poderá ser organizado efficaçmente enquanto o lavrador trabalhar quasi sómente para o fisco e para os intermediarios, porque capitaes não se abonam a quem

delles necessita, mas a quem offerece segurança de os restituir.

A regularização da offerta, porém, é possível de conseguir-se, nomeadamente pelo processo largamente experimentado, seguro, simples e pouco oneroso — o *Kartell*. Nos domínios da produção e circulação da riqueza, nota-se hoje uma tendencia irresistivel á concentração, a qual, nos seus grãos mais avançados, chega á integração. Da integração denominada pelos economistas «vertical», é exemplo a grande industria metallurgica, abrangendo a jazida de minerio, a de carvão, a usina, os meios de transporte. As cooperativas de consumo, os grandes armazens, offerecem exemplo da integração chamada «horizontal». O *Kartell* corresponde a uma phase menos avançada da concentração. Costuma-se confundil-o com o *trust* que é uma organização industrial, commercial e financeira, de vantagem economica e moral discutivel, uma organização de ataque. Não é tão pouco monopolio. O *Kartell* é um méro convenio commercial, para eliminar as asperezas da concorrência entre os productores e defender os preços, deixando áquelles a sua autonomia e liberdade de produção, em quantidade e qualidade. Os Estados modernos, mesmo os que perseguem os *trusts*, tendem a favorecer o *Kartell*, notadamente a Allemanha. O *Kartell* dá estabilidade aos preços, regulariza a offerta, extingue a especulação baixista. No commercio internacional é um instrumento excellente de «contrôle» do mercado externo, como observa Truchy (*Cours d'Econ. Polit.*, 1919, tomo I, pag. 194) que accentúa os beneficios colhidos dessas organizações pela industria allemã, para desenvolver a sua exportação.

Sem autoridade para orientar nesse sentido a defesa do café, incluso, em emendas ao projecto, a adopção facultativa do *Kartell*.

No regimen da livre produção, só esse aparelho póde determinar o preço vantajoso do producto de que possua o «contrôle», de modo a extrahir delle os proventos maximos para a economia nacional. A defesa do café pela retenção de grandes *stocks* é uma pratica fallivel e perigosa. Aos artigos da industria, esse processo é applicavel com menos riscos, porque a sua produção póde ser graduada e sustada no momento opportuno. Mas o café não está neste caso. O mefo

empirico de valorização actualmente empregado, que o projecto visa systematizar, póde acarretar dous efectos contradictorios: redução do consumo entre as classes menos abastadas e augmento da producção pelo desenvolvimento das plantações.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Está em desaccôrdo com os factos. São tres valorizações que demonstram o contrario; e a expansão do consumo revela que não haverá esse perigo.

O SR. MARIO BRANT — E' preciso não esquecer que as duas valorizações anteriores tiveram bom exito principalmente devido á safra escassa de 1911 e á geada ultima, de 1918. Da actual não podemos ainda saber o resultado.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Foram tres as valorizações, todas bem succedidas. Da primeira, o Estado de S. Paulo vaé receber, agora, da Allemanha, avultada importancia que representa os lucros da operação. A segunda, levada a effeito com os 110.000:000\$ de emissão, que a União emprestou a São Paulo. A terceira é a que está sendo realizada com grande brilho. Por isso, digo que os factos estão patenteando exactamente as assignaladas vantagens do processo.

O SR. MARIO BRANT — O certo é que as leis economicas autorizam essa previsão a que alludo, e devemos faze-la, por segurança.

O SR. SAMPAIO VIDAL — As leis tem de corresponder á realidade dos factos. As leis são relações necessarias, derivadas da natureza das cousas; desde que não correspondem á realidade, não são leis.

O SR. MARIO BRANT — Proseguindo, direi que cumpre ainda considerar que a retenção de grandes reservas de uma mercadoria por uma firma em moratoria, de finanças avariadas e credito desfallecente, como o Governo Federal, não é de natureza a sustentar em alta os preços dessa mercadoria, nem a desenvolver o seu commercio, ameaçado permanentemente de abarrotamento do mercado, pela venda do *stock* em emergencia premente para o seu detentor.

No caso de não serem prohibidas novas plantações, naturalmente estimuladas pela defesa do preço, póde vir a succeder a esse producto o que está acontecendo á horracha do Oriente. Dentro de alguns annos é de receiar a superprodução, pois, ainda que a valorização não reduza o consumo (ao

contrario do que indicam a razão e a experiencia), no regimen dos preços elevados este não pôde desenvolver-se na mesma proporção e rapidez das plantações.

As valorizações anteriores teem sido coadjuvadas pela intervenção da Providencia, com a safra falha de 1914 e as geadas de 1918 — elementos que não podem entrar no calculo de um plano commercial, como o do projecto.

O plano mais prudente de defesa do café, consistiria em concentrar as operações para a exportação em um organismo que afastasse a concurrencia entre os lavradores, que se atropellam periodicamente a vender suas colheitas quasi ao mesmo tempo, e supprimissem as oportunidades da especulação baixista, regularizando os preços, procurando quanto possivel estabilizal-os sem insistir em contrariar as condições do mercado, porque as leis economicas teem sancções inelutaveis.

O SR. SAMPAIO VIDAL — O projecto não exclue essas providencias. São complementares.

O SR. MARIO BRANT — Não estou combatendo o projecto, ao qual em principio sou favoravel. Apenas suggiro emendas tendentes, no meu vêr, a melhora-lo. Por isso muito aprecio os esclarecimentos dos apartes do illustre Deputado.

Esse organismo, que proponho, chamemos-lhe Convenio, Cooperativa, ou *Kartell*, estabeleceria o preço para pagamento do productor, em papel, e, para o exportador, em ouro, eliminando, pela elevação gradual deste, á proporção da subida do cambio, o conflicto permanente entre os interesses da lavoura do café, e de outros generos de exportação, que se esforça pelo cambio baixo (pelos proventos, embora transitorios e fallazes que lhe traz) e os interesse geraes do paiz, a começar pelo das finanças publicas.

Mas ainda que prevaleça na defesa do café a orientação opposta, de extrair do producto o rendimento maximo immediato, sem preoccupações quanto á extensão do seu consumo, ainda assim o *Kartell* é o meio mais adequado de attingir esse objectivo.

A' medida que se alteia o preço de um artigo, começa a baixar o seu consumo, continuando a avolumar-se a receita global. Chega um momento em que esta cessa de crescer para entrar a declinar. Este é o *punctum optimum* dos preços,

para os *trusts* industriaes, que podem graduar á vontade a produção.

O schema abaixo esclarece melhor a explicação. Supponha-se uma safra de nove milhões de saccas que, vendidas na média a 60\$, produzem 540 mil contos. Elevando-se gradualmente o preço, o resultado seria, por exemplo, o seguinte:

Preço de sacca	Venda	Montante em contos de réis
60\$000	9.000.000	540.000
65\$000	8.500.000	552.500
70\$000	8.000.000	560.000
75\$000	7.500.000	562.500
80\$000	7.000.000	560.000
85\$000	6.500.000	552.500
90\$000	6.000.000	540.000

Nesta hypothese, 75\$ é o *punctum optimum* dos preços. Encontral-o e fixal-o só é possível tacteando os mercados, por um aparelho central como o *Kartell*.

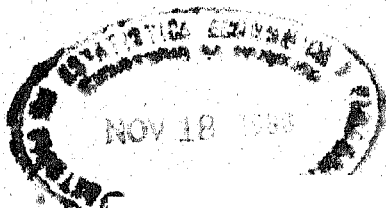
E' este o systema scientifico de estabilisação de preços comprovado por experiencia já larga e victoriosa. Só esta organização permite executar com o maximo resultado aquella das politicas economicas que for adoptada — a do proveito immediato (preço maximo, embora com cerceamento do consumo) ou a do proveito mediato (alargamento do consumo, embora sacrificando o rendimento maximo actual do preço).

Esta alternativa suscita outra questão cujo exame, embora pertinente ao assumpto, nos levaria muito longo e que por isso não abordo neste momento.

São estas as razões pelas quaes preconiso o *Kartell* como a organização mais conveniente para a defesa do café, seja qual fôr a orientação do empreendimento.

A participação do Governo

O projecto estabeleco que a defesa do café será dirigida por um conselho composto dos Ministros da Fazenda e da Agricultura e mais cinco membros nomeados pelo Presidente da Republica.



Vejo nesta organização quatro defeitos graves. Como bem diz o illustre autor do plano, o serviço deve ser dirigido por homens competentes e perfectos conhecedores do assumpto: e pôde acontecer que não se achem neste caso os Ministros da Fazenda e da Agricultura. Nem se diga que a funcção do Ministro se limita a vetar as resoluções do Conselho. Para exercer essa funcção é necessario conhecer perfeitamente o assumpto, e ainda que para tal lhe sobrasse competencia, faltaria o tempo.

A segunda objecção é mais seria que a primeira. Pôde dar-se o caso de vir a occupar a pasta da Fazenda um Ministro que discorde do systema de defesa do projecto e interprete a lei no sentido das doutrinas liberaes, abstando-se de intervir na formação dos preços, vetando deliberadamente a retirada do café do mercado ou permittindo apenas a retenção de quantidades tão exiguas, que inutilize o plano e contrarie o objectivo da operação.

O SR. SAMPAIO VIDAL — A redacção do projecto é bastante clara, nesse ponto. O *veto* do Ministro apenas attinge as deliberações contrarias ás disposições expressas da lei.

O SR. MARIO BRANT — Supponha V. Ex. que o Conselho resolva, em certo momento, a retirada do mercado de um grande *stock*, e o Ministro *vete* essa resolução.

O SR. SAMPAIO VIDAL — O *veto* não pôde ser exercido senão sobre deliberação que contrarie disposição expressa da lei. A warrantagem, a compra, se contém na disposições expressas. Se o Conselho deliberasse applicar o dinheiro em cousas differentes, por exemplo, em desconto de letras, então sim, o Ministro poderia vetar; mas, desde que o Conselho resolva applicar o dinheiro em cousas que não contrariem disposições expressas, não poderá ter logar o *veto*. O *veto* é restricto. Fóra disso, desaparecia o Conselho. A deliberação e execução das intervenções nos mercados são privativas do Conselho. O Ministro não pôde vetal-as.

O SR. MARIO BRANT — O terceiro inconveniente que enxergo na subordinação desse serviço á União é a exigencia dos productores de outros artigos, de que se lhes estenda o mesmo processo de defesa, sem attenderem a que, se podemos exercer o «contrôle» sobre o preço do café, pela circumstancia de conservarmos o quasi monopolio da sua produ-

ção, não nos é absolutamente possível influir, por exemplo, no preço da borracha, que ha de ser ditado, sem appellação, pelas plantações aziaticas, actualmente em crise de superprodução, ou no do assucar, do cacáu, etc., pois não está absolutamente nas nossas mãos subtrahil-os ao jogo da concorrência.

Finalmente receio ver o Governo da União superintendendo e dirigindo uma organização que o illustre autor do projecto assimila, e muito bem, a um escriptorio commercial. Os Governos, quando accumulam suas funções com as de industrial ou negociante, sacrificam sempre o interesse commercial ao interesse politico, quando estes entram em collisão, o que é frequente. Além disso não é aconselhavel associar a responsabilidade do Governo Federal á sorte de um empreendimento que, pelo facto de ser humano, não é de exito infallivel, e pelo facto de ser commercial é de sua propria natureza aleatorio, por maiores que sejam as probabilidades de bom successo. Não convém calar outra consideração, a de que achando-se á testa de um empreendimento commercial de elevação ou manutenção do preço de um producto de largo consumo nos paizes mais importantes, o Governo está sujeito a reprezalias aduaneiras contra as quaes lhe falleceria autoridade e força moral para protestar.

Por todas estas razões e ainda por motivos politicos sobre os quaes não desejo insistir, julgo preferivel limitar a participação do Governo, no funcionamento dessa empresa, á fiscalização por pessoa de sua confiança, competente e avisada, para garantir a applicação prudente dos fundos fornecidos pela União. E' esse o objectivo collimado pelas emendas que apresento aos arts. 1º e 2º do projecto.

Capital e credito

O illustre autor do parecer preconiza a emissão de papel-moeda para constituir o fundo da defesa do café porque "só assim poderemos obter o grande capital necessario, sem o enorme encargo de juros".

São dous equivocos na mesma sentença. Nem papel-moeda é capital, nem constitue emprestimo gratuito. Ao contrario, é o meio mais oneroso que se conhece de recurso ao

credito, cujos juros são pagos em tresdobro pela economia nacional e pelo Thesouro, sob a fórma de differença de cambio nas suas despezas em ouro.

A confusão de papel-moeda com capital origina-se de noções erroneas sobre o capital e o credito — illusão que tem sido fatal ao desenvolvimento do paiz, e que já é tempo de abandonar..

Desde o começo do seculo passado, a catastrophe do systema de Law demonstrou á França e á Europa que o credito só pôde assentar no capital, que não pôde substituil-o, e muito menos creal-o. E que é o capital? é uma parte da riqueza poupada ao consumo do seu dono e destinada á producção. A fabrica, a charrua, o barco, o animal de tiro são capitaes que se denominam "fixos", porque produzem riquezas sem ser transformados ou consumidos. As manufacturas, a materia prima, os mantimentos, a mercaderia que serve de intermediaria nas trocas — a moeda metalica — são capitaes circulantes porque são transformados, escambados ou consumidos para produzirem outras riquezas. Credito é a permissão que o detentor de capitaes dá a outrem para que use delles proficuamente, restituído-os em especie ou em valor. Por conseguinte só pôde conceder credito quem dispõe de capital; e o governo não está nesse caso. Emitta-se — respondem-nos. Mas esta solução do problema é ficticia. A emissão não cria capitaes.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Com que foram creados os 800 milhões de pés de café de S. Paulo, que valem mais de 2 milhões de contos, mais que toda a circulaçáo actual?

O SR. MARIO BRANT — Com o trabalho dos paulistas e...

O SR. SAMPAIO VIDAL — Com papel-moeda. Foi nessa moeda que se pagou o trabalho das plantações.

O SR. MARIO BRANT—... com capitaes accumulados pela economia : viveres e vestuarios, etc.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Os 800 milhões de pés de café, em S. Paulo, foram creados com emissão.

O SR. MARIO BRANT — *Ex nihilo, nihil fit.*

O SR. SAMPAIO VIDAL — Todas as riquezas nacionaes não provieram de outra cousa, porque ouro não temos. A emissão, com applicação reproductiva, nunca deu prejuizo; emissão para fazer face a *deficits*, essa, sim, é um desastre..

O SR. MARIO BRANT — No dia seguinte a uma emissão de milhões, a riqueza publica não está augmentada de uma fabrica, de um kilo de materia prima, de uma peça de numerario. No entanto, as emissões sobre nada tem algum valor..

O valor dessas cedulas não se extrahê do vacuo. De onde sae então elle ?

E' subtrahido ao meio circulante. E' um emprestimo forçado e sem juros convencionaes, tomado ao salario dos operarios, aos vencimentos do funcionalismo, ao soldo do Exercito e da Marinha, a todos os que recebem em papel moeda o producto de seu trabalho, a todos os credores nacionaes, aos capitalistas, aos trabalhadores e ao publico em geral, em beneficio dos productores de café.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Note-se que, em certo ponto, concordo com V. Ex., porque só comprehendendo a emissão que corresponda a um valor real, que corresponda, no caso especial, á sacca de café, que reputo ouro.

O SR. MARIO BRANT — E como a emissão não retornará ao Thesouro senão para ser de novo posta em circulação, pois que a defesa tem character permanente, é peor do que um emprestimo forçado — é um confisco.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Mas as notas são incineradas, e a sacca de café se converte em ouro ou em cambial ouro..

O SR. MARIO BRANT — A nota entra por um *guichet* do banco para ser incinerada e sae no dia seguinte pelo outro, para a compra de outra sacca.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Mas a outra sacca tambem é ouro.

O SR. MARIO BRANT — Para que não se dêsse inflacção, seria necessario recolher e incinerar tambem as notas que pagaram os mantimentos, vestuario e outros bens consumidos na produccão do café.

O lastro café

Costumam dizer os inflaccionistas que a aversão ao papel-moeda é uma seita, uma religião, e que com os obsessos de «terror mystico» que elle inspira não ha discutir. Mas que religião é essa que não reconhece dogmas, não admittê thauma-

turgos, não cre nos illuminados que lhe promettem a bemaventurança por obra e graça das machinas de imprimir, para só crer nos factos, nos algarismos, na experiencia diuturna e universal? Seita será o inflaccionismo, cuja fé não se abala ante a evidencia dos factos, que acredita nos milagres do papel pintado, que tem a sua eucharistia no dogma da transubstanciação da cellulose em ouro.

Os russos morrem de fome entre montões de rublos; a Austria asphyxia-se afogada em corôas. A lição não lhes aproveita, porque as leis economicas que imperam no resto do mundo não agem no Brasil...

Os inflaccionistas moderados admittem que a emissão pura e simples é nociva, mas não assim a emissão sobre lastro café. Seu raciocinio é este: o café vale ouro, por conseguinte a emissão sobre café é tão garantida como a emissão sobre ouro. Este raciocinio é um erro de logica, uma *ignoratio elenchi*. A conclusão extravia-se da premissa. Não é o valor da garantia que assegura e mantém o valor do bilhete. Porventura, a França, com as suas riquezas, não vale 38 bilhões de francos? No entanto os bilhetes do Banco de França, garantidos pelo credito e pela fortuna nacional e mais por 5 e meio bilhões de ouro, e 275 milhões de prata, estão depreciados de 61,5 %. O franco papel vale apenas 7,3 centavos do dollar, em vez de 19, que é a sua paridade. Haverá moeda mais garantida do que a *currency note* do Thesouro da Grã Bretanha, cujo montante de 325 milhões esterlinos está lastreado por um fundo de resgate de 48 milhões, e pelo credito da Inglaterra, com seus orçamentos equilibrados, a divida publica a diminuir, a honra e a riqueza nacional hypothecadas ao seu pagamento? Offerece a libra ingleza garantias menos solidas que o florim da Holanda, a corôa da Suecia, o franco helvético, o bolivar de Venezuela, a piastra do Egypto e o yen Japonês, que teem agio actualmente sobre aquella moeda? No entanto, a moeda ingleza está desvalorizada de 24 %. Uma £ vale \$3.70 em de \$4.86. E' que o valor da moeda fiduciaria, que é uma promessa de pagamento, está em relação com o numerario destinado a esse pagamento, e não com os bens do emissor, estejam ou não cautionados á satisfação da divida; consistam elles em palacios, navios, mercadorias, café ou qualquer outra. Factores ha, como

o jogo dos pagamentos internacionaes, que modificam esse valor para mais ou para menos. Mas o que demonstra a experiencia universal e resalta com evidencia das noções mais elementares sobre a moeda e suas funcções, é que a unica mercadoria que se presta para lastro de emissões é o metal amarello, porque é a unica que tem valor estavel, accettazione universal, pequeno volume, facilidade de transporte, conservação indefinida.

Se fosse possivel lastrear uma emissão de bilhetes com outra cousa que não ouro, pensam os Srs. Deputados que essa maravilhosa descoberta teria ficado reservada a nós brasileiros? Em todos os paizes existem financistas, homens de Estado, banqueiros, e ha dous seculos que todos elles dão tratos á mente para descobrir um substituto do ouro na lastração da moeda fiduciaria. A França experimentou os «assignados» garantidos pelos bens do clero; a Italia, a «obrigações ecclesiasticas» e muitos paizes a emissão sobre titulos do Estado. Neste erro incidiram até os Estados Unidos, não porque os seus estadistas alimentassem a illusão de garantir uma divida com outra divida do mesmo devedor, mas porque foi esse o unico meio que se lhes deparou de custoearem a guerra de Sesseção.

Ha excesso de papel moeda

Não ha neste momento escassez de dinheiro disponivel para operações vantajosas, mas falta de confiança naquelles que os sollicitam aos bancos. Os cofres destes acham-se abarrotados de papel-moeda. Os encaixes veem seguindo esta progressão, nos ultimos cinco annos:

1917 em 30 de setembro	366.876:000\$000
1918 em 30 de setembro.....	451.465:000\$000
1919 em 30 de setembro.....	504.267:000\$000
1920 em 30 de setembro.....	754.214:000\$000
1921 em 31 de março.....	956.990:000\$000

O SR. SAMPAIO VIDAL — Entretanto, as crises de numeraria tem suffocado e dado prejuizos enormes á Nação.

O SR. MARIO BRANT — Os ultimos algarismos parciaes publicados referentes a setembro mostram que continúa a congestão das caixas dos bancos. O milhão já foi attingido, sinão

excedido. E a carteira de descontos, contrariando o jogo dos factores economicos, lançou na circulação um jorro de 200 mil contos !

O SR. SAMPAIO VIDAL — Apesar de tudo isso, continuam as crises de numerario a asphyxiar a producção e o commercio, accumulando fallencias e continuos desmorcamentos na economia nacional.

O SR. MARIO BRANT — O medico que, chamado a acudir um plethorico, atacado de congestão de um orgão central, abraisse um dos vasos do doente e por elle lhe transfundisse na circulação alguns litros de sangue, commetteria um erro funesto. E' esta, entretanto, a therapeutica que estamos applicando ao organismo nacional.

O SR. SAMPAIO VIDAL — A verdadeira therapeutica é fazer com que o organismo funcione bem, que a hydraulica do coração funcione perfeitamente e forneça o sangue regularmente. E' isso que não temos na nossa economia social, é a falta do elasterio que só assegura uma boa organização bancaria. Dão-se essas congestões nos bancos, ficando a economia nacional a morrer por falta de recursos.

O SR. MARIO BRANT — Tambem na França, a retracção do credito suscitou reclamos por novas emissões do Banco de França. Mas eis como a essas pretensões respondia André Liesse no *Economiste* (mars 5, 1921): «Si elles (les banques) refusent de fournir des ressources à des operations qu'elles jugent aleatoires, pourquoi ces risques seraient-ils pris par notre grand établissement d'emission, dont nous avons des raisons superieures, suprêmes, peut-on dire, de conserver le credit et le prestige?» Linhas atrás diz o mesmo economista:

«Lorsqu'on s'abandonne au dangereux mirage de l'inflation fiduciaire, on va inconsciemment jusqu'au bout, et l'on sait ce qu'est l'aboutissant fatal vers lequel on est attiré. L'histoire est là, implacable et brutale, pour le demontrer par les faits.»

Os clamores surgiram tambem nos Estados Unidos, quando o encurtamento do credito fez cahirem os preços de trinta e quarenta por cento. O *National City Bank*, esclarecendo os seus clientes, dizia-lhes no Boletim de janeiro do corrente anno: «A banker is under obligations to the customers who provide the funds in his custody, and to make the most equita-

ble and helpful distribution in his power, but it is a mistake to suppose that he has the power to grant credit at will.» «A bank of itself does not create wealth. It is not an industry; it does not carry on production, and cannot of itself supply wealth to the community.» «It is important to keep this in mind, because whenever people begin to complain that the banks or the government should make money easy, it is time to utter a warning.»

Na Inglaterra a crise commercial levantou a mesma celexuma. Pullularam na imprensa os conselheiros, que não tiveram animo de propôr o augmento da circulação, mas reclamaram contra a disposição do governo de desinflar o meio circulante, disposição traduzida no inicio do seu resgate. Os banqueiros intervieram com seu alvitre, em uma mensagem ao governo, assignada por vinte e seis nomes do maior conceito na alta finança. E o que pediram ao governo foi simplesmente que se abstinhesse de intervir nos negocios do commercio. Eis um topico desse manifesto que merece lido e relido neste momento: «Political interference with the natural course of commerce without regard to economic laws, invariably does mischief. British trade needs nothing so much for its recovery as freedom to deal with its own difficulties, to study and provide for its own interests and to work out its own salvation.» (*The Economist, London, may 14, 1921, pg. 964*).

A inflacção e os preços

Ao abordar este assumpto, é mister recordar noções elementares sobre a moeda, que tão baralhadas andam neste momento. A moeda é um peso de metal cunhado e acceto por consenso geral, e pela lei, como mercadoria intermediaria para os pagamentos. A insufficiencia da moeda metallica para mobilizar a riqueza crescente das nações suscitou a idéa de crear-se um vehiculo juridico para essa mobilização. Esse vehiculo é o bilhete bancario, promessa de pagamento, cujo valor repousa na confiança de que este será satisfeito, quando exigido. Dahi a denominação de moeda fiduciaria, do latim «fiducia», confiança.

A moeda metallica, mercadoria que é, não deve em theoria escapar á lei da offerta e da procura. A experiencia cons-

tante e universal demonstra que assim succede de facto. Quanto á moeda fiduciaria, considerando-se esta um valor cobravel sobre o conjunto da riqueza social, o seu valor está em relação com o valor dos bens que ella representa. «Si, diz Truchy (Cours d'Econ. Polit., 1919, vol. I, pg. 430) permanecendo o mesmo o conjunto da riqueza sobre a qual são pagaveis estes *bonus*, o numero destes augmenta, como deixará de minguar a parcella de riqueza representada por cada *bonus*? e si o seu numero diminue, como deixará essa parte de augmentar?»

Eis ahi o fundamento da theoria quantitativa, que é verdadeira, si não lhe quizermos dar a formula mathematica em que é ás vezes apresentada, que «o valor da moeda é inversamente proporcional á sua quantidade.»

Os phenomenos economicos não são susceptiveis, pela sua complexidade, de uma demonstração numerica precisa. Póde tornar-se extensivo a elles o dito de Dean Swift relativo aos impostos alfandegarios: «Na arithmetica aduaneira dous e dous nem sempre fazem quatro». Aliás, a precisão mathematica nem sempre se encontra nas sciencias chamadas positivas, porque ha varios factores de ordem secundaria, que escapam á apreciação exacta, e que influem na apresentação dos phenomenos.

Sempre que, em um paiz, se augmenta a quantidade de moeda ou credito, não havendo accrescimo equivalente na riqueza nacional, a moeda soffre uma depreciação que se traduz na alta dos preços. Si o meio circulante diminuo, a moeda valoriza-se, os preços baixam. E' evidente que um accrescentamento de moeda póde coincidir com um augmento da riqueza publica e, si ha equivalencia entre os dous accrescimos, os preços não se alteram. Os bancos emissores de bilhetes conversiveis exercem essa função, de proporcionar a quantidade da moeda fiduciaria ás necessidades da circulação da riqueza, e é esse exactamente o seu grande titulo de merito. O papel-moeda, ao contrario, provoca sempre inflação, ainda que emittido como remedio a pressões monetarias. Porque neste caso, como o seu valor não assenta sobre ouro, tem de ser tomado per emprestimo ao meio circulante, reduzindo a capacidade acquisitiva de cada unidade deste, e o problema só recebe uma solução apparente.

Emissão de papel-moeda para fomentar a produção é contrasenso. Para produzir é necessario consumir, e uma medida cujo primeiro effeito é depreciar a moeda, reduzindo a capacidade acquisitiva dos consumidores, diminuindo o rendimento e o estimulo do trabalho, o que causa é declinio e não incremento da produção. Houvera ainda quem pudesse entreter essa illusão e bastaria, para seu desengano, lançar os olhos ac Paraguay, onde a fartura de papel-moeda aviltou a produção ou á Russia, onde a abundancia de rublos destruiu os incentivos do trabalho, desalentou os camponezes que se limitaram a plantar apenas o sufficiente para o proprio sustento e acarretou a fome que está dizimando aquella nação infeliz.

Em toda parte, nos periodos de inflação, se ouvem vozes que contestam a sua existencia e que attribuem a alta de preços á diminuição dos productos. Esses taes admittem a influencia da cópia e da escassez sobre o valor das mercadorias, mas negam-na, com singular incoherencia, sobre o valor da moeda, que é mercadoria como as outras. Essa doutrina não é privativa dos nossos economistas, a quem, por symetria litteraria, chamarei "romanticos" em opposição a "classicos", epitheto que arrevesam como uma pécha sobre os que bebem a lição economica na experiencia, na estatística, na historia e na realidade dos factos, em vez de a destilarem nos alambiques da fantasia. Já ha dous annos (*Litt. Digest*, august 23, 1919), o professor Cassel, da Succia, dizia: "A inflação tem sido sempre, quando se manifesta, negada pela maioria dos homens praticos. Na época actual, da maior inflação monetaria que a historia já viu, todas as nações se negam a reconhecer a depreciação de sua propria moeda, embora comprehendam claramente a da moeda estrangeira". Um anno depois, na Conferencia de Bruxellas, este sabio economista observava (*Actas*, tom. V), analysando as causas da alta dos preços: "Si a quantidade de productos em existencia soffreu uma diminuição de algumas dezenas por cento, o aumento dos meios de pagamento, ao contrario, avultou de algumas centenas por cento. A escassez dos productos tem, por consequencia, do ponto de vista monetario, importancia muito menor do que a geralmente attribuida a esse factor".

Na Inglaterra tambem surgiu a idéa, que não sei si nos veiu de lá importada, de que a inflacção foi effeito e não causa da alta dos preços. Eis como rebatia esse erro o *Economist* (March, 19, 1921): "Sob o systema monetario dos Estados modernos, a alta de preços é inimaginavel (*inthinkable*), sem que se verifique *préviamente* inflacção da circulação. Nenhum pedido de preços altos póde elevar effectivamente o valor das cousas, si não ha os meios correspondentes de pagal-as. Dizer que o augmento do meio circulante é effeito e não causa da inflacção dos preços, indica uma erronea concepção do termo *preço*. No seu sentido economico, preço não é uma etiqueta arbitraria posta a uma mercadoria pelo dono, mas o seu valor de troca".

O SR. BENTO DE MIRANDA — Mas, V. Ex. não póde negar que com essa mesma grande massa de papel-moeda os preços cahiram, em dado momento, de mais de 30 %.

O SR. MARIO BRANT — Crise, proveniente da inflacção.

O SR. BENTO DE MIRANDA — Com a mesma massa de papel-moeda os preços cahiram.

O SR. MARIO BRANT — Mas, cahiram apenas de 30 % sobre um augmento, em média, de 300 %. Consequencia, como disse, da inflacção que, depreciando a moeda, reduz a capacidade de compra do consumidor, provoca a depressão do commercio e uma baixa de preços, que nunca chegam, entretanto, ao nivel anterior.

Irving Fisher, o eminente professor da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, mestre dos mestres em assumptos monetarios, teve tambem de rebater, naquelle paiz, o equivoco de que a carestia provinha da escassez de mecadorias. "A alta quasi universal de preços — diz elle — (*Magazine of Wall Street*, august, 2, 1919), não póde ser attribuida á escassez. Nos Estados Unidos, emquanto alguns artigos se tornaram escassos, inclusive certos generos alimenticios, a massa geral dos productos augmentou em consequencia da guerra. As materias primas empregadas no paiz em 1918 excederam de 16 % ás de 1913 e 8 % ás de 1917. A verdade é que as principaes causas da alta de preços, nos tempos de guerra, são monetarias". Depois mostra que a subida dos

preços corresponde em toda parte ao augmento da inflacção, citando a ordem em que o phenomeno se observava naquelle momento em diversos paizes, a começar dos menos para os mais inflados: Índia, Australia, Nova Zelandia, Estados Unidos, Canadá, Japão, Suecia, Suissa, Dinamarca, Italia, Hollanda, Inglaterra, Noruega, França, Alemanha, Austria e Russia". E acrescenta: "As altas e baixas dos preços correspondem aos altos e baixos do meio circulante. Através de toda historia assim tem sido". "Nos Estados Unidos a curva da quantidade de dinheiro em circulação corre continuamente parallela com a curva dos numeros indices dos preços, esta acompanhando aquella á distancia de um a tres mezes." E termina a sua irrespondivel demonstração: "E' curioso que, em cada periodo de inflacção verificada neste paiz, o povo precise ser reeducado. Os desastres do papel-moeda colonial e continental foram esquecidos pela geração da guerra civil, e as calamidades dos *greenbacks* desta se obliteraram na memoria do povo, na ultima guerra".

Seis mezes depois do armistício houve nos Estados Unidos um momento de abalo nos negocios, na expectativa da queda dos preços, que era considerada fatal. Os boletins dos bancos annunciavam a baixa e o serviço de estatística da Camara de Commercio manifestava espanto de que elles continuassem altos *without any reason under the sun*. Houve nessa occasião a Conferencia de Governadores e Prefeitos na White House, e o professor Fisher, chamado a pronunciar-se sobre o assumpto, declarou que, tanto quanto lhe era possível prever, pelas leis economicas, persistiria ainda a ascensão dos preços durante mais ou menos um anno, para então verificar-se uma pausa e começar a depressão. Annunciando a crise, com precisão quasi mathematica (porque a inflacção dos preços continuou por 14 mezes, para então abrir-se a phase actual de depressão) o sabio economista adduzia as razões que tinha para sua previsão, e que eram as seguintes:

- a) a importação de ouro nos Estados Unidos, proveniente de compras e pagamentos europeus, por haver terminado o regimen de vendas a credito, estabelecido durante a guerra;
- b) a politica monetaria dos Federal Reservé Banks, mantendo baixas taxas de desconto, o que aggravava a inflacção mone-

taria com a inflação de credito. Em artigo recente (*The American Rev. of Rev.*, July 1921, pag. 68 *passim*) Irving Fisher relembra estes factos e frisa a sua confirmação, accrescentando que "A presente depressão é realmente uma das peiores que o paiz jamais viu. Assim não se reconhece porque ella não tomou a feição dramatica de um panico, como tem sido usual nas nossas grandes crises, graças ao systema da Federal Reserve".

A opinião dos economistas sobre a inflação de preços, como effeito da inflação monetaria, é uniforme. Em 1920 o eminente Sr. Vissering, delegado da Hollanda á Conferencia de Bruxellas, relatando as conclusões da Commissão Monetaria da qual era presidente, fazia essa affirmacão. Gide, alludindo ás causas da alta dos preços durante a guerra, menciona algumas de importancia secundaria, attribuindo a primazia á inflação monetaria, e accrescenta "Mas, quando após a guerra (este passo era escripto em 1917) cessarem de agir estas causas, e a superabundancia de papel-moeda, se os governos a não puderem baixar ao nivel antigo, se fizer sentir isolada, é provavel que a theoria quantitativa encontrará nova e grandiosa confirmação" (*Cours d'Econ. Polit.*, ed. 1920).

Mas quero aqui dar uma boa nova aos nossos papelistas. Ha um economista que ainda não alcançou, talvez injustamente, notoriedade, o qual nega relação de causalidade entre o augmento do meio circulante e a alta dos preços — o que é a mesma cousa. Esse autor é Domenico Berardi, professor de Bolonha, na sua obra "*La Moneta nei suoi Rapporti Quantitativi*" (Turim, 1912). Diz elle que "la dottrina quantitativa, anzitutto, é smentita dai fatti" (pag. 98). Mas os factos com que sustenta a sua these limitam-se a "um exemplo". «Un esempio che vale per tutti gli altri possibili». E donde tira este exemplo? da Italia? Não. Dos Estados Unidos. Das estatisticas e da historia monetaria americana? Tambem não. O exemplo lhe vem de segunda mão, da obra de um outro autor.

Estê professor, que opina sobre questões monetarias dos Estados Unidos, sem ter versado os trabalhos de Fisher, não receberá o labéo de classico. E' um romantico que não baixa ao terra a terra dos factos. O que mostra a propriedade da

expressão ingleza applicada á litteratura dos românticos (mesmo economistas) — litteratura de ficção.

Exposta, que está, a opinião dos economistas, passarei do argumento de autoridade, ao argumento arithmetico. Ao lado das opiniões, os factos. O quadro que apresento foi extrahido de documentos officiaes, da Conferencia de Bruxellas, completado, quanto ao Brasil, com numeros indices que organizei sobre quatro grupos: alimentação, tecidos, vestuario (inclusive calçados) e miscellanea (inclusive combustivel, mobiliario, etc.) Meus numeros indices não são rigorosos, embora os tivesse extrahido de publicações officiaes e de informações colhidas nas principaes casas de commercio de cada grupo, porque estas informações, em alguns casos variam sensivelmente. Entretanto offerecem approximação sufficiente para demonstrar a correlação entre a carestia e as emissões de papel-moeda. Esse quadro confirma nas suas linhas geraes, a observação de Fisher, que a ordem do encarceramento da vida segue a ordem do augmento do meio circulante. O paiz, dentre os comparados, em que os preços mais se elevaram, a Italia, foi aquelle em que o meio circulante augmentou em maior proporção. O segundo lugar cabe á França. O terceiro á Suecia. A correspondencia numerica não se observa rigorosamente em outros casos, pela interferencia de factores que não são difficeis de descobrir. Por exemplo, a Inglaterra é o quinto paiz na ordem da inflação e o quarto na do encarceramento. Mas é facil atinar com o motivo. E' que as "currency notes", pela lei de Gresham, afugentaram da circulação as notas conversiveis do Banco de Inglaterra, como aqui succedeu em agosto de 1914 com as notas da Caixa de Conversão. Os Estados Unidos soffreram inflação menor que o Brasil, e maior alta de preços. E' natural que assim succedesse, porque a velocidade da circulação é maior nos Estados Unidos, como maior é a quantidade dos meios supplementares de pagamento.

QUADRO N. 1

Augmento do meio circulante e dos preços, em janeiro de 1920, tomando para base, 100, o periodo immediatamente anterior á guerra

PAIZES	Meio circulante em relação a 1913 o/o	Preços em relação a 1913 o/o
Reino Unido	250	317
França	378	425
Italia	649	457
Canadá	209	233
Japão	281	301
Suecia	312	317
Estados Unidos	172	219
Brasil	192	202

Este outro quadro (n. 2) mostra a relação que se observou entre o augmento dos preços e o augmento da circulação, cada anno, em confronto com o anno anterior.

QUADRO N. 2

Augmento dos preços e das emissões de bilhetes bancarios e notas do Governo em cada anno, em relação ao anno immediatamente anterior, tomado como base 100

PAIZES	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Reino Unido:							
Circulação	100	252	186	137	137	152	113
Preços	100	110	129	130	120	106	120
França:							
Circulação	100	175	133	125	134	135	123
Preços	100	116	146	122	150	116	120
Italia:							
Circulação	100	129	141	125	161	136	134
Preços	100	101	169	137	156	120	123
Suecia:							
Circulação	100	130	108	127	137	142	92
Preços	100	116	125	128	132	139	97

PAIZES	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919
Estados Unidos:							
Circulação	100	101	108	114	121	104	110
Preços	100	100	101	123	142	111	109
Canadá:							
Circulação	100	118	115	113	133	116	105
Preços	100	100	118	129	124	113	102
Japão:							
Circulação	100	90	112	140	138	138	136
Preços	100	91	119	122	127	128	135
Brasil:							
Circulação	100	109	101	124	122	121	102
Preços	100	111	119	122	115	107	103

Por este quadro se vê, primeiro, que a um augmento de circulação corresponde sempre, dentro do anno, augmento de preços; segundo, que a um acrescimo avultado no meio circulante acompanha alta considerável nos preços, ao passo que a inflação monetaria, menos vultuosa, acarreta alta mais moderada. O prazo em que a inflação repercute nos preços é variavel. Irving Fisher observou que, nos Estados Unidos, varia de 4 a 12 semanas. Sem aparelhamento de credito tão perfeito, o Brasil experimenta os prejuizos das emissões com mais tardeza. Mas experimenta-os fatalmente, como succede em toda parte.

Actualmente a Europa se acha afogada em um diluvio de papel-moeda, cujo valor nominal excede o de todo ouro extrahido no mundo desde o descobrimento da America. Eis a proporção em que augmentou a circulação de varios paizes, de 1914 para junho do corrente anno:

QUADRO N. 3

Meio circulante de cada paiz (omitidos 000) e respectivo lastro ouro, antes da guerra e actualmente

PAIZES	1921 (maio - junho)				1914			% do aumento de circulção, de 1914 para 1921
	Unidade monetaria	Prata e papel	Ouro	% do ouro	Prata e papel	Ouro	% do ouro	
França.....		38.375.243	5.519.406	14,3	5.811.875	3.730.000	64,1	560 %
Espanha.....		4.242.291	2.485.000	58,5	1.901.000	521.000	27,3	423 %
Japao.....		1.447.384	1.281.000	111,0	362.000	221.000	62,7	214 %
Allemanha.....		71.838.000	1.092.000	1,5	2.043.000	1.313.000	65,2	3.468 %
Italia.....		—	—	—	1.556.000	1.221.000	78,4	—
Belgica.....		6.160.000	335.000	5,4	943.000	332.000	35,2	653 %
Austria.....		44.244.000	5.500	0,004	928.000	508.000	54,7	4.735 %
Estados Unidos.....		4.640.000	2.408.000	51,8	1.056.000	1.023.000	96,8	439 %
Inglaterra.....		—	—	—	—	—	—	—
B. de Ingl.....		443.001	426.551	87,2	34.388	34.584	99,4	—
Notas do Thesouro.....		323.884	47.930	14,8	—	—	—	1.355 %
Argentina.....		1.360.000	470.000	78,6	777.337	219.990	64,2	175 %
Brazil.....		—	—	—	—	—	—	—
Mil reis (2).....		—	—	—	—	—	—	—
Caixa de Conversão.....		1.900.000	416.442	6,1	138.457	119.148	86,3	259 %
Papel-moeda.....		—	—	—	601.488	0	0,0	—

(1) Calculado ao cambio de 44c. ouro por peso.

(2) Ao cambio de 16 d.

Estes algarismos patenteiam em que proporções assombrosas se avolumou a circulação fiduciaria nos paizes envolvidos na guerra. Na Austria o augmento foi de 47 tantos, e o que admira não é que as suas notas de cinco corôas estejam sendo empregadas pelos cervejeiros para rotulos de garrafas, mas que ainda continuem a sahir dos prelos do Governo, porque valem menos do que custam. Na Allemanha, a circulação multiplicou-se 35 vezes e perdeu 97,3 % do seu valor. Os bilhetes do Banco de França quintuplicaram e soffrem neste momento depreciação de 61,5 %. A circulação italiana é oito vezes a de 1914 e a lira perdeu 78 % do seu valor. Na Inglaterra as «currency notes», sommadas aos bilhetes do Banco, elevaram 13 vezes o meio circulante. Como os bilhetes são conversiveis á vista, e o Governo está chamando parcialmente a resgate as cedulas do Thesouro, a libra esterlina perdeu apenas 24 % do valor em confronto com o dollar. Mas considerando que o dollar, em relação ao qual estão feitos os calculos de depreciação das moedas mencionadas, perdeu por sua vez, devido á inflacção aurea dos Estados Unidos, 40 % do seu poder de compra, verifica-se como está reduzido o valor acquisitivo da moeda européa, e é facil imaginar que transtornos causa essa situação á economia daquelles paizes, e que privações e soffrimentos acarreta ás suas populações. Não é necessario procurar outros motivos para a intranquillidade geral que alli reina, propiciando o terreno ao alastramento do perigo russo. Nós vamos manchando despreocupadamente para esse hátrato. O mil réis vale seis dinheiros ouro; perdeu 77,7 % do seu valor; e com a emissão pedida de 300 mil contos, dentro em breve terá vencido a lira no macabro *steplechase* para a voragem, emparelhará com o marco para, quem sabe, tombar até onde se afundou a corôa austriaca. Porque nesse caminho, como em qualquer outro, não se póde avançar sempre sem attingir ao fim. O nosso papel-moeda já desceu 77 em uma escada de 100 degrãos, e si novas emissões continuarem a pesar sobre elle, não tardará ao termo. E este termo é o dos bilhetes de Law e dos «assignados» na França; do Banco-Zettel, na Austria, em 1811; dos bilhetes coloniaes, nos Estados Unidos, onde chegaram a servir para empapelar as paredes dos barbeiros; do Portugal, em 1847; do Perú, em

1897; da Colombia; dos nossos bilhetes da Extração, e do dinheiro na Russia actual, onde, segundo telegramma de 30 de agosto findo, que certamente lestes nos jornaes desta cidade, «um jantar composto de sopa, «rôast-beef» e café, custa 30.000 rublos (quer dizer 72:000\$ pelo valor do rublo em 1914). O pão custa 700 rublos (1:600\$) meio kilo. Por um banho pediram ao correspondente da «Associated Press» 1.000 rublos (2:400\$) ou uma porção de assucar.

Sr. Presidente, estando terminada a hora, peço a V. Ex. me considere inscripto para continuar o meu discurso na sessão de amanhã. (*Muito bem; muito bem.*)

* * *

As emissões e o cambio

O Sr. Mario Brant — Sr. Presidente, quando a hora do encerramento da sessão cortou hontem o fio de minhas considerações, eu me abeirava de um assumpto cujo esclarecimento é da maior relevancia para o politica financeira do paiz. Quero alludir á influencia das variações da massa de papel-moeda sobre o cambio.

Nos paizes de circulação metallica, e naquelles que se acham sob o curso forçado, com a massa circulante estacionaria, a causa essencial das variações do cambio é o desequilibrio no balanço internacional de contas. E' essa a lição dos economistas, consubstanciada no topico da plataforma do eminente candidato da convenção de 8 de junho, que fére o assumpto. Aquelle documento exemplifica a these com o confronto da taxa cambial no primeiro semestre de 1920 e no de 1921, dous periodos em que, mantendo-se praticamente inalterada a massa circulante (pois a emissão da carteira de re-descontos só começou a actuar no fim do segundo) um saldo de £ 15 milhões se expressou na taxa de 16 d. e um *deficit* de £ 11 milhões na taxa de 8 d.

Em resumo, a doutrina dos economistas, seguida pela plataforma (neste ponto mal interpretada por alguns commentadores), é que, *servatis servandis*, a taxa cambial resulta do balanço de contas internacionaes; convindo accrescentar que a influencia do *deficit* para a baixa é incomparavelmente mais activa do que a influencia do saldo para a alta.

Em discurso memoravel, cujos écos ainda resôam nesta Casa, dizia, em setembro do anno passado, o illustre Sr. Cincinato Braga que, para entrar nessa materia, é mistér munirse cada qual de uma "lanterna de noções essenciaes" e accrescentava: "A mais importante destas é a seguinte: a taxa cambial de um paiz é a resultante directa do saldo desse paiz nas permutas internacionaes". Houvesse S. Ex. se limitado a essa asserção e nada haveria que objectar. Mas não é este o pensamento que resalta de outro topico, alhures, no mesmo discurso: "No Brasil, para vergonha nossa, ha ainda muita gente letrada a pensar que o cambio sóbe porque se reduz a massa de papel circulante, e que o cambio desce porque se augmenta a massa de papel circulante."

Affrontando opinião tão prestigiosa, peço permissão para incluir-me na classe dos que pensam deste modo, pelos motivos que passo a expôr.

Quando se instaura em um paiz o curso forçado, isto é, quando esse paiz perde o padrão ouro e cahe no padrão papel, o ouro desaparece immediatamente da circulação, mesmo antes de accentuar-se a depreciação dos bilhetes. A moeda de ouro recusa nivelar-se á moeda de cellulose, abdica a função monetaria e recolhe-se ao papel exclusivo de mercadoria. Nessa situação o seu preço (notai bem, o seu preço, não o seu valor de troca por outra mercadoria) cresce ou baixa, conforme, o papel-moeda augmenta ou diminue, o que vale dizer, conforme o papel se deprecia ou se valoriza. Ora, que é taxa cambial? é o preço, em moeda nacional, de uma moeda estrangeira ou de uma promessa de pagamento de moeda estrangeira (letra de cambio). Tomemos, por exemplo, para maior clareza de exposição, o nosso caso. Nosso padrão monetario official é o da lei de 1846: 4\$ por oitava de ouro de 22 quilates. A esse padrão, 1\$ ouro equivale a 27 pence. E' esse o par do cambio do mil réis com a moeda ingleza. Cae o Brasil no regimen das emissões, as moedas de ouro desaparecem nos cadinhos dos ourives ou emigram e fica só em campo a nota do Thesouro, que entra a depreciar-se, á medida que se avoluma a sua quantidade. De quéda em quéda, o mil réis perde, supponhamos, 40,74 % do seu valor de compra de todas as mercadorias, inclusive o ouro em especie ou

em cambiaes e passa a comprar apenas 16 pence em vez de 27. Diz-se que o cambio está a 16 d. Supponha-se que o papel moeda conserva durante certo tempo o seu valor estavel. Estabelece-se uma accomodação de todos os preços a essa taxa de cambio. A libra custará 15\$; uma tonelada de carvão, um chapéo, 30 kilos de café, custarão 30\$ ou £ 2, indifferentemente, si o comprador preferir pagar em ouro. Imagine-se que, conservando-se inalteradas as condições do paiz, o balanço de contas internacionaes equilibrado, e firme o preço do café no exterior, ha nova emissão de papel-moeda. O valor deste diminue, a sua depreciação vae por exemplo, a 55,55 %.. A tonelada de carvão, o chapéo, 30 kilos de café, £ 2, passam de 30 a valer 40\$000. Custando a libra 20\$, 12 pence custam 1\$000. O cambio está a 12 d.. Si succede o contrario, e, sempre *cacteris paribus*, o Governo retira da circulação e destróe uma parte do papel-moeda, este se valoriza, a sua depreciação passa, digámos, de 55,55% a 33,33 %.. Aquellas quantidades de mercadoria equivalentes a duas libras baixam de preço, a 26\$666. A libra custa agora 13\$333, correspondentes a 18 pence por mil réis. O cambio subiu, está a 18.. E', pois, perfeitamente comprehensivel e a experiencia de um seculo o demonstra, que as variações na quantidade de papel-moeda podem causar grandes oscillações cambiaes de seis pontos, de 18 d a 12 d. e maiores..

O SR., ANTONIO CARLOS — A experiencia, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

O SR., SAMPAIO VIDAL — Provarei ao nobre orador com quadros e demonstrações, que isto não exprime uma lei economica. Provarei opportunamente, que o excesso das emissões póde ser um factor apenas.

O SR., MARIO BRANT — Diz muito bem V. Ex. (*dirigindo-se ao Sr., Antonio Carlos*) experiencia de todo mundo. Aliás a influencia da massa circulante sobre o cambio é um facto pacificamente admittido em toda parte. Só no Brasil é que ainda se discute.

O SR., SAMPAIO VIDAL—Como é que V. Ex. explica a elevação do cambio a 18, em 1919, com o formidavel saldo? Seria algum outro factor? Puramente o saldo.

O SR., ANTONIO CARLOS — Só esse, o factor.

O SR. MARIO BRANT — Esse factor, conjugado com outro, que passou despercebido na occasião — a depreciação da moeda estrangeira. Quando os Estados Unidos suspenderam o regimen de creditos concedidos durante a guerra aos allia-dos, e estes cessaram de exportar titulos de divida (que é uma fórma de exportação), para pagamento de suas compras e tiveram de comprar dollars, esta moeda subiu de preço, os cambios européus foram baixando. A libra chegou a depreciar-se de 30 %. Nessa occasião o nosso cambio, que se achava aparentemente a 18 d., estava na realidade a 12 d. $\frac{5}{8}$, ouro.

O SR. ANTONIO CARLOS — E, apesar do saldo de 50 milhões, o cambio não se elevou acima de 18.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Essa decantada massa de papel moeda não deprimiu o cambio; ao contrario, elevou-o a 18.

O SR. MARIO BRANT — Apparentemente apenas.

O SR. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. nega que tivesse subido a 18 ?

O SR. MARIO BRANT — Não nego que o cambio fosse a 18 d. em papel moeda inglez; mas a libra esterlina soffria uma depreciação de 30 %, do modo que o nosso cambio estava realmente a 12 d., ouro, e uma fracção.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Se V. Ex. fecha os olhos á realidade dos factos, assim é quasi impossivel discutir.

O SR. MARIO BRANT — O nosso padrão monetario é o seguinte: uma oitava de ouro de 22 quilates, igual a 4\$. Estabelecemos a correspondencia entre o valor deste ouro e o valor da moeda ingleza ouro (o não papel), e chegamos á equação: 1\$ igual a 27 d. O nosso cambio real é a correspondencia entre um mil réis e tantos pence, ouro, e não tantos pence papel. Ora, o cambio de 18, a que allude o nobre Deputado por S. Paulo, se refere á libra papel.

O SR. ANTONIO CARLOS — Que, por sua vez, está soffrendo depreciação.

O SR. MARIO BRANT — Está com a depreciação actual de 24 %, mas já chegou a 30 %.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Deante da realidade dos factos, não ha recurso senão entrar no terreno das subtilezas...

Si as leis falhana é porque não são leis: são pseudo-leis.

O SR. MARIO BRANT — Voltemos á hypothese do cambio estabilizado a 16 d. Eis que conservando-se os outros factores invariaveis, ha um desequilibrio no balanço de contas com o exterior. Temos de pagar £ 50 milhões, provenientes das mercadorias importadas, e mais o serviço da divida externa, juros e dividendos de capitaes estrangeiros empregados no paiz, remessas de colonos, etc. ao passo que nossa exportação produz nesse anno apenas £ 40 milhões. Entra em jogo a lei da offerta e da procura. Ha compradores para 50 milhões e vendedores apenas para 40. Estes sabem que as mercadorias tem de ser pagas, que o Governo não pôde deixar de satisfazer seus compromissos externos; e especulam. Offerecem suas libras cambiaes a 16\$. Os pretendentes affluem e compram. Os vendedores elevam o preço a 17\$, a 18\$, a 19\$. A certo ponto, os colonos deixam de comprar cambio; reservam-se para fazel-o depois, quando o preço da cambial baixar. As emprezas estrangeiras sustam as remessas para pagar os dividendos aos seus accionistas e recolhem o dinheiro aos bancos, á espera dos acontecimentos. Continua a licitação entre os devedores que, tendo no caso empenhado o seu credito ou a sua honra, se submettem aos preços de 20\$, 22\$, 24\$. Nesse meio tempo, os que puderam, compraram café, borracha, cacáo, ou manganez, cujos preços sobem mais lentamente que o do ouro, e remetteram para ser vendido na Europa e paga a sua divida. Assim, um *deficit* no balanço de contas pôde baixar consideravelmente o cambio, de 16 d, a 10 e a 8 d.

Supponhamos agora o caso contrario. A exportação rendeu £ 50 milhões e todos os nossos pagamentos não exigem mais de £ 40 milhões. Ha vendedores para 50 milhões e compradores para 40. Intervem ainda o jogo da offerta e da procura. O vendedor offerece a libra a 14\$800. 14\$500. O comprador offerece 14\$ que equivale á taxa de 17 $\frac{1}{2}$ d. Os vendedores resistem e não acceitam a imposição porque o caso é differente. A libra esterlina é moeda internacional. Se não ha quem offereça por ella, em moeda brasileira, importancia equivalente ao seu valor acquisitivo de mercadorias, nos mercados estrangeiros, remetterem as cambiaes para as praças onde tem de ser pagas e empregam o producto na

compra de outras moedas ou mercadorias que, importadas no Brasil aqui obteem preços compensadores.

Não precisam barateal-as. O sacrificio a que se resignam é apenas equivalente á pequena despeza da exportação das suas cambiaes. Nessas condições, os devedores se veem forçados a compral-as com o pequeno rebato que lhes dão. O cambio experimenta uma alta diminuta.

Eis ahi como, no regimen do papel-moeda, o *deficit* no balanço de contas provoca baixa consideravel nas taxas cambiaes, ao passo que o saldo traz alta pouco sensivel. Os factos não se passam com a simplicidade schematica deste exemplo. Mas no conjuncto é isto que succede e os resultados são estes.

No regimen do curso forçado ha um cambio nominal, que é o da lei e uma paridade real, que obedece á tendencia natural de estabilizar-se, pela adaptação das condições ambientes ao valor do papel-moeda. Esta paridade varia lentamente porque depende da prosperidade ou do entorpecimento do paiz, que não procedem por saltos. Por elle se estabelece o nivelamento dos preços de todas as mercadorias, inclusive as cambiaes. Assim, a taxa cambial, o poder de compra do papel-moeda, e os preços de todas as mercadorias, são termos de uma equação, que se conservam estaveis ou se alteram conforme a pressão da offerta e da procura. Desde que augmentam as disponibilidades de uma mercadoria, diminue o seu preço de venda em moeda e o seu valor de troca em relação a todas as outras mercadorias, inclusive a cambial; mas estes outros termos conservam todos entre si a sua relação anterior. Si a quantidade de mercadoria, á disposição do consumo, diminue, succede o inverso, augmenta o seu preço em moeda e o seu valor de troca. Si a variação se dá na quantidade de papel-moeda, o phenomeno se traduz por uma alta geral nos preços de todas as mercadorias (a cambial inclusive) e a correspondencia entre os valores destas se estabelece, após algumas oscilações que cessam, quando estes valores encontram o seu equilibrio mutuo. Quando a alteração se dá na quantidade de cambiaes, para menos, estas sobem 10, 20, 50, 100 por cento, até o limite além do qual os vendedores não podem mais comprar e se resolvem a abrih fallencia ou pedir concordata. A cambial em paiz de papel-

moeda, desde que escasseie, sobe de preço desmesuradamente, como o pão em praça sitiada e pelo mesmo motivo — porque é uma mercadoria vital, insubstituível. A libra cambial está neste momento a 30\$, porque não ha compradores que possam dar mais por ella, quer seja para pagamento de vida quer para realizar compras do exterior. Mas quando as cambiaes são abundantes, os seus donos só se conformam em baixal-as de preço 2, 5, 10 % no maximo. Não precisam batar-as além de certo limite, abaixo do seu poder de troca pelas outras mercadorias. Não são forçados a fazer como o productor de café, quando este excede os reclamos do consumo, nem como o productor de leite ou de legumes, o qual se não accetar a offerta do consumidor, perde os seus productos; aquelle, se quizer resistir, tem de conservar o café em seu poder ou warrantal-o, com despezas e riscos, mas o portador da cambial, que é em regra um banco, e banco estrangeiro, não necessita de vendel-a no Brasil na bacia das almas, porque ella tem procura illimitada e preço firme em outras partes do mundo.

Em resumo: o *deficit* no balanço internacional de contas faz subir desproporcionadamente, no paiz de curso forçado, o preço da moeda estrangeira ou da letra nesta moeda pagavel. O saldo no balanço de contas não produz o effeito correspondente; baixa o preço da moeda externa e da cambial apenas de somma igual á despeza da remessa da mesma para cobrança no exterior, despeza mui reduzida que se limita á comissão do banco incumbido da cobrança e á perda do juro neste intervallo.

A relação directa entre a taxa cambial e o balanço de pagamentos é evidente nos paizes de circulação metallica. Nestes, a taxa do cambio é a expressão real do desequilibrio dos pagamentos; mas nos paizes de papel-moeda, é em torno do valor acquisitivo deste, (determinado pela sua quantidade) que os cambios oscillam consideravelmente para baixo, si o balanço de contas é desfavoravel e pouco para cima, se é favoravel. Nestes paizes só a conjugação de tres factores póde operar a melhora gradual, segura, estavel do cambio: suspensão de novas emissões, seja para que fim fôr...

O SR. SAMPAIO VIDAL — Ainda que seja para augmentar a riqueza nacional ? Si V. Ex. me dá licença para um apar-

te, pergunto se augmenta ou não. Si V. Ex. defender uma safra de oito milhões, vendel-a-ha por 600 mil contos. Si não a defender, vendel-a-ha por 400 mil contos. Augmenta ou não augmenta? Augmenta o ouro da exportação ou não?

O SR. ANTONIO CARLOS — *Quod probandum...*

O SR. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. tem o exemplo este anno: o café estava a 8 cents. passou a 12. Temos um saldo de cerca de 300 mil contos para a nação brasileira.

V. Ex. foge á realidade dos factos. Augmenta ou não augmenta a riqueza nacional?

O SR. ANTONIO CARLOS — Vamos vêr o reverso da medalha.

O SR. MARIO BRANT — Vou responder ao aparte do illustre Deputado por S. Paulo...

O SR. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. está no terreno das subtilzas. E' positivo que, em março, o café estava a oito centimos, em Nova York; passou a 12 centimos. Isso em moeda nacional corresponde a mais de 300 mil contos. A Nação ganhou ou não ganhou? A emissão deu ou não deu ao paiz 300 mil contos a mais?

O SR. MARIO BRANT — Ao paiz, não.

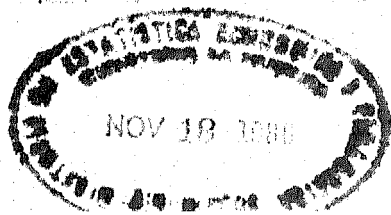
O SR. ANTONIO CARLOS — Resta provar que a subida tenha sido em consequencia desse facto.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Facto, positivo, ineluctavel. Contra factos não ha mesmo argumentos.

O SR. ANTONIO CARLOS — O *post hoc, ergo propter hoc* nem sempre é verdadeiro.

O SR. SOUZA FILHO — Demais, não podemos saber ainda por quanto o Governo vae vender o seu *stock* actual. O nobre Deputado por S. Paulo argumenta como si a venda já estivesse feita; quem sabe si dahi não vae resultar grande prejuizo para a Nação, embora os fazendeiros tenham lucrado?

O SR. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. é que está fallando contra a evidencia dos factos: a historia das valorizações mostra que nenhuma dellas deu prejuizo; e não seria agora, que a situação estatistica do café é de primeira ordem, que tal circumstancia se haveria de verificar: producção em declinio e consumo em franca expansão. Este anno já se registra um augmento de 200.000 saccas a mais por mez no consumo mundial.



O SR. GONÇALVES MAIA — Pois presentemente está se verificando.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Fallo com dados estatísticos, e VV. EEx. apenas com palavras e só palavras.

O SR. MARIO BRANT — Vou responder ao aparte do nobre Deputado por S. Paulo.

Si defendermos uma safra de café, ou a industria nacional, ou qualquer artigo nosso, com uma emissão de papel-moeda, poderemos dar aos productores um lucro de 200, de 300, de 400 mil contos, mas a Nação terá sempre prejuizo; ao passo que, si fizermos essa defesa por outros meios aconselháveis, ainda que pedindo recursos aos capitaes nacionaes ou estrangeiros, em vez de subtrahil-os ao valor do meio circulante, por uma emissão, e estimulando as forças productivas do paiz, valorizando a moeda, não só lucrarão os productores, o que é de toda a justiça, como lucrará a Nação inteira. (*Apoiados; muito bem.*)

O SR. SAMPAIO VIDAL — Uma Nação que incorpora 30 milhões esterlinos á sua riqueza, tem prejuizo? ! E esse tal prejuizo da emissão lastrada é imponderavel. V. Ex. não me póde dizer qual o prejuizo dessa emissão?

O SR. MARIO BRANT — Os prejuizos das emissões estão aqui representados graphicamente; si V. Ex. tiver a paciencia de me ouvir, ha de vel-os.

O SR. ANTONIO CARLOS — Mais 300 mil contos emittidos, são 15 % de prejuizo para cada um de nós, para todos.

O SR. MARIO BRANT — Todos nós que não produzimos artigos de exportação, estamos fintados em 50 por cento de nossos rendimentos, devido ás emissões de 1914 para cá.

O SR. SAMPAIO VIDAL — E' ainda uma simples subtileza imponderavel.

O SR. NAPOLEÃO GOMES — Os prejuizos ahi estão, evidentes: uma importação maior em 1920 custou menos do que a importação menor, em 1921.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Que representa isso deante do argumento do valor da exportação?

O SR. NAPOLEÃO GOMES — Quer dizer que tivemos de gastar mais dinheiro, para comprar menor volume de mercadorias.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Pelo interesse dos debates estou a interromper o nobre orador que me ha de desculpar. Isto revela a consideração que merece o brilhante collega.

O SR. MARIO BRANT — Os apartes de V. Ex. muito me desvanecem. Reato as observações que vinha fazendo.

Nos paizes de curso forçado, só a conjugação de tres factores pôde operar a melhora estavel do cambio: suspensão de novas emissões, seja para que fim fôr; redução da despesa publica aos limites da receita, forrando o Governo á necessidade de recorrer aos prélos de imprimir notas ou aos empréstimos externos; saldo nas permutas internacionaes. Não inclúo entre esses factores a prosperidade do paiz, porque esta é effeito e não causa de uma boa politica orçamentaria e monetaria, como reconhecem hoje todos os paizes.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — E, quando se encontram apertados, emittem !

O SR. GONÇALVES MAIA — Hoje, não se emitté mais.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Pois digo a V. Ex. que o governo inglez acaba de fazer emissão.

O SR. MARIO BRANT — Ignoro esse facto.

O SR. GONÇALVES MAIA — Sobre lastro ouro, é possível.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Emissão de bonus, fórma disfarçada do papel-moeda.

O SR. ANTONIO CARLOS — Não apoiado. Titulo de credito nunca foi moeda. A differença é capital.

O SR. NAPOLEÃO GOMES — Emittir uma nota promissoria, por exemplo, será o mesmo que atirar á circulação, como dinheiro, um cartãozinho, dizendo «Vale tanto» ?

O SR. MARIO BRANT — Esta é a demonstração theorica. Passo ás opiniões das autoridades estrangeiras, sem citar, por conhecida da Camara, a lição de todos os eminentes financistas brasileiros que teem passado pelo Governo. Permitta a Camara que eu comece por Goschen. A obra do reputado financista e homem de Estado, sobre os cambios estrangeiros, data de 60 annos. Mas a confirmação das suas theorias pelos factos posteriores tornou-a o canon da materia. Parece ter sido escripta nos nossos dias, aproveitando a experiencia de um seculo.

«Em um paiz onde ha muito grande circulação de papel inconversivel, diz Goschen (Theoria des Ch. Etrang., trad.

de Léon Say, pag. 144) 'os metaes preciosos teem tendencia de abandonar sua tão importante funcção de agente da circulação, para fazerem sobresahir o seu character de mercadoria como qualquer outra. Como existe outro agente de circulação, ao qual elles não são de nenhum modo identicos, os metaes preciosos cessam de constituir padrão de valor, e tornam-se, de si mesmos, submettidos a outro padrão. Assim, quando em relação a este novo padrão, o preço de todas as mercadorias entra a variar, o numerario soffre as mesmas influencias que o resto; e quando, em consequencia de emissões successivas de papel-moeda, sobrevem uma alta geral dos preços, o preço do ouro, medido em papel-moeda, se eleva com o resto.»

E na pagina seguinte: O «juro do dinheiro, um excesso de dividas sobre os creditos, um panico, a distancia e o resto, fazem variar os cambios mas em proporção insignificante. Uma variação de 10 % devida a todas estas circumstancias combinadas, é considerada cousa extraordinaria, e não se encontra senão nos casos mais raros. Mas logo que a depreciação da circulação entra como um dos elementos da variação, pôde-se chegar, como já vimos, por exémplo, no cambio de Vienna, a differença de 50 % .»

Ouçamos Fontana Russo:

«Julgamos mal fundada, diz este autor (*T. de Pol. Comm.*, cap. V, n. 38) a opinião daquelles que crêem que o augmento da exportação e, por consequencia, da intensidade de procura das mercadorias elevando-lhes o preço (avaliado em ouro) de um lado, e do outro provocando maior offerta de ouro possa conduzir rapidamente á desaparição do agio, (isto é, á elevação do cambio). E' verdade que, si outras causas não actuassem em sentido contrario, os preços em ouro deveriam augmentar e o agio, em consequencia de maiores disponibilidades de ouro, deveria diminuir. Mas a historia economica não registra *nenhuma* dessas maravilhosas correções naturaes e automaticas, que não parecem possiveis senão na theoria pura. De facto, o agio não desaparece completamente senão pela abolição do curso forçado, posto que as causas acima enumeradas tenham ten-

dencia a elevar o valor do papel moeda, tanto em relação ao ouro como ás mercadorias.».

Eis o que diz o prof. Cassel, da Suécia, que ganhou reputação mundial com a sua acção na Conferencia de Bruxellas.

«Quando o cambio varia contra um paiz, isto é, quando a moeda circulante nesse paiz baixa em valor internacional, a explicação vulgar desse facto é que elle resulta da balança de commercio desfavoravel. Mas esta explicação é evidentemente incabivel, si a variação do cambio é consideravel, e si não teve caracter inteiramente temporario. Porque si um paiz compra mais a outro do que lhe vende, o saldo deve ser pago de qualquer maneira ou por exportação de valores ou por emprestimo no paiz credor.

Assim o balanço de pagamentos ha de equilibrar-se, e não ha razão para uma alteração permanente nas taxas do cambio. Se tal alteração se verifica, deve ser considerada como *prova de uma inflação*, que deprimiu o valor interno da unidade monetaria desse paiz e causou uma alta geral de preços.» (Prof. Cassel, *Memorandum* á Conf. de Bruxellas, Actas. Tom. V, pg. 50).

Finalmente demos a palavra a lord Chalmers, delegado da Inglaterra na Conferencia, da qual foi uma das figuras mais eminentes.

«E' necessario desfazer a opinião vulgar (*popular theory*) de que os cambios depreciados podem ser corrigidos pelo estabelecimento do equilibrio na balança commercial. De facto, acredita-se geralmente que um paiz que viu o valor de sua moeda cahir abaixo da paridade que vigorava antes da guerra, será capaz, depois da guerra, de restabelecer o antigo cambio, pelo simples augmento de suas exportações. Isto será certamente possivel, si a depreciação internacional da moeda desse paiz foi causada exclusivamente por embaraços á sua exportação. Mas, si ha symptomas de depreciação interna do valor da moeda, nenhum desenvolvimento das exportações póde melhorar o seu cambio...»

O Sr. ARMANDO BURLAMAQUI — Nunca ouvi, fosse quem fosse, dizer o contrario.

O SR. MARIO BRANT — Estou contestando a opinião do illustre Sr. Cincinato Braga, que affirma existir relação directa entre a taxa de cambio e o movimento do balanço de permutas internacionaes, negando a influencia das emissões na depressão cambial.

O SR. SAMPAIO VIDAL — O Sr. Cincinato está com a verdade.

O SR. MARIO BRANT — (*Continuando a lêr*):

«Esse cambio será, no futuro, governado exclusivamente pelas paridades do seu poder de compra, e não poderá pois, ser melhorado, sinão si o paiz conseguir reduzir a sua inflação e der assim maior valor interno á sua moeda.»

Vejamos agora os factos.

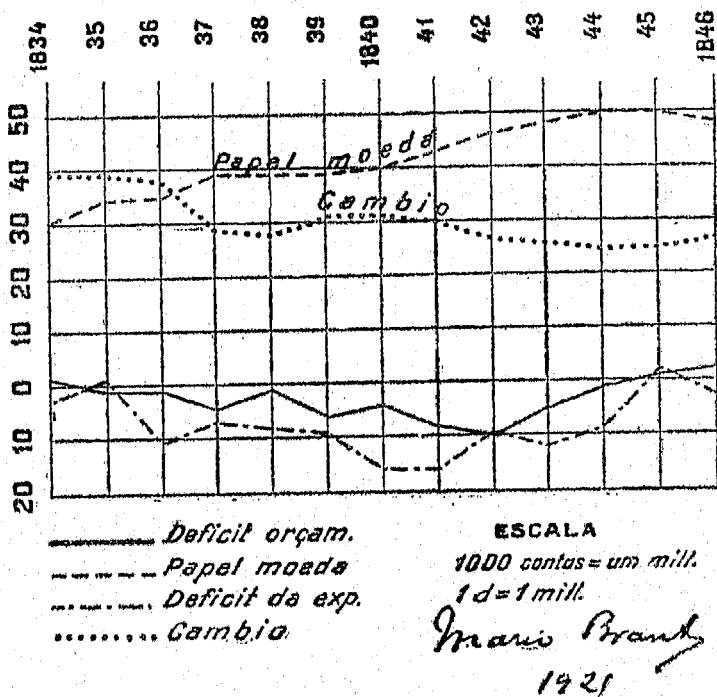
Toda a nossa historia financeira vem mostrando, ha um seculo, a influencia irresistivel da circulação sobre o cambio. Quando se observa um periodo qualquer mais ou menos longo, na nossa historia monetaria, a acção dos emprestimos e dos saldos do balanço de pagamentos sobre a taxa cambial é quasi sempre superada pela acção das variações do meio circulante, verifica-se alta e baixa do cambio com e sem emprestimos, com saldos e com *deficits* da exportação. Mas oitenta vezes em cem se observa baixa cambial após augmento do meio circulante, e elevação das taxas em seguida á retirada de papel-moeda. Esta porcentagem sóbe de 80 a 95 vezes e meia si levarmos em conta sómente as emissões e retiradas de 5.000 contos para cima. Examinando, no periodo de que possuímos dados officiaes precisos, o que succede nos casos raros (4,5 % apenas) que parecem contrariar esta affirmação, verifica-se que nesses casos o augmento da circulação coincidiu com avultado emprestimo externo, ou que a retirada de somma diminuta de papel-moeda foi annullada por forte *deficit* no balanço commercial.

Vejamos. O primeiro anno da nossa independencia encontrou o cambio a 50 $\frac{3}{4}$ d. por mil réis e um meio circulante de 9.900 contos. De 1823 a 1828 o meio circulante subiu a 21.300 contos e o cambio baixou a 35 $\frac{1}{4}$ d. Em 1829 a redução de 2.000 contos na circulação não poude impedir a baixa do cambio a 24 $\frac{3}{8}$ d. Em 1830 temol-o a 22 $\frac{3}{16}$ e como a circulação se mantem sem augmento nos quatro annos seguintes, a taxa sóbe, em 1833, a 37 $\frac{3}{8}$. Nesse anno se altera

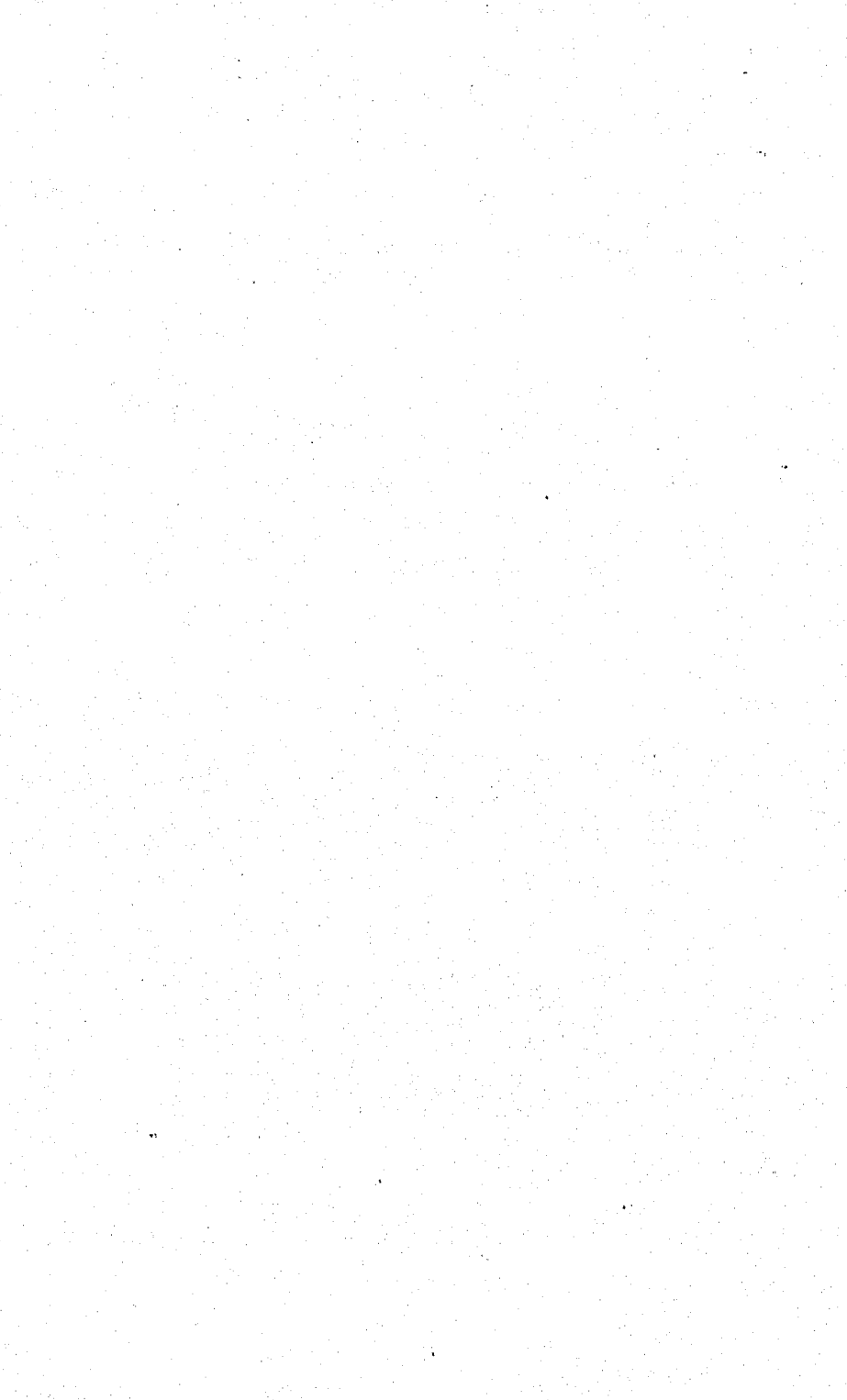
o padrão de 1\$600 para 2\$500 por oitava de ouro de 22 quilates, correspondente a 43 1/2 dinheiros esterlinos por mil réis. Esse padrão vigorou até 1846, e aqui está a sua historia neste

GRAPHICO N. 1

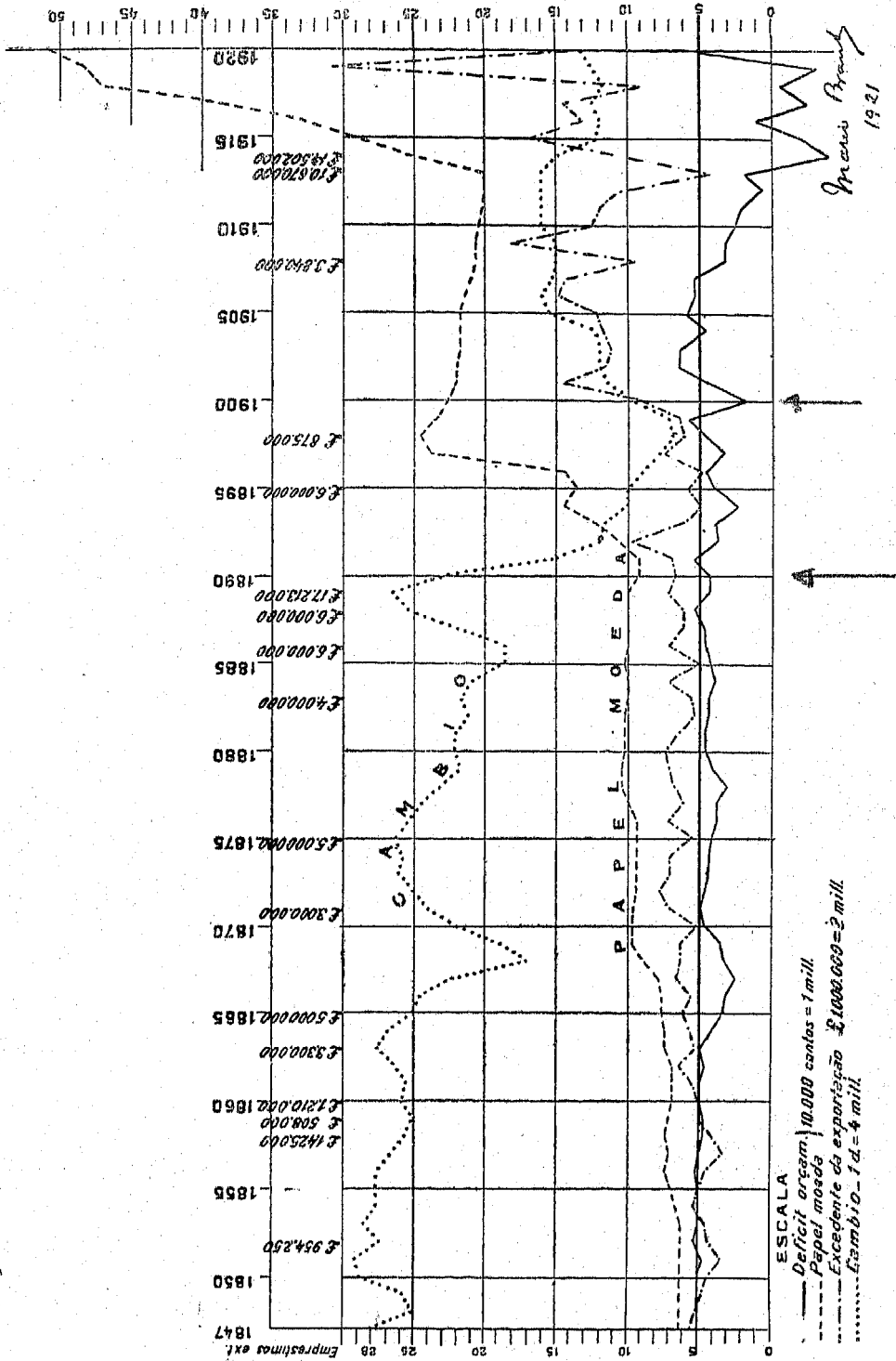
Relação entre o cambio, o meio circulante, os saldos do balanço commercial e os do orçamento de 1834 a 1846



para o qual peço a atenção da Camara. A' simples inspecção resalta a symetria que reina entre as linhas do meio circulante e do cambio, ao passo que não se apprehende correspondencia entre este e a linha dos saldos do balanço commercial. Em 1846 é novamente quebrado o padrão para 4\$ a oitava de ouro correspondente a 27 d. por mil réis. O graphico n. 2,



Relação entre os déficits orçamentários, emissões de papel moeda, movimento do cambio e excedentes da exportação de 1847 a 1920





abrange todo o periodo do novo padrão, de 1847 até hoje. Basta lançar a vista a esse desenho para notar a opposição evidente entre a linha do cambio e a do papel-moeda; aquella cahe á medida que esta sóbe e sóbe á medida que esta cahe. Não se observa ahi relação entre os saldos do balanço commercial e o cambio. Este mantem-se alto com *deficit* e com saldos exiguos, e baixo com saldos vultuosos. Encontra-se o cambio a baixar com saldos crescentes e a subir com saldos diminuentes e até com *deficits*. Verifica-se até, que o periodo dos cambios baixos coincide com o dos saldos altos.

Este assumpto costuma ser tratado com estatisticas de decennios, de quinquennios e até com cotejo de annos distantes um do outro, methodo vicioso que não póde absolutamente impor as suas conclusões A base da estatistica é a lei dos grandes numeros. Só as médias, extrahidas de numerosas observações em longos periodos, podem indicar o rumo e as tendencias dos phenomenos economicos e permittem formular as suas leis. E são estas estatisticas que eu aqui trago em demonstração da minha these, abrangendo todo o periodo da nossa historia monetaria e não um trecho qualquer della.

Tomando para exame mais pormenorizado o tempo que vem desde 1850 até o estabelecimento da Caixa de Conversão, que fixou as taxas, verificamos oito grandes oscillações rithmicas do cambio; ascensão e declinio alternativo. O quadro que aqui está (quadro n. 4) deixa patente do modo mais flagrante, a influencia secundaria dos saldos da exportação sobre a taxa cambial, em confronto com os augmentos e reduções do meio circulante. Dividindo este tempo em oito periodos, correspondentes ás oito grandes oscillações, verifica-se o seguinte:

1º periodo, 1850-60, *deficit* na exportação; augmenta o meio circulante; o cambio cahe de 29 a 25.

2º periodo, 1860-63, saldo; reduz-se o meio circulante; o cambio sóbe de 25 a 27.

3º periodo, 1863-68, saldo maior; avoluma-se o meio circulante; o cambio cahe de 27 a 17.

4º periodo, 1869-75, saldo; diminue o meio circulante; o cambio sóbe de 18 a 26.

QUADRO N. 4

Relação entre as grandes oscillações do cambio, o meio circulante e o balanço commercial

Periodos	Saldo médio annual da exportação	Meio circulante nos extremos dos periodos, em contos de réis	Augmento ou diminuição média annual do meio circulante em contos de réis	Taxas médias do cambio nos extremos dos periodos
1º) 1854-60.....	Deficit £ 1.624.000	46.600 a 87.900	Augm. 5.200	29 a 25
2º) 1860-63.....	Saldo £ 1.252.000	87.900 a 81.700	Dimin. 8.980	25 a 27
3º) 1863-68.....	Saldo £ 1.546.000	81.700 a 126.600	Augm. 7.885	27 a 17
1868-69.....	Saldo £ 2.823.000	126.600 a 192.500	—	17 a 18
4º) 1869-75.....	Saldo £ 3.616.000	192.500 a 181.800	Dimin. 1.783	18 a 26
5º) 1875-86.....	Saldo £ 2.634.000	181.800 a 213.500	Augm. 2.881	26 a 18
6º) 1886-89.....	Saldo £ 2.888.000	213.500 a 205.200	Dimin. 2.760	18 a 27
7º) 1889-98.....	Saldo £ 3.184.000	205.200 a 770.000	Augm. 62.755	27 a 7
8º) 1898-906.....	Saldo £ 10.811.000	770.000 a 669.000	Dimin. 12.600	7 a 16

5º periodo, 1875-86, saldo; augmenta o meio circulante; o cambio desce de 26 a 18.

6º periodo, 1886-89, saldo; contrahe-se o meio circulante; o cambio sóbe de 18 a 27.

7º periodo, 1889-99, saldo; augmenta o meio circulante; o cambio cáe de 27 a 7.

8º periodo, 1899-906, saldo; reduz-se o meio circulante; o cambio sóbe de 7 a 16.

Ha, enkistado nesse longo espaço de 50 annos, um, o de 68-69, no qual houve augmento do meio circulante e elevação cambial de 17 a 18 13|16. Mas nesse anno, além do consideravel saldo de exportação, que subiu a £2.800.000, contra a média de £1.500.000 no periodo anterior, o Governo (era então Ministro da Fazenda o conselheiro Zacharias) adoptou medidas, cujo effeito não podia falhar. Uma dellas foi a consolidação de 50.000 contos da divida fluctuante, reduzindo a inflacção de credito que sempre provocam as dividas do Governo, objecto e causa de transacções bancarias e particulares, porquanto os credores, em geral commerciantes fornecedores, não pódem immobilizar os seus haveres, ao passo que as apolices são titulos de repouso, absorvidos logo pelos capitalistas. A segunda providencia governamental foi a pratica de severas economias, que começaram pela dispensa de 105 empregados do Thesouro e 261 das alfandegas, numero consideravel para a época.

Os effeitos da circulação sobre o cambio são tão promptos, embora não fulminantes, que sete a oito vezes em 10 se manifestam dentro do mesmo anno, o que vale dizer, dentro de poucos mezes. E quando deixam de apparecer sem demora, é porque a modificação da massa fiduciaria foi insignificante, ou porque um saldo ou *deficit* da exportação os retarda por algum tempo. Eis aqui a prova.

Schema da influencia do meio circulante sobre a taxa cambial dentro do mesmo anno, de 1850 a 1921, excluido o periodo da Caixa de Conversão, 1907-1914.

Meio circulante crescente, 35 vezes:

Cambio desce.	27 vezes (77,1 %)
Cambio sóbe	7 vezes (20 %)
Cambio estavel	1 vez

Meio circulante decrescente, 26 vezes:

Cambio sóbe	19 vezes (73,1 %)
Cambio desce	7 vezes (26,9 %)

Meio circulante inalterado, 2 vezes:

Cambio baixa	2 vezes
--------------------	---------

Neste schema que abrange toda a historia cambial desde 1850, até o anno corrente, excluido o periodo de fixação da Caixa de Conversão, se vê o seguinte: 35 vezes o anno se encerra com uma circulação maior do que aquella com que abrira. Nessas 35, a média do cambio baixa 27 vezes (77,1 %). sóbe sete vezes (20 %), mantem-se estavel uma vez. 26 annos encerram-se com uma circulação inferior á de janeiro; e nesse numero, o cambio sóbe 19 vezes (73,1 %) e baixa sete vezes (26,9%). Duas vezes o meio circulante se conserva no mesmo nivel do anno anterior e o cambio baixa; em 1852, consequencia do grande *deficit* no balanço commercial de 1851, que montou a £ 3.181.000, o maior até então verificado, continuando o balanço desfavoravel em 1852; e em 1876, consequencia de ter sido sustada nesse anno a redução do meio circulante, que se vinha realizando desde 1870.

Analysemos agora, o schema. Annos em que augmentou o meio circulante, e o cambio subiu; 1853, 62, 63, 69, 88, 917 e 920.

1853 — Augmento de 4.330 contos. emprestimo externo de £ 1.040.000.

1862 — Augmento de 2.649 contos. Saldo, no balanço commercial, de £ 2.711.000.

1863 — Augmento de 17.831 contos. Emprestimo de £ 3.855.300.

1869 — Augmento de 29.000 contos. Saldos consideraveis nos cinco annos anteriores.

1888 — Augmento de 997 contos. Emprestimo de £ 6.297.000.

1917 — Guerra na Europa.

1920 — Depreciação das circulações europeas em consequencia da inflacção.

Vejam os agora os casos em que a redução do meio circulante se encontra no mesmo anno com a baixa do cambio.

1857 — Redução de 2.500 contos. *Deficit*, no balanço commercial, de £ 3.777.000.

1859 — Redução de 7.883 contos. *Deficit* de £ 2.182.000 na exportação.

1861 — Redução de 2.948 contos. Cambio cae 1|8 d.

1874 — Redução de 1.862 contos, em uma circulação de 183.094 contos.

1879 — Redução de 1.215 contos, em uma massa de 216.912 contos. Cambio cahe 3|16 d.

1822 — Redução de 1.243 contos em 212.239 contos. Cambio cahe 1|2 d.

1884 — Redução de 1.960 contos. Cambio cahe menos de 1 d.

Estes dados são extrahidos dos relatorios dos ministros da Fazenda, dos boletins da Estatistica Commercial e do Anuario da Directoria Geral de Estatistica (vol. Economia e Finanças).

Conclusão. No periodo de 1850 a 1917, excluidos os annos em que o cambio esteve fixado pela Caixa de Conversão, todas as vezes que dentro do anno, cresceu a circulação de mais de 5.000 contos, o cambio baixou, e todas as vezes que houve uma redução de 5.000 ou mais, o cambio subiu. Em 67 annos houve tres unicas excepções, em 63, quando um emprestimo de £ 3.855.300, fez subir o cambio, apesar de um augmento de 17.831 contos na circulação, em 1869, anno atraz analysado, e em 1859, em que houve um *deficit* de £ 2.182.000 no balanço commercial, cujo effeito não pode ser annullado pela retirada de 7.883 contos de papel-moeda. Em resumo 95,5 vezes em 100, uma emissão de mais de 5.000 contos fez cair o cambio, e uma redução maior de 5.000 contos no meio circulante fel-o subir.

Eis ahi os factos, Sr. Presidente. As leis economicas, em que pese aos seus impugnadores, são inelutaveis e não conhecem isenções geographicas. Ellas actuam na Europa como na America, no Brasil como na França, na Colombia como na

Russia. A logica inexpugnável destes factos não deixa á denodada phalange dos emisionistas de papel-moeda outro recurso senão içar a bandeira branca. Mas vamos ainda apertar o cerco.

As emissões e a exportação

Parece dominar em certos meios do paiz a theoria que o interesse dos productores deve prevalecer sobre o dos consumidores.

Essa doutrina conduz os seus propugnadores a reclamarem emissões de papel moeda para fomento e defesa da producção agricola e desenvolvimento da exportação, muito embora a alta dos preços infelicite e empobreça mais os consumidores e a depreciação do meio circulante desequilibre as finanças publicas.

Contesto essa doutrina, do ponto de vista moral, pelo seu egoismo e do ponto de vista economico pela sua incongruencia, pois a fortuna dos productores só pôde fundar-se na prosperidade dos consumidores, no desenvolvimento da capacidade acquisitiva destes.

Não só é erronea a doutrina como são falsas as conclusões que della tiram, não devendo deixar de considerar-se que os productores são tambem consumidores e vice-versa.

E' falso que as emissões de papel-moeda estimulem a producção agricola.

E' falso que desenvolvam a exportação.

Começarei por demonstrar esta ultima asserção.

Quando jorra uma emissão de papel-moeda, a depreciação deste se manifesta em relação á moeda estrangeira, antes de repercutir nos preços internos. Antes de subir o preço do café, da borracha, dos outros productos, sobe o valor da libra, do dollar. De modo que o comprador estrangeiro, com a mesma somma em dinheiro do seu paiz, adquire maior quantidade de nossos productos. As compras destes se activam, até que a intensificação da procura de um lado, e a desvalorização gradual do papel-moeda, do outro, elevam o preço do producto nacional, e o equilibrio se restabelece. E

nesse intervallo, que é sempre curto, que houve? Os produtores venderam maior quantidade de mercadoria do que vendiam antes, no mesmo espaço de tempo — mas essa venda rendeu para o paiz menor quantidade de dinheiro estrangeiro, portanto, menor quantidade de mercadorias estrangeiras com elle compraveis. Quando a alta dos preços se generaliza, o que não tarda, o productor, a menos que consiga lesar os seus trabalhadores recusando pagar-lhes maior salario, verá estancados os lucros dessa proveniencia.

Assim, o estímulo da exportação, decorrente da baixa do cambio, traduz-se no seguinte: algum lucro passageiro para o productor de artigo exportavel; prejuizo permanente para o paiz.

Na França surgiram as mesmas theorias dos nossos inflacionistas. Tambem lá pediram novas emissões, para estimular a exportação, allegando-se o caso da Allemanha, que a quéda do marco permite concorrer vantajosamente com os outros paizes nos mercados externos. A resposta foi-lhes dada por Georges Bonnet (*Les finances de la France*, 1921, pag. 347). “A resposta é facil — diz o autor — A desordem financeira não traz fatalmente um reerguimento economico; vêde a Austria, a Russia. A prosperidade de uma nação depende da intensidade de sua produção. Ora, a Allemanha está admiravelmente aparelhada para produzir, e seu aparelhamento foi poupado pela guerra. Sem duvida a depreciação da moeda attrahe o comprador estrangeiro, mas ella é tambem causa de uma alta de preços no interior. Póde succeder que a baixa do cambio preceda a alta dos preços; mas é fatal que esta a acompanhe de perto e que o equilibrio se restabeleça. Os preços acabarão por ser iguaes ao preço das mesmas mercadorias nos paizes de moeda sã. Neste momento, o estrangeiro suspenderá as compras. O aviltamento do nosso papel não é remedio para esta crise economica. Nós o soffremos, mas será loucura querer aggraval-o.”

Não pensa de outro modo o professor Germain Martin (*Revue Bleu*, 4 de junho de 1921, pag. 343): “A inflacção não é sinão um estimulante facticio. E’ a strychnina financeira empregada pelos Estados que soffrem *deficits* orçamentarios chronicos. O uso prolongado do remedio não póde

sinão piorar a situação do doente e apressar a eclosão de dificuldades insuperáveis.”

Da mesma maneira se manifestava na Sociedade de Economia Política de Paris, em 5 de abril deste anno, o eminente economista Truchy: “A moeda depreciada no exterior o é também no interior, e o premio á exportação não pôde ser sinão igual ao desvio entre as duas depreciações, ao excedente da depreciação externa sobre a depreciação interna. De outro lado os inconvenientes de uma moeda desvalorizada são taes, que excedem as vantagens que podem beneficiar as exportações; custo mais elevado das compras no exterior, encargos mais pesados dos empréstimos externos, e sobretudo a instabilidade do curso dos cambios e por consequencia, de todas as operações commerciaes. E' verdadeiramente uma burla (*une duperie*) proclamar os beneficios da moeda depreciada.” (*L'Economiste Français*, 23 de abril de 1921.)

Ao mesmo tempo que os inflaccionistas francezes apadrinham as suas inculcas com o exemplo da prosperidade germanica, eis como a apreciam os allemães que, de dentro de seu paiz, estão em melhor situação para avalial-a.

Na *Vossische Zeitung* (n. 272, de 12 de junho de 1921) vem um artigo assignado por Georg Münch cuja epigraphe, «Prosperidade chimerica», indica o seu contexto. Esse autor nota que os algarismos vertiginosos dos relatorios dos bancos e sociedades anonymas illudem aquelles que não levam em conta a depreciação do marco. «Os algarismos sempre crescentes tanto do capital em gyro como dos lucros, despertam a impressão de prosperidade, emquanto, na realidade, os negocios, convertidos em productos, diminuiram extraordinariamente». Proseguindo na demonstração de suas affirmações, diz adiante «Póde-se deduzir da estatistica official do commercio allemão de exportação, quanto diminuiu a quantidade de mercadorias exportadas, em comparação com os annos antes da guerra. A estatistica accusa, para os primeiros 10 mezes de 1920, uma exportação no peso total de 162,8 milhões de quintaes. Exportamos no mesmo periodo de 1913 mercadorias no peso total de 611,7 milhões de quintaes (Doppelzentner). Attingiu por consequente nossa exportação, no anno de 1920, apenas á quarta parte da de 1913».

As emissões, aviltando o cambio, proporcionam ás vendas para o exterior um premio ephemero e illusorio. Não tarda a estabelecer-se o equilibrio entre os preços e a depreciação do meio circulante e esta começa a exercer a sua influencia depressora sobre a exportação.

A inflacção é um estímulo fugaz, mas um impecilho permanente ao desenvolvimento da exportação, porque descorroçoa o trabalho e a producção.

QUADRO
Commercio inter-

ANNOS	EXPORTAÇÃO EM £ 1.000	IMPORTAÇÃO EM £ 1.000	PAPEL MOEDA EM CONTOS DE RÉIS
1891.....	35.524	31.666	165.380
1892.....	39.121	29.402	215.111
1893.....	33.801	31.347	283.744
1894.....	32.050	32.704	367.358
1895.....	36.293	34.751	337.351
1896.....	31.654	32.408	371.641
1897.....	32.243	26.982	754.958
1898.....	30.023	27.708	779.965
1899.....	29.330	26.562	733.727
1900.....	33.161	25.151	699.631
Total dos 10 annos.....	333.300	298.688	
Média annual.....	33.330	29.869	471.086
1901.....	40.622	21.377	680.451
1902.....	36.437	23.279	675.536
1903.....	36.885	24.208	674.978
1904.....	39.430	25.915	673.739
1905.....	44.643	29.830	669.492
1906.....	53.059	33.204	664.792
1907.....	54.177	40.528	643.531
1908.....	44.155	31.491	634.682
1909.....	63.724	37.139	628.452
1910.....	63.092	47.872	621.005
Total dos 10 annos.....	476.222	318.843	
Média annual.....	47.622	31.884	656.635
1911.....	66.839	52.822	611.519
1912.....	74.649	63.425	607.025
1913.....	64.849	66.166	601.488
1914.....	46.527	35.476	822.496
1915.....	53.951	30.088	982.089
1916.....	56.462	40.369	1.122.559
1917.....	63.031	44.510	1.389.414
1918.....	59.946 (1)	51.761	1.679.176
1919.....	115.785	69.578	1.729.061
1920.....	77.841	90.070	1.730.000
Total dos 10 annos.....	679.880	544.265	
Média annual.....	67.988	54.426	1.137.482

(1) O valor da £ ouro em 1918 é calculado com a depreciação £ 61.168.000 vale nesse anno apenas £ 59.946.000, que é o algarismo ciação média da £ de 11 %, e o de 1920 com a de 27,6 %, segundo os

Em 1918 Exp. de £ (cambiaes) 61.168.000 = £ (ouro)
 Em 1919 Exp. de £ (cambiaes) 130.085.000 = £ (ouro)
 Em 1920 Exp. de £ (cambiaes) 107.514.000 = £ (ouro)

N. 5
nacional do Brasil

% DA EXPORTAÇÃO SOBRE 1910	% MÉDIA NORMAL DO AUMENTO DA EXPORTAÇÃO (NA EUROPA) 3.º/ AO ANNO	% DO PAPEL MOEDADO EM RELAÇÃO A 1891	VALOR MÉDIO DO CONTO DE REIS EM £
100	100	100	61.8
110	103	130	49.9
93	106	173	48.0
90	109	222	41.8
102	112	204	41.2
89	116	225	37.5
90	119	457	31.4
84	123	472	29.7
82	127	444	50.7
93	131	422	39.0
<hr/>			
93	114	285	39.7
<hr/>			
114	135	411	47.3
102	139	409	49.5
104	143	409	49.7
111	147	408	50.7
125	152	405	65.3
149	156	403	66.4
181	161	390	62.9
124	166	384	62.6
179	171	380	62.7
177	176	376	67.1
<hr/>			
136	152	397	58.4
<hr/>			
188	181	370	66.6
210	186	367	66.7
182	192	354	66.7
131	198	498	62.5
152	204	595	51.7
159	210	680	49.7
177	217	841	53.0
168	223	1.018	52.6
322	229	1.047	51.1
219	233	1.047	43.3
<hr/>			
190	207	682	56.3

de 2 % da £ papel, que houve nesse anno, de modo que a exportação adoptado neste quadro. O calculo sobre 1919 é feito com a depre-dados officiaes da Conferencia de Bruxellas (vol. V, pag. 27).

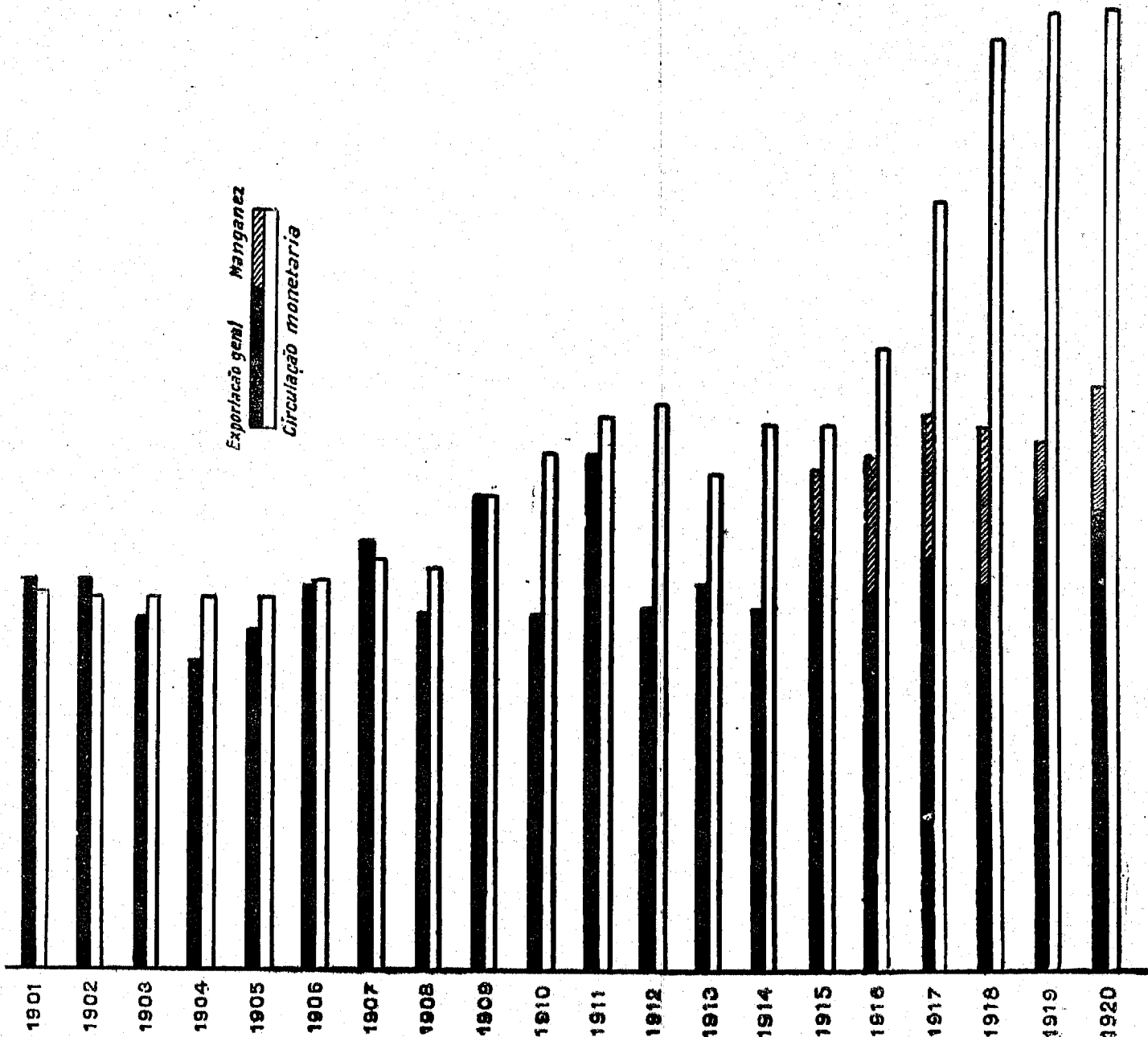
59.946.000 Imp. £ (c) 52.817.000 = £ (ouro) 51.761.000
 115.785.000 Imp. £ (c) 78.177.000 = £ (ouro) 69.578.000
 77.841.000 Imp. £ (c) 124.406.000 = £ (ouro) 90.070.000

Neste quadro (quadro n. 5), está o confronto do nosso commercio exterior com o meio circulante, nos ultimos trinta annos. No primeiro decennio a média da circulação sóbe a 285 % e a da exportação baixa a 93 % em relação ao primeiro anno do periodo, quando a média nos paizes velhos (e não nos novos onde deve ser muito maior) é de 114, á razão de 3 % annuaes. No segundo decennio a média do meio circulante sóbe a 397 % e a da exportação a 136 % em vez do minimo de 152 %. Nos ultimos dez annos a média do meio circulante vae a 682 % e a da exportação (apezar das compras dos belligerantes durante a guerra), chegou apenas a 190 % sem attingir os 207 % dos paizes cansados.

Verifica-se assim que, sob o regimen da inflação, as exportações não attingiram nem ao menos o progresso médio do conjunto da Europa nos ultimos cincoenta annos, e o seu incremento se manteve muito abaixo da média observada nos paizes prosperos da America.

Portanto, o papel-moeda no Brasil, não tem alentado, como dizem os emissionistas, a exportação. Este desenho

Relação entre o meio circulante e o volume da exportação



Maria Brandy
1921

deixa-o patente á primeira vista. Os algarismos que acabo de apresentar representam o progresso da exportação em valor, e este cresceu principalmente no ultimo quinquennio devido á alta de preços durante a guerra, e do outro lado pela desvalorização interna do meio circulante. A idéa real do desenvolvimento da exportação é dada pelo seu volume. Reparac neste graphico, si ha alguma correspondencia entre a inflação de papel-moeda e o augmento da exportação. A linha coticada representa o excesso da exportação de man-ganez sobre a média da sahida desse minerio nos tres ultimos annos anteriores a 1915. Creio que, sendo notorias as causas desse facto: — impedimento da exportação russa e avultamento da producção siderurgica para as necessidades da guerra, não é possivel attribuil-o a estímulo da baixa cambial consequente ás emissões.

Demonstrado que é falsa a affirmação de que os cambios baixos constituem estímulo duravel da exportação, vou agora provar — não com pequenos periodos salteados, mas com um quadro que abrange todo o periodo da Republica; não pelo confronto de uns annos com outros adrede escolhidos, mas com médias — que a verdade é exactamente o contrario; o regimen de cambio em declinio desalenta a exportação, ao passo que a ascensão ou a estabilidade cambial a estimula.

As grandes oscillações cambiaes na Republica seguem este rythmo: de 1891 a 99, declinio; de 99 a 906, ascensão; 906 a 913, estabilidade; 913 a 916, baixa; 916 a 920 elevação.

QUADRO N. 6

Influencia das oscillações cambiais sobre a exportação

Periodos	Situação cambial	Exportação do periodo	Média annual	Augmento ou diminuição annual	Augmento normal	Média do periodo
1º) 1891-99.....	Declínio.....	£ 300.439.000	£ 33.682	— 0,57 % (1)	+	9 d. 1/2
2º) 1899-05.....	Elevação.....	£ 284.237.000	£ 40.605	+ 2,9 % (2)	+	42 d. 10/32
3º) 1906-13.....	Estavel.....	£ 431.485.000	£ 61.640	+ 7,4 % (2)	+	15 d. 3/4
4º) 1913-16.....	Declínio.....	£ 457.246.000	£ 52.405	+ 5 % (2)	+	12 d. 3/4 (3)
5º) 1916-20.....	Elevação.....	£ 351.703.000	£ 90.426	+ 18,1 % (2)	+	14 d. 1/64
6º) 1921 (6 m.).....	Declínio.....	£ 38.485.000	—	+ 25,5 % (4)	+	8 d.

Notas

(1) Sobre o primeiro anno do periodo.

(2) Sobre a média do periodo anterior.

(3) O cambio médio dos periodos 4º e 5º é o adoptado nos Boletins da Estatistica Commercial que registra as seguintes taxas: 1914, 14 21/32; 1915, 42 13/32; 1916, 11 59/64; 1917, 42 23/32; 1918, 42 55/64; 1919, 13 35/64; 1920, 16 29/32. Essas taxas representam a média do cambio das transações, que é a real. A média das cotações da bolsa, em periodos de oscillações, não traduz a realidade cambial em relação ao commercio exterior.

(4) Em relação a igual periodo do anno passado.

Examinemos o efeito destas oscillações sobre a exportação:

1° periodo, 1891 a 1899, descenso do cambio — a média annual da exportação baixa de £ 35.524.000, do primeiro anno do periodo, a £ 33.682.

2° periodo, 1899 a 1906, subida do cambio — a média da exportação sobe de £ 33.682.000 a £ 40.605.000.

3° periodo, 1906 a 1913, cambio estavel — a média da exportação cresce de £ 40.605.000 a £ 61.640.000

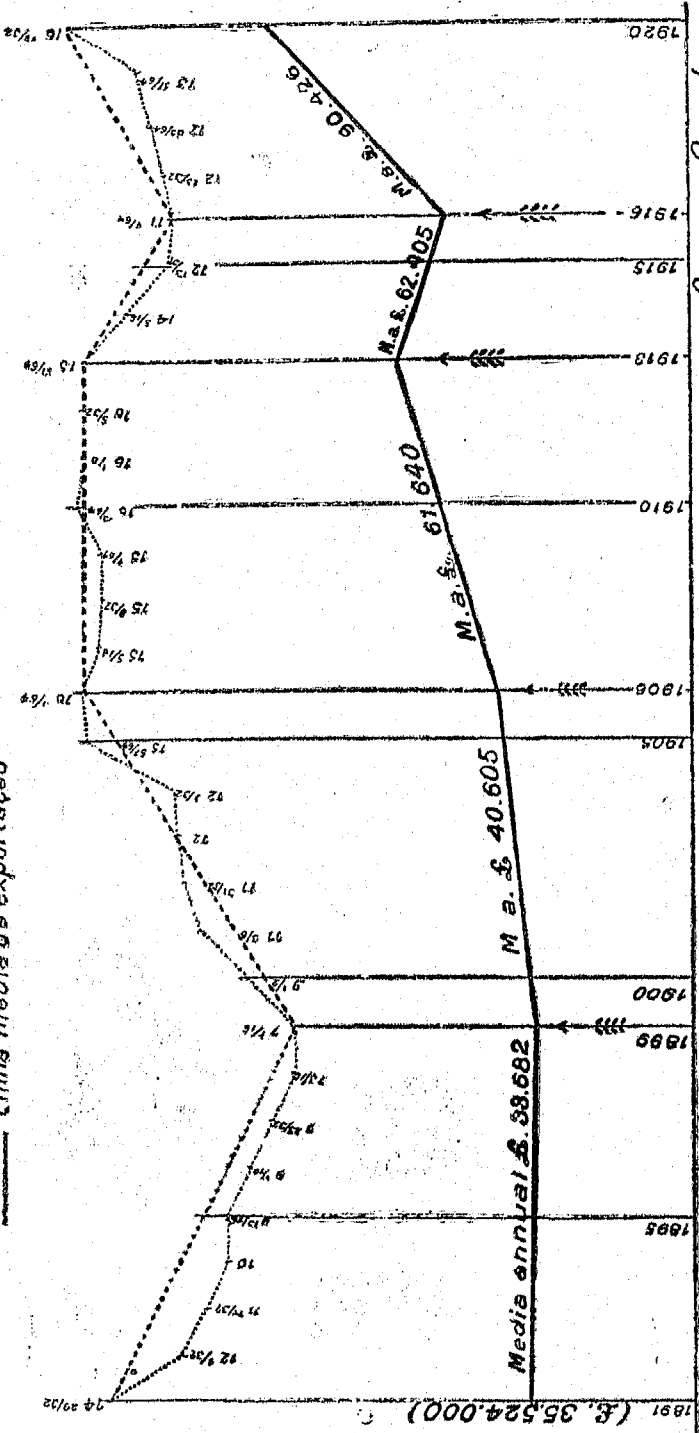
4° periodo, 1913 a 1916, declinio do cambio — a média da exportação baixa de £ 61.640.000 a £ 52.405.000.

5° periodo, 1916 a 1920, elevação cambial — a média da exportação sóbe de £ 52.405.000 a £ 90.426.000.

Deitai a vista a este traçado

GRAPHICO N. 4
Relação entre o movimento do cambio e a exportação

..... Cambio medio annual
- - - - - Linha de tendencia do cambio
————— Linha media da exportação



Mano Branco
1921

e vêde se ha meio de sophismar a sua lição.

Já lobrigo a bandeira branca a panejar sobre as trincheiras dos emissionistas. Mas estreitemos o circulo de ferro. A rendição ha de ser sem condições.

As emissões e o desenvolvimento do paiz

O argumento Achilles dos emissionistas é que a abundancia de papel moeda augmenta a producção e enriquece o paiz. São duas inexactidões na mesma affirmação. O jacto de papel moeda age como um excitante do organismo economico; mas o seu effeito é passageiro, desaparece rapidamente, deixando a capacidade productiva e a capacidade de consumo deprimidas, em nivel inferior áquelle em que se achavam no momento do começo da inflacção. Este estado de depressão, sim, é duravel. Póde melhorar, se a inflacção se reduz; tornar-se chronico como no Paraguay, se a circulação continúa superabundante; ou aggravar-se se ella continúa a augmentar como na Austria e na Russia, que, com o diluvio de rublos, perdeu até o estímulo de produzir para o proprio sustento. No emtanto a Russia era, antes da inflacção, o celeiro do oriente e de algumas nações do occidente.

O primeiro effeito da inflacção é aguilhoar a producção industrial. O papel moeda augmenta transitoriamente o poder acquisitivo do paiz e suscita compradores para os productos industriaes — mas não para os agro-pecuarios, porque si o povo, vendo accrescido o seu poder de compra, entrará a adquirir mais roupa, calçados, chapéus, artigos de luxo, não passará a almoçar duas vezes nem jantar dobrado. Os salarios do operariado industrial sobem, pela procura de braços, attrahindo para as cidades os melhores trabalhadores agricolas, aquelles que teem mais aptidão para o trabalho e mais elementos para prosperar.

Nunca falha este effeito da inflacção — aggravar o problema do braço para a lavoura, porque esta não póde pagar aos colonos os salarios de 14\$ que ganham os officiaes nas cidades, nem os 9\$ que vencem os ajudantes e 6\$ que percebem os aprendizes. Em toda parte onde a inflacção se deu, verificaram-se simultaneamente estes dous phenomenos: falta

de braços para a agricultura e falta de habitações nas cidades. Apresentou-se mais um problema de solução premente — a necessidade de casas para operarios, ao mesmo tempo que os campos se desertavam. Emissão significa deruralisação do paiz.

Emquanto lavra essa febre nas industrias, os preços começam a altear, pela desvalorização fatal da circulação inflada. Os ganhos da população não sobem em proporção inversa á baixa do valor da moeda, de modo que a capacidade de compra começa a diminuir. Diminúe a procura. A industria não pôde manter o mesmo teor de produção e vê-se na contingencia de reduzir os salarios, de um modo ou de outro; ou diminuindo as tabellas, solução difficil e ás vezes impraticavel, ou reduzindo a somma global despendida na mão de obra, pelo fechamento das fabricas alguns dias na semana ou pela despedida de operarios, os quaes se encontram entre as duas aspas deste dilema — cóрте no salario ou «chômage». De um anno para cá, pela primeira vez na historia industrial, se conseguem praticar córtes mais ou menos consideraveis nos salarios. Nos Estados Unidos, de 15 a 25 % e na Inglaterra, de 15 a 20 %. Ainda assim ha neste momento, nos Estados Unidos, 3 milhões e quinhentos mil operarios sem trabalho, e o numero destes é consideravel tambem na Inglaterra, na Italia, na França, onde ha 148 mil recebendo do Estado pensões de “chômage”.

O mundo atravessa hoje este periodo de depressão, que se traduz nos algarismos do commercio internacional.

QUADRO N. 7

Decrescimento do commercio internacional em 1921

Importação		Decrescimento		Exportação		Decrescimento	
1920	1921	Em 1921, %		1920	1921	Em 1921, %	
Brasil (7 mezes) em £ 1.000							
£ 62.405	£ 47.476	—	30,4 %	£ 73.685	£ 31.516	—	56,9 %
Inglaterra (6 mezes) em £ 1.000							
£ 1.034.637	£ 582.230	—	43,7 %	£ 637.434	£ 338.860	—	42,1 %
Estados Unidos (5 mezes) em \$ 1.000							
\$ 1.918.890	\$ 1.134.808	—	40,9 %	\$ 3.616.606	\$ 2.209.508	—	38,9 %
França (5 mezes) Frs. 1.000							
26.191.702	10.407.438	—	61 %	42.255.223	40.799.855	—	12 %
Italia (4 mezes) Liras 1.000							
4.733.000	5.334.000	+	12,7 %	2.506.000	2.224.000	—	11,3 %

Já antes mencionei o decrescimento da produção alemã em consequência da inflação. Vejamos em outros países. O Brasil exportou nos primeiros sete mezes deste anno £ 31.516.000 contra £ 73.685.000 em igual periodo de 1920, redução de 56,9 %. Importamos 47 contra 62 milhões, ou menos 30,4 %. A Inglaterra de janeiro a julho exportou £ 369 milhões contra 637 o anno passado; diminuição de 42,1 %. Importou £ 582 milhões contra £ 1 bilhão; menos 43,7 %. Os Estados Unidos, nos primeiros cinco mezes deste anno exportaram \$2.200 milhões contra \$3.600 em igual periodo do anno passado; queda de 38,9 % e importaram \$1.100 milhões, contra \$1.900; decrescimento de 40,9 %. A França exportou em seis mezes de 1921 frs. 10,8 bilhões contra 12,2 o anno passado; redução de 12 %; e importou 10 contra 26 bilhões o anno passado, menos 61 %. A Italia, em quatro mezes de 1921, exportou liras 2.200 milhões contra 2.500 em 1920; diminuição de 11,3 %. Importou 5.300 milhões contra 4.700, aumento de 12,7 %.

Por esse motivo se acham ociosos, nos portos norte americanos, inglezes e escandinavos, navios arqueando cinco milhões de toneladas. (*The Americas*, march, 1921).

A não ser pequeno aumento na importação da Italia, que não infirma nossa asserção, estes Algarismos demonstram que nos países de circulação inflada (ainda que conversível), decahiram ao mesmo tempo a produção e capacidade de consumo.

Todas essas nações estão empenhadas na «deflação» do meio circulante. A Inglaterra fixou o maximo das «currency-notes» para 1921 em £ 317 milhões, contra £ 320 milhões, quantidade adoptada para o anno passado e augmentou o seu fundo de resgate de £ 32.500.000, em janeiro de 1920 a £ 47.950.000 em janeiro do corrente anno.

Os Estados Unidos, não podendo incinerar o seu ouro, que é incombustível, nem offercel-o *gratis pro Deo*, aos outros povos, procuram emprestar-o aos estrangeiros a juros em relação com o credito abalado dos devedores. Começaram a emprestar a 8 %, depois a 7 1/2 e afinal a 7 %.

A França cogita de reduzir de 37 a 25 bilhões a sua circulação fiduciaria. Entretanto não falta alli, mesmo no Parlamento, quem defenda a continuação das emissões para sup-

prir as necessidades do governo. Eis o que a este respeito dizia no Senado, em junho ultimo, o Sr. Ribot, dirigindo-se ao ministro da Fazenda:

«*M. Ribot* — Durante a guerra todos os paizes, a começar da França, emittiram bilhetes que não tinham outro contrapeso além do credito do Banco sobre o Estado. Mas em tempo de paz, e quando o orçamento está em *deficit* da somma que vos digo, emittir bilhetes que cousa é, senão preparar a falencia a prazo muito curto?... E' impossivel; não o podeis fazer; não o fareis! Tenho confiança em vós!

O ministro das Finanças — Bem sabeis que o não farei.

M. Ribot — Eu o sei; mas todavia procura-se envenenar a opinião com estas theorias muito commodas, e na verdade muito faceis. Isto é a perda irremediavel das nossas finanças.» (*Le Pour et le Contre*, junho 5, 1921).

A Italia, na mesma orientação. Em primeiro de janeiro deste anno a sua circulação de bilhetes bancarios e notas do Thesouro de cinco e 10 liras montava a 22.000 milhões. Em 20 de junho tinha baixado a liras 18.827 milhões. Houve uma retirada de cerca de 2.200 milhões.

E neste concerto, que fazemos? Abrimos as comportas do papel-moeda, através do guichet do Banco do Brasil, e ainda cogitamos de outra emissão de tresentos mil contos.

A libra desceu 25 % e a Inglaterra adoptou medidas energicas para sustar-lhe a quéda. O franco baixou 60 % e o avejão da bancarrota já assombra os estadistas francezes, que pararam resolutos no perigoso caminho. A lira tombou 78 % e a Italia susteve-a nesse limite, mettendo mãos resolutas á tarefa da deflaccão. A nossa moeda cahiu ao nivel da lira, e queremos aviltal-a ainda mais com a derrama de papel!

E' facil prever até onde chegaremos se não se amercear de nós a Providencia.

Sr. Presidente, tendo já fallado duas vezes sobre o art. 1º, peço a V. Ex. me permitta rematar o meu discurso, occupando-me do art. 2º, na sessão de amanhã. (*Muito bem; muito bem.*)

O Sr. Mario Brant — Sr. Presidente, quando fui interrompido hontem, por ter-se esgotado a hora da sessão, proseguia nas explanações que vinha fazendo em defesa das minhas emendas ao projecto em discussão.

Tratava, naquelle momento, da parte referente á emissão de papel-moeda, que eu tinha proposto substituir por empréstimos; pelo recurso ao credito interno ou externo, e, em ultimo caso, pelo emprestimo de uma parte do fundo de garantia do papel-moeda, ao serviço de defesa do café.

Nessa exposição, tinha mostrado a inanidade da crença de que o café póde servir de lastro de uma emissão de moeda.

Procurei demonstrar, em seguida, que temos excesso de meio circulante. Tratei, depois, da inflacção e dos preços, mostrando a relação directa que ha entre a massa do meio circulante e os preços. Depois entrei na parte referente ás emissões e o cambio. Ahi, expliquei o mecanismo pelo qual a massa de papel-moeda influe sobre a taxa do cambio. Expuz as opiniões das autoridades mais eminentes, neste momento. Completei a minha demonstração com algarismos, com os quaes acredito haver provado irrecusavelmente, que 95 e meia vezes em cem, em toda a nossa historia monetaria, quando o meio circulante augmenta, dentro de um anno, de cinco mil contos para cima, o cambio baixa e quando dentro de um anno o meio circulante diminue de cinco mil contos ou mais, o cambio sóbe.

Entrei, depois, na parte referente á emissões e á exportação, mostrando que a emissão de papel-moeda, ao envez de alentar, faz diminuir a média da exportação; que nos periodos de cambio em ascensão a exportação sóbe, diminue nos periodos de descenção e no periodo de estabilidade de cambio toma alento especial.

Finalmente, tratei da parte relativa ao desenvolvimento do paiz e entrei no exame das emissões, mostrando que estas não podem estimular a prosperidade nacional, porque, reduzindo o valor da moeda, diminuindo a capacidade acquisitiva dos consumidores, não podem ser, por consequencia, estímulo da produção.

No final de minhas ponderações, falando eu sobre os efeitos da inflacção, o illustre Sr. Armando Burlamaqui aparteou, allegando que nos Estados Unidos, onde ha grande

quantidade de ouro, se fazem sentir, tambem, neste momento, os mesmos effeitos. Esperava terminar a minha exposiçào sobre o cambio para entrar na resposta ao illustre Deputado pelo Piauhy. E' o que vou neste momento fazer, mostrando as consequencias da superabundancia do ouro naquelle paiz.

Inflaçào de ouro

E' sempre nociva a abundancia de moeda, ainda que de ouro. A theoria quantitaliva recebe neste momento a demonstraçào mais flagrante que ainda se pôde apresentar desse postulado. Estando hoje suspensa a circulaçào livre do metal amarello, verificam-se sobre o seu valor, nos diversos paizes, phenomenos aparentemente contradictorios, inexplicaveis para os inexperitos nas leis economicas. No Brasil o poder acquisitivo do ouro augmentou, isto é, houve baixa real dos preços, facto que se dá tambem na Allemanha, na Austria e na Russia, e indica extremo aviltamento da circulaçào. Ao passo que, um objecto que nos Estados Unidos custava, em 1914, \$1.00 custa hoje \$1.66, no Brasil o artigo do valor de 1\$ ouro antes da guerra está hoje por \$750. Pagavam-se então por um costume, em um alfaiate de primeira ordem, 200\$ ou, em ouro, ao cambio de 16 d, £ 13.15sh. Hoje custa 400\$ ou £ 10,5. Baixou de preço 22 %. A mesma roupa em uma casa de igual categoria, custava em Nova York \$40 e hoje \$66. O motivo é o seguinte: nos paizes de moeda mui aviltada não entra ouro, o pouco que existe nos cambistas é solicitado pela ourivesaria de um lado e do outro pelos viajantes para o exterior. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, dá-se o inverso. Na Inglaterra continúa prohibida a exportaçào metallica. O ouro perdeu a sua funcção primaria de moeda internacional para pagamento da differença no commercio entre paizes differentes. Emquanto o phenomeno se traduz apenas na carestia, o publico sempre e a imprensa em geral não o comprehendem. Interpretam-no como «alta de preços», pois não é possivel fazer entender ao vulgo que a moeda de papel, quanto mais a de ouro, diminue de valor. E por isso alguns factos naturaes causam estranheza. Em novembro do anno passado o Banco de Inglaterra comprou uma partida de 242.436 libras esterlinas, a peso, ao preço de

77 sh. 11½ d. a onça, quando o valor official da onça de ouro é de 84 sh. 11½ d.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — É um phenomeno que se não explica racionalmente: que uma mercadoria que todo o mundo cobiça, baixe de preço quando é exposto á venda.

O SR. MARIO BRANT — Não admira que o facto cause estranheza a V. Ex. quando fez espanto ao proprio *Times*. No entanto, uma consulta aos rudimentos da sciencia economica (que na Inglaterra não é malsinada como no Brasil) teria logo esclarecido que, havendo perdido a libra esterlina, emquanto defusa a sua sahida, a função de moeda internacional, passou a ser simples mercadoria, cotada por comparação do seu valor de troca com outras mercadorias.

Nos Estados Unidos a depreciação do ouro provém de causa differente.

A producção universal de 1495 a 1913 montou a 22.924 toneladas no valor de £ 2.870 milhões. De 1914 a 1920 foi de £ 587 milhões ou £ 83.800 em média annual. Calcula-se que, do ouro extrahido, no valor de £ 3.457 milhões, está amoedada cerca de metade, ou sejam £ 1.728 milhões. O *stock* monetario dos Estados Unidos compõe-se hoje de 3.330 milhões de dollars, no valor de £ 684.239.000, correspondentes a 39,6% do *stock* mundial, contra 22% antes da guerra. De 1820 a 1920, em um seculo, os Estados Unidos exportaram 4.688 milhões de dollars em ouro e importaram 5.015 milhões. De 1914 a 1920 a exportação foi de 1.412 milhões contra a importação de 2.607.800.000. Assim nos seis ultimos annos o paiz importou mais ouro do que nos 94 anteriores. No anno corrente já alli entraram 150 milhões de dollars em moedas. Esta situação é desastrosa para o paiz. A exportação metallica algum tempo prohibida durante a guerra, está de novo livre. Mas exportar como e para onde, se todos os paizes são hoje devedores dos Estados Unidos? O recurso que lhes resta é emprestar o seu ouro ás outras nações, e para isso já estão baixando o juro de 8%, que desencorajava os pretendentes. Se não largarem mão de seu ouro para elevar os cambios estrangeiros, e conservarem-no consigo, mantendo a inflacção dos preços, os Estados Unidos estão ameaçados de ver os mercados externos cerrados aos

seus productos, pelos preços prohibitivos destes, e de assistir a ruina das empresas americanas que empregaram capitães e operam no exterior.

Os algarismos do declínio da exportação norte-americana são instructivos.

Exportação total dos Estados Unidos, em milhões de dollars :

Mezes	1931	1920
Janeiro	655	722
Fevereiro	489	645
Março	387	820
Abril	340	684
Maió	330	746

Estes exemplos bastam para abalar a superstição do bezerro de ouro, que ainda conta adeptos. O ouro só é preciso na quantidade indispensavel para garantir o reembolso da circulação fiduciaria e para pagamento das differenças no balanço de contas internacionaes.

A formação de um *stock* metallico excedente a essas necessidades representa immobilização esteril de capitães, que poderiam ser mais proveitosamente empregados em mercadorias de uso ou consumo productivo, ou collocados no exterior a render juros, como sempre fez a Inglaterra.

Eis o motivo porque, conforme propuz na minha emenda, julgo preferivel o emprestimo...

O SR. SAMPAIO VIDAL — A defesa pelos emprestimos é carissima.

O SR. ANTONIO CARLOS — Todos nós queremos a defesa da produção.

O SR. BENTO DE MIRANDA — Mas, quando se propõe qualquer medida, V. Ex. vota contra.

O SR. MARIO BRANT — ...ou lançar mão do fundo de garantia, emprestando-o ao serviço de defesa do café, a uma nova derrama de papel-moeda. Desse modo o fundo de garantia exercerá, embora de modo differente do previsto pelo legislador, a missão para que foi creado, de garantir o valor do meio circulante, impedindo o seu aviltamento.

A quantidade de meio circulante necessaria

Ouvimos repetir a cada passo, em justificação das emissões, que o Brasil necessita de maior quantidade de moeda que outros paizes de população mais densa, porque tem uma vasta extensão territorial e carece de meios de communição facil.

Adduzem mais os inflaccionistas que contamos circulação *per capita* inferior á de outros povos e que, por consequencia, precisamos de mais emissões.

Antes de responder a estas allegações, é necessario examinarmos qual o criterio para avaliar-se a quantidade de moeda necessaria a um paiz.

Este assumpto tem sido tratado pelos economistas, mas nenhum delles, que me conste, sustentou jámais que o meio circulante deva manter qualquer relação com o numero de habitantes do paiz. E pelo mesmo motivo por que nenhum engenheiro ainda sustentou que o numero de vagões de carga de uma via ferrea deve ser proporcional á população da zona por ella servida. O vagão é um vehiculo material, assim como a moeda (inclusive a de ouro, que possui tambem valor intrinseco), é precipuamente um vehiculo juridico da circulação da riqueza. Sabe-se que o material rodante de uma estrada é excessivo quando os seus carros se acham encostados nos depositos ou circulam vãos, com a lotação nominal incompleta. Assim, tambem se póde affirmar que a moeda é superabundante, quando se acha accumulada nas caixas dos bancos ou circula transportando apenas uma parte do seu valor official. Poderão retrucar-me que para a moeda, qualquer que seja a sua quantidade, ha sempre procura ansiosa, como se dá neste momento, em que o commercio e outras classes a reclamam com soffregidão. Mas, a estes responderei ainda com a comparação das estradas de ferro, que não fornecem carros para o transporte de mercadorias que não possam pagar o frete, como se dá actualmente com o manganez, que fórma montanhas á margem das linhas da Central, no interior; e não aceitam nos seus comboios artigos perigosos, como os explosivos instaveis ou productos facilmente derrancaveis. A estrada não emprestaria os vagões para acarretarem, a prazo, productos desvalorizados, com

receio de perder a importancia do aluguel. Assim tambem procedem os bancos, com maioria de razão, porque correm o risco de perder o aluguel — e o proprio vehiculo.

Creio que este simile responde satisfactoriamente ás allegações dos papelistas.

E' exacto, em parte, que o nosso meio circulante é inferior, *per capita*, ao da maioria das nações. Era-o mesmo antes da guerra, como se vê do quadro que apresento.

QUADRO N. 8

Meio circulante em 1914, antes da guerra, per capita

Paizes	Unidade monetaria	Reserva ouro, em milhoes	Circulação, papel e prata, em milhoes	População em 1.000	Circulação per caput	Circulação per caput, em 18 de d.
Belgica.....	Franco	103	1.124	7.423	154,4	90\$000
França.....	Franco	2.608	7.535	39.601	409,2	24\$500
Italia.....	Lira	2	2.897	35.947	80,3	47\$700
Portugal.....	Escudo	7,6	102,1	5.930	17,1	57\$600
Inglaterra.....	£	123	91	43.365	2,09	34\$300
Hollanda.....	Florim	17,7	386,4	6.022	64,1	79\$600
Espanha.....	Peseta	—	1.924	19.588	93,2	58\$400
Suissa.....	Franco	60,2	388	3.753	10,3	6\$100
Suocia.....	Coroa	42,8	239,7	5.584	43,1	55\$600
Noruega.....	Coroa	23	133,1	2.391	55,6	48\$000
Dinamarca.....	Coroa	—	183,3	2.775	66,0	54\$600
Grecia.....	Drachma	10,4	325,5	2.631	124,0	73\$700
Romania.....	Leu	10,8	303,2	5.956	84,4	50\$200
Allemanha.....	Marco	2.570	3.312	64.925	51,0	37\$400
Estados Unidos.....	\$	1.640	1.773	96.265	18,4	56\$800
Argentina.....	Peso	266	823	8.000	102,0	146\$300
Chile.....	Peso	—	450	3.305	45,3	13\$000
Japão.....	Yen	37	568	68.606	8,1	12\$400
Brasil.....	Mil réis	157,7	980	26.000	33,8	33\$800

A lição deste quadro não abona a these dos papelistas. Ha paizes florescentes com mais e os ha com menos moeda do que o Brasil. Mas todos os paizes pobres ou decadentes têm sempre maior circulação *per capita* do que os prosperos. Convertidas as moedas estrangeiras em mil réis, ao cambio da época, vemos que em 1914 nós contavamos 33\$800 por cabeça. A Grecia tinha 73\$ e a França 24\$. A Espanha 58\$ e a Inglaterra 31\$. A Argentina 145\$, mas o Japão 12\$. Portugal 57\$ e a Suissa 6\$. A Allemanha se contetava com 37\$000.

Vejamos se si observa alguma correspondencia entre a circulação e a despeza publica. Os algarismos e os respectivos calculos de porcentagem constam do quadro n. 9.

QUADRO N. 9

Relação, em varios paizes, entre o meio circulante e a despeza publica, orçada para 1913-1914 (em milhões).

	Circulação A	Despeza B	% de A para B
Belgica, francos.....	1.124	504,2	222,9
França, francos.....	7.535	4.501,9	167,3
Italia, libras.....	2.897	2.607	111
Portugal, escudo	102,1	63,7	160
Inglaterra, libras.....	91	172,9	52,5
Hollanda, florim	386,4	211,3	182,3
Suecia, corôa.....	293,7	266,6	110
Noruega, corôa.....	133,1	118,6	112
Dinamarca, corôa.....	183,3	120,6	152
Estados Unidos, dollars.....	1.000,	735,1	241
Argentina, peso.....	823	381,7	215,8
Japão, yen.....	568	541,5	104,9
Brasil, mil réis.....	980	581	168,6

No ultimo anno anterior á guerra, a circulação era superior á despeza publica em quasi todos os paizes. A proporção era a seguinte. Na Belgica, ultrapassava a despeza do Estado em 123 %; nos Estados Unidos em 141 %; na Argentina em 116 %; na Hollanda em 83 %; no Brasil em 69 %; na França em 67 %; em Portugal, em 60 %; na Dinamarca em 52 %; na Noruega em 12 %; na Italia em 11 %; na Suecia em 10 %; no Japão em

5 %. Na Inglaterra a circulação era apenas de 52,5 % da despesa annual.

Este confronto ainda nenhuma illação nos permite tirar, porque encontramos nos extremos da lista dous paizes prosperos, e no meio, indifferentemente, Estados mais e menos flo-rescentes.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Seria talvez mais accerta-do procurar uma proporcionalidade entre a circulação e o vo-lume dos negocios.

O SR. MARIO BRANT — V. Ex. verá que não me escapou tambem este aspecto da questão..

Não me esqueci de estudar a relação entre a circulação *per capita* e o commercio exterior, tambem *per capita*, nas diversas nações de que pude encontrar dados officiaes, para vêr se desse exame era possivel extrahir algumas conclusões sobre a quan-tidade de moeda necessaria aos paizes em geral e ao Brasil em particular. O resultado de minhas investigações consta deste quadro:

QUADRO N. 10

Relação entre o meio circulante e o commercio interna-cional, *per capita*, no anno de 1913:

Paizes	Imp. e exp. total em \$ 1.000.000	Commercio per caput	Commercio per cap. em 1\$	Circulação per caput	Relação de D para C
	A	B	C	D	%
Inglaterra.	5.760	130,2	402\$	31\$3	7,7
Allemanha.	4.054	62,4	192\$7	37\$4	19,4
França	2.953	74,5	230\$	24\$5	10,6
Belgica	1.596	215,0	663\$9	90\$	13,5
Italia	2.539	70,7	218\$3	47\$7	21,8
Canadá	1.095	165,9	512\$3	75\$6	15,1
Estados Unidos. . .	4.205	43,7	134\$9	56\$8	42,1
Argentina.	980	122,5	376\$2	145\$3	38,4
Japão	675	9,9	30\$5	12\$4	40,6
Brasil.	644	24,7	76\$2	33\$8	43,0

Vejam os que lição nos ensinam estes algarismos, que converti em moeda nacional, para maior facilidade de confronto.

A Grã-Bretanha apresentava, no ultimo anno anterior á guerra um commercio exterior de 402\$ por cabeça, com uma circulação de 31\$ por individuo; a relação desta para aquelle era de 7,7 %. A França offerecia a porcentagem de 10,6 %. A Belgica de 13,5 %. O Canadá de 15,1 %. A Allemanha de 19,4 %. A Italia de 21,8 %. A Argentina, de 38,4 %. O Japão de 40,6 %. Os Estados Unidos, de 42,1 %. O Brasil, de 43 %. O Brasil era, pois, desses dez paizes o que apresentava maior quantidade de moeda em relação ao seu commercio exterior, *per capita*.

Que illações devemos tirar destes algarismos? A primeira, e incontestavel, é que, em regra, quanto maior a quantidade de moeda correspondente a cada individuo, tanto menor a eficiencia deste no ponto de vista commercial e, ao mesmo tempo, a sua productividade. A segunda é que a nossa circulação, em vez de insufficiente tem sido excessiva para o meneio do nosso commercio exterior.

Façamos agora os calculos em ouro (em dollar, que é a unica moeda ao par) e tiremos porcentagem globaes, para vermos se, examinado o assumpto por essa face, buscando a proporção entre a massa da circulação e o volume dos negocios, como lembrava ainda ha pouco o illustre Deputado pelo Piahy, por essa face, os resultados são differentes. Peço a attenção dos Srs. Deputados para os algarismos constantes deste quadro:

QUADRO N. 11

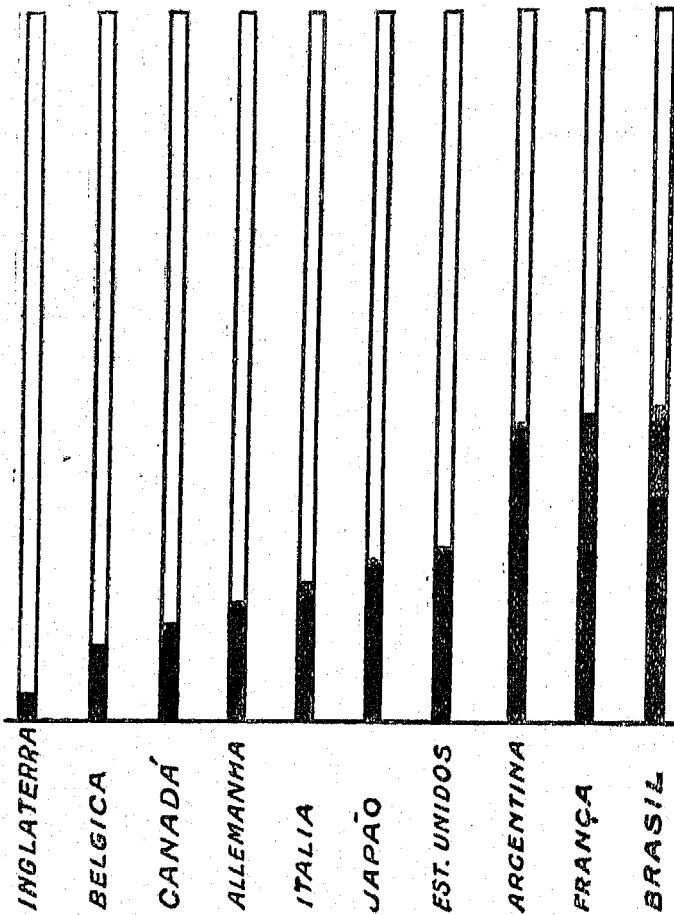
Paizes	Import.	Export.	Total	Melh circ-	% de D para C
	A	B	C	D	
Inglaterra	3.206	2.554	5.760	140	2.4 %
Allemanha	2.567	4.487	4.054	692	17.4
França	1.625	1.328	2.953	1.301	44.0
Belgica	895	701	1.596	180	11.2
Italia	704	1.835	2.539	532	20.9
Canadá	659	436	1.095	162	14.7
Estados Unidos	1.757	2.448	4.205	1.056	25.1
Argentina	479	501	980	428	43.6
Japão	362	313	675	159	23.5
Brasil	326	318	644	290	45.0

Nota — Os dados deste quadro e do n. 12, sobre o commercio internacional são dos annaes da Conf. Financ. de Bruxellas, vol. IV. Os calculos sobre o meio circulante baseiam-se no estudo do Sr. O. P. Austin (*The Americas*, nov. 1920). Os algarismos sobre o Brasil são calculados ao cambio médio do dollar, 3\$089 em 1913 e 3.820 em 1919.

Feitos os calculos em ouro, os resultados são em conjunto os mesmos. Dentre os dez paizes estudados, o Brasil, no momento em que a guerra européa veio subverter as condições economicas internacionaes, era o que apresentava maior quantidade de moeda em relação ao seu commercio exterior. Ao passo que a Inglaterra entretinha um movimento commercial quarenta vezes superior á sua circulação, nós realizavamos o nosso com 45 % de moeda. Este desenho

GRAPHICO N. 5

Relação do meio circulante para o commercio internacional em 1913



Mario Brandy
1921

dá uma idéa mais clara da relação entre os dous termos, circulação e commercio exterior, e deixa patente que não é por falta de moeda que o nosso desenvolvimento commercial se tem operado tão lentamente.

Isto era antes da guerra, dir-me-ão, como já foi dito nesta casa. As condições hoje são diferentes. “Com a alta de preços, precisamos de mais “numerario” para custear as nossas importações e exportações”. Esta impropriedade de termos presta-se a confusões. Numerario quer dizer-moeda ouro. Os proprios bilhetes de banco conversiveis não se pavoneiam com esse titulo. O papel-moeda é uma simples promessa (no nosso caso insincera) de pagamento em numerario. O ouro repelle essa equiparação de nomes, e não oodendo protestar por palavras, protesta por factos. Fechado este parentese, vejamos se as condições do nosso commercio exterior depois da guerra justificam ampliações do meio circulante. Os ultimos dados completos que pude reunir referem-se ao anno de 1919, e constam deste

QUADRO N. 12

Relação entre o meio circulante e o commercio internacional em 1919, ao cambio médio do anno, em milhões de dollars :

Paizes	Import.	Export.	Total	Meio cir-	% de
	A	B	C	culante	
Inglaterra	6.401	3.454	9.855	2.132	21 %
Allemanha.	2.407	392	2.799	7.561	277
França	4.044	1.114	5.158	7.286	141
Belgica.. . . .	665	271	936	909	96
Italia	485	539	1.024	3.085	301
Canadá	906	1.195	2.101	300	14
Estados Unidos . .	3.733	7.751	11.448	4.051	35
Argentina	601	948	1.549	513	33
Japão	1.120	1.072	2.192	532	24
Brasil	349	570	919	452	49

NOTA — Vide nota ao quadro n. 11.

Fica patente destes dados que, ainda hoje mantemos proporcionalmente ao commercio exterior, uma circulação muito superior ao dos outros paizes estudados, exceptuados apenas aquelles que tiveram de alargar suas emissões para custeio da guerra. As proporções são respectivamente as seguintes : Canadá, 14 %; Inglaterra, 21 %; Japão, 24 %; Argentina, 33 %; Estados Unidos, 35 %; Brasil, 49 %. Seguem-se os paizes inflados por contingencia de guerra : Belgica, 96 %; França, 141 %; Allemanha, 227 %; Italia, 301 %. Do cotejo do quadro n. 12 com o de numero 7, resalta o grande declinio do commercio exterior nos paizes de circulação inflada.

Deante dos algarismos é impossivel negar um nexo de causalidade entre a inflacção monetaria e o abatimento do commercio externo, e por conseguinte tambem do commercio interno, porque aquelle é um indice da capacidade internacional de comprar e de vender, o que vale dizer : de produzir e de consumir. Notai que o phenomeno se manifesta com a mesma intensidade, embora por motivos differentes, nos paizes de inflacção aurea, como os Estados Unidos. Não sendo possivel filiar a inflacção européa e americana ao declinio do commercio, não só porque aquella precedeu a este, como porque as suas causas são notorias, somos forçados a concluir que a decadencia do commercio é effeito da superabundancia de moeda. Ahi está como os factos, os algarismos actuaes confirmam *in totum* as conclusões dos economistas, extrahidas da observação dos factos passados.

Eis porque, depois de enumerar os prejuizos que acarreta á economia nacional a depreciação da moeda fiduciaria, ou agio do ouro, que são manifestações do mesmo phenomeno — a inflacção, termina Fontana Russo: "Sendo dada esta accção nefasta, o agio (do ouro) não póde encontrar outros defensores senão o commerciante que fez sortimento a credito, o banqueiro que especulou sobre titulos e letras, o industrial que teme a concurrencia externa, o devedor que conta com uma depreciação ulterior da moeda. Mas todos estes são interesses particulares que não podem triumphar senão em detrimento dos interesses geraes. O interesse da

economia geral tem maior importancia, e toda mesquinha vantagem individual é desprezível ante os danos infligidos á Nação.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Responderei a V. Ex. opportunamente. Mas, frizemos bem: V. Ex. disse que ainda não se descobriu um meio de determinar o *quantum* da circulação.

O SR. MARIO BRANT — Não. Disse que eu não conhecia o criterio para fixar com antecedencia a quantidade de meio circulante necessaria a um paiz.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Todos os povos organizados determinam o maximo da circulação. A propria Inglaterra tem neste momento a sua circulação fixada em 320 milhões de libras.

O SR. MARIO BRANT — Nosso caso é differente. Não podemos limitar o maximo, porque no Brasil este já está excedido. A Inglaterra está fixando para baixo.

O SR. SAMPAIO VIDAL — O Brasil não tem organização monetaria. Seria difficil fixar a sua circulação. Só os factos provam a deficiencia do meio circulante, sobretudo pela falta de elasterio. A Inglaterra conta com multiplos recursos que supõem a moeda circulante.

O SR. MARIO BRANT — É verdade. 320 milhões para 1920. Mas para 1921 já fixou a circulação em 317 milhões. Está se desinflando.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Não serve para nós o exemplo da Inglaterra porque lá o cheque é uma das modalidades da circulação da riqueza.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Vem isto justamente em abono do que estou affirmando.

O SR. MARIO BRANT (*dirigindo-se ao Sr. Sampaio Vidal*) — Dessa maneira, concordo em que se fixasse o limite da nossa circulação, por exemplo, em um milhão de contos.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Monetariamente, somos um paiz por organizar. V. Ex. acha que um milhão de contos daria para nossas necessidades. Podemos jurar que o Brasil não tem 700 mil contos em effectiva circulação. A questão não é tanto da quantidade mas do elasterio da circulação, para acudir as necessidades a hora e a tempo.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — No Piauhy falta numerario.

O SR. MARIO BRANT — O dinheiro está todo em circulação. Creio que já disse no decorrer da minha exposição. Porque dinheiro em circulação não é sómente o dinheiro em poder do commercio, mas o que se acha á disposição deste, para mercadorias que hajam de ser negociadas. Esse dinheiro que ha nos bancos não está preso, está á espera de transacções legitimas e convidativas. Quando o banco não empresta, é que ha motivo forte e poderoso para não se arriscar a operações perigosas. Assim é que elle não empresta para manter em alta, retirados do mercado, productos e mercadorias que se acham em baixa. O negocio principal dos bancos é emprestar dinheiro, para auferirem o lucro dos juros. Desde que elles reteem o dinheiro em caixa é porque ou não ha transacções que o solicitem, ou as que apparecem não são seguras, não lhes mecerem confiança.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Grande parte do deposito dos bancos é dinheiro retirado da circulação. Em um paiz sem organização segura e prompta de redescontos o deposito se impõe como garantia aos depositantes. Grande parte do papel-moeda está positivamente immobilizado nos bancos.

O SR. MARIO BRANT — A população,, a despeza publica, o commercio *per capita*, o commercio global não nos offerecem, como acabei de demonstrar, indicações que permittam avaliar a quantidade necessaria de meio circulante para o desenvolvimento normal de um paiz.

Não haverá então um criterio seguro para essa avaliação?

Ha. Ha um estalão exacto, positivo, infallivel, tanto quanto é possivel a infallibilidade nas cousas humanas; este é a paridade do valor real da moeda fiduciaria com o seu valor legal.

A moeda é um vehiculo juridico de valores. Quando esses vehiculos trafegam com a lotação incompleta, conduzindo apenas metade do valor que comportam, (o seu valor nominal), isso indica que ha em trafego o dobro da quantidade necessaria para fazer circular a riqueza do paiz. Quando trafegam supercarregados, com a sua lotação preenchida (valor nominal) e mais uma tara (agio), mostra esse facto

que o seu numero é insufficiente para movimentar a riqueza publica, e logo novos vehiculos de valor, (moedas de ouro), acodem automaticamente, de onde quer que seja, para supprir as necessidades do trafego. Foi o que succedeu quando a Caixa de Conversão fixou o valor maximo que podia conter a cedula de mil réis.

O Sr. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. certamente não assistiu a uma crise de transportes.

O Sr. MARIO BRANT — Quando não se póde transportar, é porque ha falta de vehiculos.

O Sr. SAMPAIO VIDAL — A moeda é exactamente o vehiculo dos valores produzidos.

O Sr. MARIO BRANT — Moeda temol-a em excesso, como estou mostrando.

Eu dizia que a Caixa de Conversão fixou o valor maximo comportavel em uma nota de mil réis.

Apenas 'attingido esse valor, começou a entrar ouro. Não houvesse a lotação maxima de mil réis sido fixada em 16 pence, o augmento da riqueza publica se iria distribuindo pelo meio circulante e dentro de cada mil réis iria se accomodando o valor de 18, 20 ou 22 pence.

Quando os bilhetes circulam com a sua lotação exacta (ao par do seu valor legal), significa esse facto que elles não são de mais nem de menos.

E' esse o criterio da quantidade de moeda necessaria a cada paiz.

Dir-me-hão que o Brasil se acha em caso especial, por ser paiz muito extenso, de communicacões escassas e demoradas, de população disseminada, e não possuir organização de credito, de modo que quasi todas as transacções se realizam em moeda, e portanto necessita de maior quantidade desta. Eu poderia allegar que a Camara de Compensação já se acha em regular actividade e liquidou, só na ultima semana, sem emprego de moeda, transacções no montante de mais de cem mil contos. Entretanto, admitto que todas essas allegações sejam verdadeiras, mas a conclusão é falsa. Com effeito si, apezar de ser o paiz vasto, de communicacões lentas e população esparsa e sem outros meios de movimentação da riqueza além da moeda

fiduciaria, esta circula com a sua lotação de valor não preenchida e ainda existe ociosa nos depositos (bancos) grande quantidade, evidente é a sua superabundancia. Se uma réde ferroviaria serve zona extensa e populosa, onde não se empregam outros processos de transporte, e apesar de seus carros trafegarem em marcha lenta, e meio vazios, sobra grande numero delles encostados nos depositos, que indica esse facto? falta de vagões? não; revela o seu excesso.

Vou ao encontro da objecção de que o simile não é perfeito, porque não abranje todas as funcções da moeda. Convenho. Se fosse perfeito não seria um simile, mas uma identidade e esta não existe nas cousas contingentes. Identidade, só nas abstracções. Esta allegoria não abrange as funcções secundarias da moeda, mas faz resaltar a principal, a que sobreleva a todas as outras — funcção de vehiculo juridico para transmissão de bens. Escolhi esta ficção, porque ella aclara a questão, tão baralhada nas discussões do parlamento e da imprensa, da quantidade de moeda necessaria á vida economica do paiz.

Poderão revidar-me que, sendo a emissão do projecto destinada precipuamente á aquisição de café, isto é, a mear uma riqueza já creada, não causará inflacção. Engano. Para produzir café no valor de um conto de réis foram consumidos (viveres, vestuario, usura das machinas e instrumentos, combustivel para o transporte, etc), no valor de 700\$. Por consequencia, para evitar a inflacção, seria mister que, á medida que entrasse na circulação um conto de réis para vehicular o valor do café, fossem della retirados e destruidos 700\$, correspondentes aos capitaes consumidos para produzir esse café. E' esse o phenomeno que se verifica automaticamente no regimen dos bancos de emissão conversivel.

Papel-moeda não é riqueza nem a cria.

O SR. SAMPAIO VIDAL — V. Ex. não me respondeu, desde hontem, com que foram feitos os 800 milhões de pés de café de São Paulo?

O SR. MARIO BRANT — Respondi que foi com o trabalho dos paulistas.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Só ? qual foi o capital ?

O S. MARIO BRANT — Foram os bens consumidos pelos trabalhadores, as machinas agricolas; os «capitães», emfim.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Mas o capital era expresso pela moeda. Qual foi a moeda com que se pagaram as plantações ?

O SR. ALVARO BAPTISTA — Naquelle tempo havia até ouro.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Mas qual foi a moeda com que se pagaram as plantações.

O SR. MARIO BRANT — Era o papel moeda das emissões que representava um valor, extorquido por emprestimo forçado, a todo o meio circulante. Já disse que todos, que não são productores de artigos de exportação, estão a perder metade dos seus rendimentos, de 1914 para cá, devido ás emissões que depreciaram de 50 % o dinheiro do paiz.

Continuo. Um fazendeiro morreria de fome e de frio, tendo no cofre milhares de contos emprestados pelo banco; se não encontrasse, *já produzidos*, viveres e tecidos para alimento e vestuario do seu pessoal; pois este não se mantém com as tiras de papel que recebe de salario, mas com os viveres e roupa que com ellas adquire. Por outro lado estes viveres e roupas não foram nem podiam ter sido produzidos com papel, mas com trabalho e capitães poupados para a reprodução (outros viveres, materias primas, machinas, instrumentos, agricolas, etc).

Papel-moeda não promove nem alimenta o trabalho. Ha milhões de lavradores e operarios russos anciosos por trabalhar e centenas de bilhões de rublos á disposição do Soviet para salarial-os; mas faltam-lhes capitães, generos alimenticios, materias primas, que possam ser adquiridos com esses salarios para ser transformados e multiplicados em outras riquezas.

Em 914 tinhamos em circulação 900 mil contos com valor de 60 milhões esterlinos (cambio a 16 d.). Hoje contamos 1.900.000 contos com valor de 50 milhões de libras ouro (cambio a 6 1/4 d. ouro). Qualquer nova emissão inconvertivel diluirá esse valor por toda a massa circulante,

reduzindo o valor de cada unidade, pois, como já explanei, o que importa para a movimentação da riqueza e estípidio do trabalho, não é a massa material da circulação mas a sua massa-valor.

Conclusão

Vou terminar, Sr. Presidente, pedindo á Camara absolvição do abuso da sua benevolencia, a que fui levado pelas apprehensões sombrias que me assaltam ante a despreoccupação com que vamos impellido o paiz para o descabro. E' uma illusão suppôr que poderemos assentar a defesa do café em nova emissão de «assignados»...

O SR. SAMPAIO VIDAL — Comparar notas garantidas com café conversivel em ouro aos assignados francezes, parece pilheria de V. Ex.

O SR. MARIO BRANT — Os outros eram lastrados com terras, que não são um producto perecivel, corruptivel, como o café.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Então, V. Ex. prefere lastrar com terras uma circulação que pôde repousar, em milhões sterlingos..

E' uma curiosa theoria.

O SR. ANTONIO CARLOS — O ouro é a unica mercadoria que representa valor real.

O SR. SAMPAIO VIDAL — E' um verdadeiro fetichismo. Então as outras riquezas produzidas não tem valor real? O café que se converte em ouro não tem valor real?

O SR. ANTONIO CARLOS — Não se pôde admittir a emissão sem a conversibilidade.

O SR. SAMPAIO VIDAL — As proprias notas bancarias repousam mais na confiança da restituição do que no ouro. A prova está em que o ouro representa apenas um terço do lastro nas organizações modernas.

O SR. ANTONIO CARLOS — Porque tem a conversibilidade.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Eu pergunto a V. Ex.: si todos os portadores de notas receberem em ouro?

O SR. ANTONIO CARLOS — Isso é uma hypothese que nunca se realiza!

O SR. SAMPAIO VIDAL — Eis ahí. E' a confiança do portador da nota, porque si todos quizessem receber ouro não se realizaria a conversão porque o ouro representa geralmente a terça parte do lastro.

O SR. MARIO BRANT — E' o ouro.

O SR. ANTONIO CARLOS — Neste caso, façamos franca-mente a emissão de papel-moeda.

O SR. ARMANDO BURLAMAQUI — Si pudermos garantil-a com os productos !

O SR. ANTONIO CARLOS — Si a questão é de valer ouro, tudo vale ouro !

O SR. MARIO BRANT — Não podemos, Sr. Presidente, basear a defesa do café em uma emissão de papel-moeda, que avillará ainda mais o valôr do meio circulante; precipitará o cambio abaixo dos 0 dinheiros ouro da taxa actual; elevará todos os preços; augmentará o encarecimento da vida até á agitação das ruas; sugará para as cidades os braços que ainda laboram nos campos; reduzirá a capacidade de consumo da grande maioria do povo, abatendo portanto a producção; e arruinará as finanças publicas, impedindo a satisfação dos compromissos da divida externa.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Tudo isso é contrario á evidencia dos factos. Não ha de ser com a defesa da producção que chegaremos á ruina.

O SR. ANTONIO CARLOS — Apoiado, menos com o papel-moeda.

O SR. SAMPAIO VIDAL — Fortes são os paizes que produzem muito e defendem a sua producção.

O SR. MARIO BRANT — Queira Deus não tenhamos de vêr arvoradas nas alfandegas as bandeiras estrangeiras que esperamos saudar no topo dos pavilhões da exposição.

Defendamos o café, columna mestra da economia nacional, mas não a plantemos sobre as ruinas da Nação. O que importa no meio circulante de um paiz não é a massa-quantidade, mas a massa-valor, pois as transacções não se realizam por numero de notas, mas pelo valor acquisitivo que ellas representam. Multipliquemos ao infinito os signaes monetarios, e não teremos augmentado de um real o valor do meio circulante. Para esse apprehendimento cuja utilidade recó-

nheço, poderia o governo pedir recursos aos capitalistas nacionaes ou aos estrangeiros, formas de appello ao credito muito menos onerosas, de juros muito mais suaves do que o emprestimo tomado compulsoriamente ao valor do meio circulante sob a forma de emissão de papel-moeda.

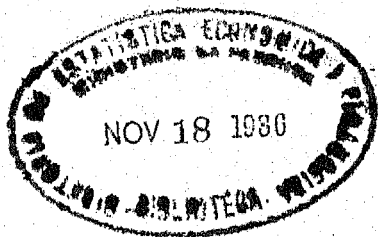
Este é de todos o peor, é um emprestimo onzenario, pelo qual o povo e o Thesouro pagam juros de Shylock. Mas, se temeis emprestimos, ahí está o fundo de garantia, que nenhuma melhor applicação pôde ter do que a de amparar o meio circulante de maior aviltamento.

Appello desta tribuna para o patriotismo do Sr. Presidente da Republica figura eminente que foi do governo salvador das finanças e do credito do paiz, e em cuja capacidade e energia repousa a confiança da Nação. A politica do menor esforço é commoda. O recurso á machina de imprimir, seductor. *Facilis est descensus Averni*. Mas já palmilhámos esse trilho até o passo em que é necessario parar e retroceder. Se o transpuzermos, não teremos de jornadaear no desconhecido, fiados na Providencia. A estrada é uma só, não encruzilha. E* o caminho percorrido no passado pelos paizes que se desmandaram na orgia das emissões e hoje pela Austria, a Polonia e a Russia. Os Estados modernos não herdaram o privilegio do rei Midas. Os que se deixam colher na illusão de que descobriam o segredo da pedra philosophal, não tardam a desenganar-se de que o que forjam não é ouro, mas ouropel, e por pouco que insistam, vêm-no convertido nas suas mãos em cinzas, como aquelle que fabricavam na idade media os pactarios do diabo.

Não sou, Srs. Deputados, pessimista. Conheço as riquezas do nosso solo, creio nas energias da nossa raça, tenho fé nos destinos do Brasil. Mas todos os bons augurios de nosso futuro serão frustrados, se proseguirmos nestes dous crimes de lesa-patria: augmento vertiginoso da despeza publica e derrama de papel-moeda. O anno que encerra o primeiro seculo da nossa emancipação politica deve marcar o termo dessa insania. Mostremo-nos á altura das nossas responsabilidades votando-nos resolutos á politica dos sacrificios necessarios, da economia nos gastos publicos, do equilibrio sincero dos orçamentos, da valorização da moeda, com o fecho

definitivo das emissões, para restauração das finanças publicas — unico serviço que espera o Brasil dos seus dirigentes para poder trabalhar, prosperar, engrandecer-se e conquistar no concerto das nações, ainda na nossa geração, o logar que lhe auguravam os sonhos da reração da Independencia.

(Muito bem; muito bem. O orador é vivamente cumprimentado. Palmas no recinto.)







O MAL DAS FINANÇAS E SEUS REMEDIOS

Exposição apresentada á Commissão de Finanças, sobre o orçamento para 1922, pelo deputado Mario Brant

Quando enviei á Mesa da Camara em começo do mez passado dous projectos de impostos, a Commissão de Finanças se manifestava infensa a novos appellos ao contribuinte. A situação financeira não se tinha ainda apresentado ao espirito dos Srs. deputados, com a triste clareza actual. Creio porém ser chegado o momento de voltar a esta materia, hoje que o Relator da Receita annuncia um *deficit* de 77 mil contos, somma que a experiencia invariavel mostra, apparecerá triplicada ou quadruplicada na apuração das contas do exercicio.

O mal financeiro

Na discussão do projecto de defesa do café expuz os algarimismos da marcha lentigrada do desenvolvimento do paiz. O nosso progresso, depois da Republica que veio remover o ultimo pretexto do atrazo nacional, continuúa a avançar no passo tardo das nações cançadas. Os indices do commercio externo e da receita publica, já que faltam estatisticas dos outros aspectos do nosso crescimento economico, denotam uma prosperidade mais vagarosa que a dos paizes cujas fontes de riqueza se acham exploradas até proximo dos seus limites e algumas até o depauperamento. Quanto aos paizes em condições semelhantes ás nossas, com terras inoccupadas, riquezas naturaes virgens, e espaço á larga para desenvolvimento da população,

como o Canadá, a Argentina, a Australia, a Africa do Sul, esses deixam o Brasil lastimavelmente distanciado para trás. Do excesso de população que transborda da Europa para a America, nos tóca um contingente minimo. Dos capitaes que se expatriam em busca de applicação, cabem-nos as sobras. Qual a causa desse facto? Será o clima? Possuimos uma área habitavel pelas raças de escolha, superior á de qualquer outra nação inclusive o Canadá; e o calor de nossos tropicos não é comparavel aos 44 grãos escaldantes de Cordoba, na Argentina. Será a raça? Esta é a mesma que creou a civilização latina, e o caldeamento de uma parte da população com outros typos de humanidade inferior em intelligência, mas superior em resistencia na luta com a natureza, não explica completamente, ou explicará apenas em parte, o phenomeno economico brasileiro. Ha para elle uma causa mais evidente e mais incontestavel — é a desordem financeira em que tem vivido o paiz. Não desejo extenuar a paciencia da Camara com o exame por menorizado deste assumpto desde a independencia. Basta mencionar que desde quando alcançam os informes fidedignos, em um periodo de 95 annos, os orçamentos só registram saldos 19 vezes e accusam *deficits* 76 vezes. Os responsaveis pela gestão da cousa publica no Brasil, parecem ignorar tradicionalmente que as nações, como os individuos, precisam viver dos seus rendimentos e não do credito e de expedientes. As quatro gerações politicas, que se succederam á separação do paiz da metropole, tem trãsmittido, cada qual á seguinte, o legado de uma inconsciencia financeira que destóda da sabedoria provada pelos nossos estadistas na solução de outros problemas nacionaes. O ultimo decennio ultrapassou todos os outros no delirio dos gastos sem conta. Vimos sacando inconsideradamente sobre o futuro sem attender a que o futuro não guarda as suas letras; desconta-as no presente, e a juro de Shylock. Os 19 saldos do orçamento que temos registrado, montam por junto a 209.411 contos, somma inferior ao *deficit* de qualquer dos ultimos seis annos anteriores a 1920.

O quadro da divida publica no ultimo decennio mostra a progressão dos encargos que vão pesando sobre a Nação. ;

QUADRO N. 1

Progressão da divida publica nacional no ultimo decennio (1)

	1910	1915	1920	1921
Int. consolidada.....	591.750	781.904	1.113.486	1.213.486
Papel-moeda.....	621.005	982.089	1.730.000	1.900.000
Dívida externa.....	240.000	—	322.000	322.000
	77.331	£ 108.129	£ 103.035	£ 103.035
Dívida externa convertida a 16 d.....	1.389.708	1.629.441	1.655.097	1.890.920
	Frs. £			Frs. £
	1.389.708	1.629.441	1.655.097	1.890.920
Total a 16 d.....	2.602.463	3.394.034	4.498.583	5.014.476

Total ao cambio actual.....	6.845.454
Aggravação devida á baixa do cambio.....	1.830.983
Indices do augmento.....	100
	148,3 %
	172,8 %
	263,0 %

Dívida nacional *per capita*, ao cambio de 16 d. = 167\$159.

Dívida nacional *per capita*, ao cambio de 8 d. = 228\$181.

(1) Em contos de réis, a divida interna; a externa em 1.000.

Neste quadro está incluído, como faz a contabilidade de todas as nações, o papel-moeda, porque esta é a dívida mais pesada, a forma mais onerosa que existe de recurso ao crédito publico. Não se illuda a Comissão, como enganados andam os inflacionistas, suppondo que o papel-moeda não vence juros. Nem por ser a emissão um empréstimo forçado e aparentemente gratuito, pesa menos sobre o Thesouro. Os seus juros não figuram no orçamento, mas apparecem na liquidação do exercício, pois, são os que o paiz desembolsa em primeiro lugar. O milhão e trêscentos mil contos de papel emittidos de 1914 para cá augmentaram a dívida publica, com a baixa do cambio, de 1.830.000 contos. A despeza ouro da proposta do Governo, na importancia de 63.470 contos, que exigiria ao cambio de 16 d. 107.100 contos, vae custar-nos o dobro com o cambio de 8 d. 214.200 contos. Eis ahí os juros do papel-moeda, 107 mil contos em um exercício.

E notai que emprego a expressão «despeza ouro», por ser da nossa terminologia orçamentaria. Porque, na realidade, não temos, e ainda bem, dívida em ouro, dentro nem fóra do paiz. Perecorre o texto de varios contractos de empréstimos externos, antigos e modernos, e em nenhum delles encontrareis a clausula do pagamento dos juros e amortização em ouro, mas em libras ou francos. Como o soberano custa hoje 38\$, em vez de 31\$ que é o preço da libra fiduciaria, e o franco ouro vale 1\$600 em vez de 570 réis, taxa actual dos cambios sobre Paris, é facil imaginar quão difficil seria a situação da União e dos Estados, si os empréstimos externos houveram sido contrahidos em ouro, o que aggravaria de 33 % o serviço da dívida ingleza, e de 133 % o da dívida franceza. Tanto a Inglaterra como a França estão empenhadas na valorização da sua moeda, e é mais uma perspectiva pouco lisongeira para as nossas finanças federaes e estaduais.

Mas, continuando. A dívida publica creceu de 2.600.000 contos em 1910, a cinco milhões em 1921, ou, mais exactamente, a 6.800.000 contos, si avaliarmos os compromissos externos aos cambios actuaes. Apesar da depreciação da libra e do franco, os encargos do paiz cresceram de 163 % em dez annos. A dívida *per capita*, que seria de 167\$, com os cambios de 1914, é hoje de 228\$, e será amanhã maior, pela valorização da moeda ingleza e franceza. Considerando que essa

proporção só é excedida pelos paizes que estiveram empenhados realmente na guerra, e não foi alcançado pelos que nella tiveram ingerencia superior ou igual á nossa e por aquelles que, contiguos ao theatro da luta, tiveram de soffrer as suas repercussões violentas, não podemos encarar tranquilos essa situação.

As condições financeiras do paiz não poderão deixar de alarmar-vos se deitardes os olhos ao quadro dos balanços orçamentarios no ultimo decennio, convertida em papel a receita e a despesa em ouro.

QUADRO N. 2

1910 — 1920

Situação orçamentaria, em contos de réis papel

ANNOS	Receita	Despeza	Saldo (+) ou deficit (-)	Excesso da despeza sobre a receita
1910.....	491.824	607.758	- 115.934	23,5 %
1911.....	560.440	636.149	- 125.909	22,4 %
1912.....	612.447	789.409	- 176.962	29,0 %
1913.....	668.892	783.490	- 114.598	17,3 %
1914.....	428.297	790.285	- 361.988	84,6 %
1915.....	403.208	678.848	- 275.640	68,4 %
1916.....	482.254	716.470	- 234.216	48,6 %
1917.....	499.561	793.839	- 294.278	59,0 %
1918.....	594.146	859.842	- 265.696	44,7 %
1919.....	593.130	921.158	- 328.028	55,3 %
1920.....	650.182	646.444	+ 3.738	— 1,2 %
	5.984.381	8.273.652	- 2.289.271	

Deficit médio annual do decennio 1910-1919..... 229.000.000\$000

Deficit total de 1910 a 1920, inclusive..... 2.289.271.000\$000

Deste quadro vereis que em um decennio o *deficit* subiu vertiginosamente á somma de 2.289.000 contos!

Não é possível continuar neste caminho. Elle está bordado de precipícios e conduz em linha recta ao maior de todos, cujo nome é necessario pronunciar com clareza neste momento — a bancarrota.

Não nos illudamos, Senhores. O credito das nações, como o dos individuos, tem limites. A *guitarra* de fazer dinheiro, montada no Banco do Brasil não deparará remedio a esta situação, antes a agravará cada vez mais. Do abalo do nosso credito externo ha indícios patentes. Os americanos, com ouro em abundância a escalear-lhes as mãos e a desorganizar a vida economica do paiz, anciosos por lhe darem sahida, só nos cederam uma porção, minima para elles, a juro de aventura, em condições de preço e de segurança mais rigorosas do que as exigidas á França, que os seus jornaes financeiros declaram em fallencia, a ponto de ser nelles assumpto de controversia permanente e cancellamento da divida de guerra franceza. Ao Chilê e á Argentina deram condições muito mais vantajosas.

O *deficit* orçamentario — eis o grande mal. Esta doença chronica vem minando o organismo economico tornando-o cachetico. E' o inimigo maximo do progresso do paiz.

Si lançastes os olhos aos graphicos que apresentei á Camara quando discuti o projecto de defesa do café, deveis ter verificado, com clareza meridiana, a verdade do que affirmo. O cyclo fatal vem se renovando indefinidamente com as mesmas phrases. O peccado original das finanças é o *deficit* do orçamento. Para cobril-o ha dous expedientes que são empregados alternativa e ás vezes simultaneamente; emissão de papel-moeda e emprestimo. O papel-moeda deprime o cambio como então demonstrei exhaustivamente. O emprestimo externo apenas lhe amortece a quéda temporariamente para deixal-o tombar com maior peso no anno seguinte. Baixando o cambio, sóbe o chamado *saldo* da exportação, nome com que costumamos designar erradamente os *deficits* no balanço de nossas permutas com o exterior.

Saldos que são 'deficits'

Saldo do balanço commercial, ou mesmo do balanço economico, não é um ente de razão, que se possa apreciar *in abstracto*. É um phenomeno relativo, condicionado, que se deve examinar ante as suas causas e os seus effeitos. Só esse estudo permite a sua qualificação, que pôde ser ou não lisonjeira. O nosso balanço de contas com o exterior decompõe-se do seguinte modo, para só mencionar os titulos principaes:

Entradas:

Pelas mercadorias exportadas	\$
Producte dos empréstimos externos.....	\$
Capitães que veem empregar-se no paiz.....	\$
Despezas do corpo diplomatico, consular estrangeiro e viajantes	\$

Sahidas:

Pelas mercadorias importadas	\$
Juros e amortização das dividas da União, Estados e municipios.	\$
Remessa dos lucros das estradas de ferro, bancos e outras emprezas estrangeiras que operam no Brasil	\$
Remessa de colonos e de estrangeiros aqui residentes, para suas familias ou collocações no exterior	\$
Passagens e fretes em companhias de navegação estrangeiras	\$
Compras do Governo e despezas dos vasos de guerra brasileiros no exterior	\$
Pagamentos ao corpo diplomatico, consular e comissionados no estrangeiro	\$
Subscrição de empréstimos externos, obulo de S. Pedro, etc.	\$

O resumo do balanço de contas está indicado no quadro n. 3, que vae organizado, para maior clareza, em exportação e importação de mercadorias e numerario.

Resumo do balanço de contas do Brasil, exportação e importação de mercadorias e numerario, em £ 1.000:

	Exportação—E			Importação—I			+ ou — de I para E	Emprestimos externos
	Mercad.	Numer.	Total	Mercad.	Numer.	Total		
1901.....	42.622	58	40.680	21.377	1.398	22.775	-17.905	
1902.....	36.437	32	36.469	23.279	1.078	24.357	-12.112	
1903.....	36.883	102	36.985	24.208	951	25.159	-11.826	
1904.....	39.430	9	39.439	25.915	804	26.719	-12.720	
1905.....	44.643	11	44.654	29.830	2.909	32.739	-11.925	
1906.....	53.059	33	53.092	33.204	2.963	36.167	-16.925	
1907.....	34.177	15	54.192	40.528	4.411	44.939	- 9.253	
1908.....	44.155	21	44.176	35.491	142	35.633	- 8.743	£ 4.000.000
1909.....	63.724	11	63.735	37.139	8.852	45.991	-17.744	
1910.....	63.092	2.332	65.424	47.872	9.440	57.312	- 8.112	£ 10.000.000
1911.....	66.839	2.406	69.245	52.822	7.840	67.662	- 1.583	
1912.....	74.649	1.472	76.121	63.425	5.003	68.428	- 7.693	
1913.....	65.451	6.060	71.511	67.166	1.248	68.414	- 3.097	
1914.....	46.803	8.257	55.060	37.473	851	38.324	-14.736	£ 11.000.000
1915.....	53.951	5.149	59.100	30.088	45	30.133	-28.967	£ 13.785.000
1916.....	56.462	159	56.621	40.369	4	40.373	-16.248	
1917.....	63.031	34	63.065	44.510	8	44.518	-18.547	
1918.....	61.168	—	61.168	53.817	10	53.827	- 5.341	
1919.....	130.085	—	130.085	78.177	136	78.313	-51.772	
1920.....	107.521	35	107.556	125.005	170	125.175	+17.619	

Procuremos nesse quadro os annos de maiores excedentes da exportação, annos excepcionalmente felizes, na opinião dos neo-marcantilistas, e vejamos o que significa esse phenomeno. Em 1915, por exemplo, exportamos £ 54.000.000 em mercadorias e importamos £ 30.000.000. Os inflaccionistas (que são exactamente os não-mercantilistas) batem as palmas e felicitam-se effusivamente: «Grande *saldo* na exportação! O paiz está prosperando! Prova de que as emissões de papel-moeda estão desenvolvendo a riqueza publica!» Todo esse raciocinio, baseado no prestigio da palavra «saldo», um dos *idola fori* mais incensados na imprensa e no Parlamento, não resiste á primeira inspecção do quadro que vos apresentei. Vejamos. Houve um «saldo» de 24 milhões esterlinos, dizem elles. Mas, observe eu, si é *saldo*, deve ter sido pago de qualquer modo, pois o Brasil não está amealhando dinheiro nos bancos europeus. O dinheiro, entretanto, não entrou; vieram, de numerario, apenas 45.000 libras. Por consequencia, o supposto saldo representa o pagamento de juros e amortização de dividas, gastos no exterior, remessas de empresas e particulares e capitães que se evadiram do paiz. O movimento da entrada e sahida de numerario é a contraprova desse facto, já de si claro. Com effeito, nesse anno emigraram £ 5.150.000 em ouro. De modo que tal «saldo», festejado tão jubilosamente, não é saldo, mas *deficit*, e quanto maior, mais desastroso, porque indica maior divida, maior despeza externa e maior emigração de capitães.

Ao tratar, na Camara, da influencia do balanço de contas sobre o cambio, adoptei os termos *deficit* e *saldo* na accepção corrente, para tornar claro o meu pensamento, pois não era então o ensejo proprio para entrar na discussão do assumpto.

Quando exportamos 100 milhões e importamos 80 milhões de mercadorias, não quer isso dizer necessariamente que se haja verificado um saldo de 20 milhões. Si estes entram para o paiz em ouro, ou si são applicados em titulos de Estados ou empresas estrangeiras cujos juros virão um dia augmentar a nossa riqueza, houve realmente saldo. Mas si esses 20 milhões representam pagamentos de dividas publicas, dividendos de empresas que operam no Brasil, capitães que emigraram sob a fórma de productos nacionaes, então não houve saldo mas

deficit. E' este, infelizmente, o nosso caso nos ultimos annos, menos o de 1920.

E' necessario, pois, mudar a terminologia mercantilista, usada nas nossas discussões sobre o assumpto, e adoptar a designação moderna, commercial. O paiz, como qualquer empreza ou particular, apresenta *deficit*, quando abandona mais e recebe menos, e *saldo* quando entrega menos e recebe mais. Do producto da nossa exportação de mercadorias: *E*, terá de sair o dinheiro para pagamento das mercadorias importadas: *I*, e para a emigração de capitaes e todas as outras despesas que acabo de enumerar: *D*, e que representam ás vezes perdas para o paiz. O que resta deve entrar em ouro, e só a este podemos, ainda que não com perfeita propriedade, chamar «saldo»: *S*. Desta equação $E=I+D+S$ resalta que, quanto maior for *I* em relação a *E*, maior vantagem advem ao paiz. *I* representa a parcella productiva: material ferroviario, machinas, instrumentos agricolas, combustiveis, tecidos que não fabricamos, productos chimicos, etc., artigos esses que veem augmentar o aparelhamento economico do paiz, incrementar a producção e enriquecer-nos. *D* representa capitaes que se evadem do paiz. *S* o dinheiro que nos sobra no balanço. Como é possivel festejar o successo quando mingua *I* e avulta *D*, e *S* é igual a zero?

Quando as nações europeas desaferrolharem o ouro, deveremos renunciar temporariamente á compra de algumas mercadorias estrangeiras, afim de recebermos uma quantidade de metal bastante para organisarmos o nosso aparelho monetario sob o regimen conversivel. Mas os excedentes da exportação sobre a importação que não se traduzem em moedas amarellas, e que os inflaccionistas apresentam como prova do beneficio das emissões não são saldo, são *deficits*, e provam exactamente o contrario do que elles inculcam.

Encerrando esta digressão, destinada a demonstrar que o supposto «saldo» da exportação sobre a importação é quasi sempre um *deficit*, retorno á minha demonstração.

O *deficit* orçamentario acarreta, para cobri-lo, emissão de papel-moeda ou emprestimo externo. A emissão baixa de prompto o cambio; o emprestimo, a prazo mais ou menos breve. O cambio baixo augmenta as despesas do Governo em ouro e diminue a receita nessa especie, pois reduz a impor-

lação. Importação reduzida (o supposto saldo dos mercantilistas) traduz-se em *deficit* do exercício. *Deficit* traz novas emissões, novos empréstimos, e assim indefinidamente.

O paiz tem girado um seculo dentro desse circulo vicioso, do qual é necessario sahir. Folheando a nossa historia financeira, vemos que o *deficit* orçamentario tem sido sempre tratado com os palliativos do papel-moeda, e do emprestimo interno e externo. Foram contrahidos para cobrir *deficits* os empréstimos externos de 1852, 58, 59, 60, 63, 65, 71, 75, 78, 83, 86, 88, 89, 95, 98, 913, 914, e mais o de 1909, destinado ás obras do porto do Rio e consumido em pagamento de compromissos do Governo.

Eu não levantaria neste momento minha voz sem prestigio nesta Casa e sem eco no paiz, si não fôra para lembrar os conselhos de estadistas avisados e os exemplos dos paizes bem dirigidos, em emergencias como esta que nos defronta.

Peço licença á Camara para repetir as palavras de lord Chalmers, delegado da Gran Bretanha á Conferencia Financeira de Bruxellas, na sessão de 7 de outubro:

«E' necessario chamar a attenção publica para o facto que a baixa dos preços e o restabelecimento da prosperidade dependem do augmento da producção e o *deficit* orçamentario, resultante do excesso permanente da despeza sobre a receita, constitue um dos mais sérios obstaculos ao augmento da producção porque mais cedo ou mais tarde acarreta as seguintes consequencias:

- a) nova inflacção do credito e da circulação;
- b) depreciação do poder aquisitivo da moeda nacional e ainda maior instabilidade do cambio;
- c) nova alta dos preços e do custo da vida.

O paiz que acceta a politica dos *deficits* orçamentarios está descendo um resvaladouro que conduz á ruina geral, para fugir á qual nenhum sacrificio é demasiado (*«to escape from that path no sacrifice is too great»*).

Este trecho foi adoptado por unanimidadê como uma das resoluções da Conferencia de Bruxellas.

E' neste passo que nos encontramos e eu pergunto á illustre Commissão de Finanças, em cuja capacidade e patriotis-

mo repousa a confiança da Camara e do paiz, qual é o plano que lhe suggerem as condições deste momento, já não digo para afastar o dia da terceira moratoria, mas para suster o paiz neste declive, no termo do qual estão á nossa espera a Austria e a Russia.

Mais emprestimos externos ? Já temos abusado do credito nacional cujo desfallecimento é notorio. O nosso tradicional e tolerante credor europeu está com os cordões da bolsa tomados, emquanto não se refaz dos abalos da guerra. Tim Sam nos acenou com as tres bolas douradas, mas para attender-nos exigiu que deixassemos o relógio. E não podemos queixar-nos de que assim trate um paiz, cuja receita subiu em um decennio de 490 a 590 mil contos apenas, ao mesmo tempo que a despeza cresceu de 600 a 920 mil.

Ao papel-moeda não creio que o Governo se anime ainda a recorrer. E si o fizer, que mande pôr de sentido as tropas e pulir as armas, porque a carestia da subsistencia chegou ao ponto, além do qual nos espregueia a agitação das ruas e a desordem. Demais, desde aquelle licenciado, de que falla o padre Manoel Bernardes, que emburilhou tres mercadores hespanhóes, fabricando ouro á sua vista, com a pedra *onastro* (que o mesmo vem a ser que «asneirão», explica maliciosamente o padre), até a «guitarra» que multiplicou os 250 contos do Banco do Brasil, a arte de fabricar dinheiro com pedra ou com papel acaba sempre em desillusão e prejuizos. Como dizia Salles Torres Homem e recentemente aqui repelia, muito a proposito, o illustre Relator da receita, Sr. Antonio Carlos, na sciencia economica não ha lampada de Aladino.

Não ha. Em finanças não ha thaumaturgos.

Precisamos desenganar-nos emquanto é tempo, das therapeuticas de fantasia para a nossa avaria financeira, e recorrer aos dous remedios unicos, provados, e sempre efficazes: redução da despeza e augmento da receita. E' necessaria a combinação judiciosa desses dous remedios. Necessaria e possivel desde que o Congresso se muna, com apoio do Governo, de coragem parlamentar para cortar fundo nos gastos publicos adiaveis, e da coragem fiscal, para fazer um *raid* a campos tributarios quasi inexplorados, que os ha no paiz.

Os remedios — Córtes nas despesas

Os orçamentos da despesa já se foram para o Senado, sem que as discussões partidarias, em que se tem esterilizado toda esta sessão, nos permittissem fazer nos gastos publicos os córtes que a situação financeira exige do patriotismo do Congresso. Depois da declaração do illustre relator da receita á Comissão de Finanças, de que a arrecadação do proximo exercicio, estimada com optimismo, será inferior em 77 mil contos á despesa votada pela Camara, devemos penitenciar-nos da nossa culpa e appellar para o Senado, para corrigir o nosso erro.

E' certo, porém, Sr. Presidente, que a outra Camara não poderá estabelecer o equilibrio do orçamento, com simples córtes na despesa. Portanto, além dos impostos a cuja necessidade se rendeu a Comissão de Finanças, creio que devemos acudir ao Governo com autorizações que, convenientemente utilizadas, desafogaráo consideravelmente o Thesouro.

Toda vez que nesta Casa se aventa a idéa de economia, as vistas se voltam para o funcionalismo publico. E' uma injustiça, já uma vez traduzida em impostos onzenarios, que não puderam ser mantidos. Os funcionarios do Estado exercem função util e indispensavel, e, em beneficio da administração e do desenvolvimento do paiz, é necessario que sejam em numero sufficiente e bem remunerados. Não é possivel cogitar de reduzir-lhes os vencimentos, já de facto bastante diminuidos pelo encarecimento da vida. Mas é necessario reduzir o seu numero excessivo, respeitadas integralmente os direitos adquiridos dos que os tenham pelas leis em vigor, e ao mesmo tempo dignificar a classe estabelecendo que, para o futuro, a garantia da conservação dos cargos publicos resida no merecimento e nos serviços do funcionario, e não no simples lapso de tempo em que o pensionou o Thesouro.

O parlamento italiano nomeou recentemente uma Comissão de inquerito sobre a burocracia, a qual apresentou projecto de lei com medidas drasticas de economia, que não acho praticaveis entre nós. O projecto adopta as disposições que resumo do Economista d'Italia, 15 junho 1924: « O Governo é autorizado a reorganizar e simplificar os serviços pu-

olicos, supprimindo os orgãos e institutos não estritamente necessarios, reduzindo o pessoal e organizando novas tabellas de vencimentos (Art. 1.º) Dentro de dous mezes os ministros levantarão a lista dos empregados que em razão da idade ou antiguidade de serviço devam ser aposentados, e daquelles que, por motivo de saúde, incapacidade ou escasso rendimento de trabalho devam ser exonerados. (Art. 2.º) Si ainda assim restar um numero de empregados excedente ao necessario para o serviço, serão postos em disponibilidade aquelles que em cada classe occupam os ultimos postos, até a eliminação do excesso. Esta disponibilidade durará tres annos, durante os quaes o empregado receberá, no primeiro anno $3\frac{1}{4}$, no segundo metade e no terceiro $1\frac{1}{3}$ dos seus vencimentos.

Findo esse prazo, se não houver sido aproveitado, deixará de pertencer ao quadro do funcionalismo, podendo liquidar a pensão de aposentadoria, si a ella tiver direito (art. 3.º). Os outros dispositivos são do mesmo teor.

Não creio que seja conveniente nem util imitar esse exemplo. Basta, além das medidas que proponho, que o Congresso não reincida no abuso, que se tornou costumeiro, de delegar ao Executivo as funcções, que a Constituição lhe conferiu privativamente, de crear empregos publicos, fixar-lhes as attribuições e estipular-lhes os vencimentos, e que por outro lado, sejam executadas as disposições vigentes sobre o aproveitamentos dos addidos.

Lembro tambem á Commissão a possibilidade de conceder ao Governo, e a este a de aceitar a autorização para entrar em accôrdo com as nações que julgue conveniente, afim de serem attenuadas as despezas militares emquanto estiver precaria a situação financeira do paiz, realizando economias naquillo que não prejudicar a efficiencia da defesa nacional. Merece todos os applausos a politica iniciada pelo grande Rio Branco e proseguida com patriotismo pelos governos posteriores, do aparelhamento para a manutenção da integridade e da honra da Nação. Os beneficios dessa orientação já se tornaram manifestos no reerguimento do Exercito e da Marinha. Possuimos hoje um Exercito de cidadãos que não de mercenarios, e a mocidade de todas as classes passada pelas fileiras, reentra na sociedade civil trazendo e propagando,

da dignidade da farda uma idéa que nunca poderia formar, no regimen anterior ao serviço militar obrigatorio. Devemos continuar no aperfeiçoamento tecnico das forças de terra e mar. Ha porém, algumas classes de despezas militares que devem ser accommodadas á situação financeira. E como esta, precaria no Brasil, não deixa de ser premente nos outros paizes que pudessemos vir a convidar para um accôrdo nesse sentido, creio que a idéa não teria acolhimento inferior á proposta dos Estados Unidos á Europa e ao Japão. Ainda hoje, como no tempo de frei João de Rabelais, «os nervos das batalhas são as pecunias». E quando fallecem as pecunias, como no momento presente, é necessario rendermo-nos a essa contingencia, desde que fique resalvada a segurança nacional.

E' de receiar que o orçamento, já tão onerado de despezas certas, ainda mais o venha a ser com o preparo e custeio da exposição do centenário. Quando se suscitaram na Camara esses temores, o Governo a tranquillizou com a perspectiva da renda desse certamen e a promessa de que os *bonus* do projecto official cobririam as despezas. Estou certo de que o Governo tinha os melhores fundamentos para esse calculo, mas não é menos certo que a estimativa do custo das obras publicas falha com frequencia nos tempos ordinarios, e mais que sempre em épocas como esta, de cambios erraticos e preços e salarios crescentes. Aos empreendimentos publicos faltam os elementos de equilibrio financeiro dos empreendimentos particulares. Lembro portanto á Camara a conveniencia de autorizar o Governo a transferir a exposição, com seus *onus*, recursos e proventos á empresa privada que se apresentar com melhores garantias e vantagens a aceitar a concessão, sem outros favores officiaes além da occupação gratuita do terreno por prazo que seja julgado compensador. Essa providencia, si fosse adoptada, libertaria de um peso delo a Camara que, seja-me licito dizel-o, só deixou de adiar o certamen, para dar ao Governo uma prova de apoio e confiança, sem todavia participar inteiramente do seu optimismo.

Em materia de obras publicas, parece prevalecer na Camara a opinião perigosa de que não devem ser suspensas aquellas que forem productivas. Esse criterio levaria o paiz a proseguir nas construcções com a mesma intensidade dos

periodos de finanças folgadas, pois todas ellas são mais ou menos compensadoras em futuro proximo ou remoto. A productividade, ainda de obras meramente sumptuarias, encontra sempre advogados eloquentes e convencidos. O criterio não pôde ser esse, mas sim as condições financeiras do paiz. O crescimento dos nossos encargos provenientes de obras publicas, vae em marcha muito mais rapida do que o desenvolvimento do paiz, avaliado pelo indice de que dispomos, em falta de estatisticas, que é o algarismo da exportação. Examinae estes algarismos (quadro n. 4):

QUADRO N. 4

Progressão quinquennial da dívida pública (em 1.000 contos) das estradas de ferro em tráfego (em kilometros) e da exportação (em 1.000 toneladas) e % do augmento em relação ao 1º quinquennio

	1901—05	%	1906—10	Augmento	1911—15	Augmento	1916—20	Augmento
Dívida pública no nítimo anno do quinquenio.....	2.345	100	2.602	11 %	3.394	45 %	4.498	92 %
Linhas ferreas, kilometros.....	16.000	100	19.000	19 %	25.000	56 %	28.000	75 %
Exportação media do quinquennio (1)...	1.238	100	1.446	17 %	1.371	11 %	1.518	23 %

(1) Menos manganez.

Da tonelagem da exportação excluo o manganez excedente ao total da exportação de 1913, porque a causa da sahida desse excesso foi a intensificação da producção siderurgica, por necessidade de guerra, com preços excepcionalmente altos, que permittiram o transporte de minerio de baixo teor, ainda assim com prejuizo da Estrada de Ferro Central, o que vale çizer, do Thesouro.

Este quadro mostra que a marcha da producção nacional, aferida pelo indice do volume da exportação não tem podido acompanhar o avanço da construcção de estradas de ferro, portos e outros melhoramentos. Não entro na apreciação da conveniencia, ou inconveniencia dessa politica. Quero apenas mostrar que a pausa de um ou dous annos, nas despezas dessa natureza, imposta pelas condições financeiras, extraordinariamente precarias, nenhum embaraço trará no desenvolvimento do paiz, que poderá triplicar folgadoamente nesse periodo, dentro do aparelhamento economico que já possuímos, a porcentagem média do augmento da sua producção. Em exercicios como o corrente e o proximo, de receita insufficiente para os gastos ordinarios da administração, collocando o Governo na contingencia de appellar para expedientes onerosos, a que nunca teve precisão de recorrer nas vicissitudes mais sérias da nossa vida financeira, como emprestimos interno a 7 % e externo a 8 %, é de elementar bom senso não aggravar desnecessariamente essa situação melindrosa com despezas que não sejam estrictamente indispensaveis.

A Conferencia de Bruxellas votou uma resolução, aconselhando todos os paizes a: a) renunciarem a toda despeza extraordinaria não productiva; b) a restringirem o mais possivel mesmo as despezas extraordinarias productivas». No debate sobre esta resolução verificou-se o accôrdo dos membros da conferencia na opinião de que são injustificaveis actualmente despezas que excedam o «minimo estrictamente necessario para manutenção da segurança nacional e da administração publica», e aquellas que não sejam immediatamente productivas.

Em um momento em que o credito publico desfalece e a inflacção chegou ao limite que não póde ser ultrapassado e nem mesmo mantido sem risco de desorganização do paiz, o primeiro dever do Congresso e do Governo, o dever que sobre-

leva a todos os outros, o dever supremo, é o de equilibrar o orçamento, de enquadrar resolutamente as despesas dentro da receita.

Apello para o Governo e a Comissão de Finanças, afim de que attentem nos perigos a que expõem o paiz, impellido-o para a insolvencia com os orçamentos que enviamos ao Senado.

Nosso programma, neste momento, deve ser o que propunha Hollanda Cavalcanti ao Governo, em 1846: «Gastar o menos possivel e arrecadar o mais que puder».

Como a receita publica não é bastante para custear os gastos indispensaveis da administração, mesmo com côrtes extremos na despeza, é necessario volvermos a vista para o recurso que resta — os impostos.

Impostos

E' claramente impraticavel baixar a despeza publica, ainda que desgravada de todos os gastos extraordinarios, ao nivel actual da receita.

Seria tentar illudir-nos a nós mesmas, ladear essa difficuldade com o equilibrio simulado, no papel. Devemos mostrar-nos dignos do nosso mandato, repellindo esse expediente insincero e enfrentando-a com decisão.

O *deficit* no orçamento do Centenario não será apenas erro grave; poderá redundar em desastre de serias consequencias para a economia e o credito nacional durante toda uma geração. Os 77 mil contos de *deficit* accusados no papel, já foram, calculados, neste recinto em 200 mil. Mas o que não foi ainda á tribuna da Camara são as apprehensões aqui suscitadas de que, no impulso em que vão as despesas, e na marcha retardia em que vem a arrecadação, o Governo se encontrará, depois de apagadas as luminarias das festas da Independencia, com 600 mil contos de encargos descobertos, sem que se possa atinar com os meios de satisfazel-os.

Não descubro, no campo das realidades, para essa situação, outro recurso que o appello á capacidade tributaria do paiz.

Temos de render-nos á necessidade de pedir aos contribuintes os recursos necessarios para o equilibrio da receita

com a despeza. Mas a nós faltará força moral para fazer este appello, e ao contribuinte boa vontade para corresponder-lhe, si ao mesmo tempo não fôr reduzida a despeza á imprescindivel para o custeio da administração ordinaria.

A sabedoria da politica de appello aos impostos, de preferencia aos emprestimos, e a estes de preferencia ao papel-moeda, recebeu demonstração cabal na ultima guerra e no periodo subsequente até hoje.

A Austria recorreu, desde as primeiras difficuldades financeiras, ás emissões de curso forçado. A Allemanha, confiada na victoria, entrou a custear as operações com emprestimos, para cujo pagamento contava com collossaes indemnizações de guerra. Ao mesmo tempo foi posto a funcionar engenhoso apparatus de emissão fiduciaria, previamente organizado para esse fim.

Quando a segurança da victoria começou a vacillar, o Governo imperial recorreu á ampliação dos impostos. A França, custeou os primeiros annos da luta com emissões bancarias e emprestimos a curto prazo, não podendo dar á tribulação a latitude que foi tomando depois gradativamente, devido á desorganização economica em que se encontrava o paiz, com a sua região mais rica e productiva occupada pelo inimigo. A situação da Italia era mais favoravel, e este paiz, não hesitou em estabelecer desde logo novos impostos.

São os seguintes os algarismos das despezas de guerra dessas tres nações, com a parte que coube aos emprestimos, inclusive as emissões bancarias, e a que tocou aos impostos, incluída na receita geral.

Despezas de guerra em bilhões	Emprestimos	Receitas de impostos taxas de monopolios
Allemanha — marcos — 170.....	153	17
França — francos — 181.....	159	22
Italia — liras — 90.....	64	26

Confronte-se esta situação com a das democracias anglo-saxonias.

A Inglaterra, apenas envolvida na luta, recorreu sem hesitar á tributação. De 1915 a 1919, inclusive, as suas despezas

montaram a 9.590 milhões esterlinos, dos quaes 24, 9 %, ou 2.390 milhões foram cobertos pelos impostos.

Nos Estados Unidos, quando o Governo rompeu a neutralidade, levantou-se a questão dos recursos para a guerra. O celebre memorial de Minnesota sustentava a these que as despesas de guerra deviam ser custeadas inteiramente com impostos de guerra. Do lado opposto se achavam os que preconizavam o appello, de preferencia, aos empréstimos. O presidente Wilson proclamou a theoria dos 50 %, isto é, metade por impostos e metade por empréstimos. E procurou conservar essa proporção, mas dentro em pouco as despesas se tornaram vertiginosas, e a quota dos impostos não pode acompanhá-las. De abril de 1917 a junho de 1919, a despesa de guerra dos Estados Unidos subiu a 23.159 milhões de dollars, dos quaes 7.526 producto dos impostos de guerra; ou 32,5 %.

Confrontai estes algarismos. A receita total da Allemanha, exclusive os empréstimos, não bastou para custear 10 % da guerra. A da França foi apenas de 12 %; inferior á receita ordinaria anterior a 1914. A França, pois, não retirou da tributação recurso nenhum para as despesas de guerra. A Italia pode apenas com as novas taxações, obter o sufficiente para a divida que a guerra lhe creou. A Gran Bretanha pediu aos tributos 25 % das despesas com a campanha, e os Estados Unidos 32 %. Vêde se esta ordem não corresponde exactamente á escala das difficuldades em que se debatem hoje essas nações. As que seguiram a politica do menor esforço; empréstimos e papel-moeda, encontram-se em situação cuja gravidade é proporcional ao emprego desses recursos. Aquellas que pediram meios ao imposto, multiplicado, crescente, até com exagero, estas se acham com o seu credito intacto, as suas finanças fortalecidas, a sua economia pujante.

Tiremos desta lição, que é contemporanea e flagrante, as inspirações que andamos a pedir á fantasia.

Permitta a Commissão que lhe tome alguns instantes, que serão breves a recordar os «canones da tributação», conculcados pelo regimen fiscal da União e ainda mais pelos dos Estados.

A primeira consideração a que se deve attender, para a adopção de um imposto é a sua «productividade», a qual de-

pende do seu maior ou menor gráu de «elasticidade». E' este o «criterio fiscal». O segundo é o «criterio administrativo» da efficiencia, a qual exige que o imposto seja «certo», e não sujeito a arbitrio do exactor; «commodo», quanto possivel, ao contribuinte poupando-lhe vexames; e «economico», devendo ser refugados aquelles de arrecadação dispendiosa. Este objectivo se alcança «concentrando» a taxação em numero limitado de artigos, em vez de «diffundil-a» por muitos. O terceiro criterio é o «economico», que exige seja o imposto «inocuo» á economia do paiz ou não lhe traga estorvos sensiveis. O 4.º é o «criterio ethico». A «justiça» da taxação consiste em ser ella «universal», abrangendo todos os individuos, o «igual», não de igualdade absoluta, que seria suprema injustiça, mas de igualdade relativa, proporcional á capacidade de cada qual de concorrer para a manutenção do Estado. Examinando a materia á luz destes principios, chega-se á conclusão de que o imposto deve recahir tanto sobre a riqueza (exemplo: os rendimentos) como sobre a despeza (scilicet: consumo). Menciono apenas estas classes, por serem as que interessam immediatamente ao ponto para que me encaminho.

Não ha impostos perfectos ou sociaes ou ideaes. A sabia politica fiscal consiste na escolha daquelles, que, sendo mais rendosos, sejam menos injustos, menos vexatorios ao individuo e menos estorvantes do desenvolvimento do paiz.

Capacidade tributaria do paiz

Ao entrar na parte pratica desta materia, prefiguro a objecção infallivel dos contribuintes, que não deixará de ecoar no Congresso e na imprensa. Hão de allegar que se acha exgottada a capacidade tributaria do paiz — o que é absolutamente inexacto, como passo a demonstrar.

Admitto de bom grado, que são nocivos e demasiadamente elevados os direitos de importação, e os impostos de consumo sobre alguns objectos e generos de primeira necessidade, assim como os percebidos pelos Estados sobre a exportação. Mas estes escapam á nossa alçada, e daquelles eu não hesitaria em propôr a redução, se as circumstancias actuaes o permittissem. O que se dá no paiz é a má distribuição dos impostos, de modo que são exiguamente productivos e pesam fortemente

sobre as classes populares, aggravando o encarecimento da subsistencia. Isso sómente significa que a capacidade tributaria está explorada em direcções erradas, deixando apenas esflorados os veios mais ricos.

De treze paizes constantes desta relação, sobre os quaes pude obter dados seguros, o Brasil é o que apresenta menor taxaço por cabeça.

QUADRO N. 5

Impostos *per capita* em varios paizes, nos orçamentos de 1920-21, convertidas as diversas moedas em mil réis, ao cambio medio actual de cada uma dellas.

Paizes	Unidade monetaria	Montante do imposto	Correspondentes a
Belgica	Franco	174,9	110\$000
França	Franco	374,9	240\$000
Italia	Lira	209,8	73\$500
Inglaterra	Libra	22,1	661\$550
Hollanda	Florin	66,5	229\$550
Espanha	Peseta	61,2	66\$700
Suissa	Franco	45,6	63\$840
Suecia	Corôa	86,2	155\$200
Noruega	Corôa	179,9	192\$500
Estados Unidos.....	Dollar	53,8	452\$500
Dinamarca	Corôa	177,1	211\$375
Allemanha	Marcos	687,0	74\$196
Brasil	Mil réis	33,2	33\$203

Neste quadro não são incluidas as rendas industriaes, rendas de monopolios, venda de bens publicos e outros recursos extraordinarios dos orçamentos, mas somente os impostos. A estimativa para o Brasil comprehende os impostos federaes, 90 % da receita total dos 20 Estados e do Districto Federal, em 1919, anno excepcionalmente rendoso, deixados 10 % para aquellas categorias de proventos, e 120 mil contos para os impostos municipaes, algarismo calculado sobre a receita total das municipalidades em 1912, com o acrescimo de 50 %.

Ao passo que os Algarismos da nossa taxaçoão *per capita* abrangem os impostos federaes, estaduaes e municipaes, os dos outros paizes não comprehendem as taxaçoões locaes. Ainda assim, nos achamos no ultimo logar da lista com 33\$203 *per caput*, ao passo que o suisso paga em cifra arredondada, 64\$; o hespanhol 67\$; o italiano 73\$ e o allemão 74\$ apesar da enorme depreciacão do marco e da lira; o belga 110\$; o suéco 155\$ o norueguez 192\$ o dinamarquez 210\$; o holandez 221\$; o francez 240\$; o norte-americano 452\$ e o inglez 661\$000.

Este confronto fala por si só. Com pequeno esforço poderiamos, pois, dobrar a receita dos impostos, mediante uma escolha judiciousa, e ainda assim ficariamos menos onerados do que os nacionaes dos outros doze paizes confrontados que foram, repito, os unicos de que pude colher dados fidedignos. Não ousou, entretanto, propôr o augmento da receita nessa proporção. Limite-me a tactear o campo tributario, para vêr em que sentido poderemos dar alguns passos seguros e proveitosos.

Começo pelo consumo.

Impostos de consumo

Os impostos de consumo são productivos e pouco vexatorios; mas são dos menos justos e dos mais nocivos ao incremento da producção, pois, o objectivo da producção é o consumo, e desde que este é de qualquer modo cerceado, disso se resente aquella. Demais são em regra injustos, porque recahem com peso igual sobre os pobres e os ricos, e seriam inadmissiveis numa democracia, si essa desproporção não pudesse ser corrigida por taxaçoões de outro natureza. Esse campo tributario, porém, ainda não manifesta indicios de exgottamento. Ao contrario, póde continuar a ser explorado prudentemente nos consumos superfluos, poupados os generos e artigos de primeira necessidade, afim de não aggravar-se o encarcimento da vida. A experiencia demonstra que a tributação do consumo do alcool é extremamente elastica. Sem intuitos moralizadores ou sanitarios, apenas com objectivo fiscal, podemos sem receio elevar o imposto sobre as bebidas alcoolicas em geral. O alcool não é um pro-

ducto de absorpção necessaria nem ao menos util. Si essa elevação, ao contrario do que se verifica em todos os paizes, reduzisse sensivelmente o consumo, ainda assim lucraria a economia nacional, porque as sommas delle desviadas seriam empregadas na aquisição de outras utilidades. Por outro lado nada perderia o productor, que poderia desnatural-o para fins industriaes, se não preferisse empregar a materia prima em outras applicações.

Como o alcool, o fumo é em toda parte um artigo de eleição para o fisco. A sua tributação póde alargar-se consideravelmente antes de chegar ao ponto em que a receita começa a declinar, sem risco de prejudicar a producção, porquanto é artigo de sahida illimitada; e a quantidade que se queimasse de menos no paiz, emigraria para voltar transformada em ouro ou mercadorias. Convém ainda o augmento do imposto sobre baralhos e objectos de adorno.

Nesta classe não creio que se deva ir mais longe. Elle encerra alguns impostos só comparaveis aos tributos medievaes, como os do sal, da manteiga e de outros productos alimenticios, e os de phosphoros, vestuario, etc., que pesam insupportavelmente sobre os pobres.

Aproveito o ensejo, que se me offerece, de apoiar sem reservas a condemnação aqui recentemente lavrada contra os impostos de exportação, que formam a base da receita de todos os Estados. Procuramos sempre explicar o moroso desenvolvimento da industria agricola pela falta de braços e de capitaes. Carencia de braços em rigor não existe, possuímos em numero de 60 milhões. Falta de capitaes, sim; e, accrescento eu, impossibilidade de constituil-o. Porque o capital se compõe exclusivamente pela economia, deixando de lado uma parte da riqueza produzida, afim de empregar-a na reproducção de outras. O custo de producção dos generos que formam a nossa principal riqueza agricola póde avaliar-se, na média, em 66 % do preço da venda. Os 33 % restantes são o lucro do lavrador, para sua manutenção e para reservas. Mas, os Estados tributam a exportação em 8 %, e vão aos 10 % das alcavalas de Affonso II, ultrapassam-nos e chegam a 15 e a perto de 20 % do preço, isto é, taxam o productor em 30,50 e 60 % do seu lucro. Esses

impostos desmarcados absorvem toda a quota do lucro destinada a formar o capital do lavrador, e entram frequentemente na parte necessaria para a sua manutenção. Eis ahi porque a nossa lavoura é achacada da falta chronica de braços — é porque o imposto não lhe deixa sobras para constituil-os.

O imposto sobre as vendas

Na classe dos impostos sobre a despeza inclue-se o de 1 % sobre as vendas, proposto pelo illustre Deputado senhor João Cabral, que d'elle espera pingues recursos para o orçamento. E esta uma das modalidades mais antigas da tributação. Existia na Roma de Augusto sob o titulo «*centesima rerum venalium*». Na idade média a taxa chegou até 10 % com a «alcavala». Nos Estados modernos tem sido experimentado, com mais ou menos exito, e algumas vezes abandonado, sendo certo que póde produzir renda consideravel em alguns casos .

Em começo do anno passado o banqueiro de Nova York Sr. Otto H. Kahn publicou um folheto que teve grande divulgação, propondo a "sales-tax" de 1 % sobre a venda de todos os artigos e até a transferencia da propriedade immovel. O seu objectivo era procurar um succedaneo á "excess-profits tax", que continúa a ser cobrada ao contribuinte norteamericano, levando alli o imposto sobre a renda á extravagancia de 73 %. Immediatamente (*et pour cause...*) se formou uma liga de millionarios, a «Tax League of America», para defender a idéa, que penetrou no Congresso em um projecto do Senador Smoot. Ha mais de um anno a "sales-tax" vem sendo exaustivamente debatida pela imprensa, defendida pelos órgãos plutocraticos, impugnada pelos jornaes e associações populares e pela lavoura, que organizou a "Farmer's Federal Tax League" para dar-lhe combate. O congressista Frear denunciou a campanha a favor desse imposto como uma tentativa de transladar para as costas do povo e das classes médias o peso dos 800 milhões a um bilhão de dollars pagos actualmente pelos millionarios, com a "excess-profits tax".

Esse imposto, que já foi tentado em Minas Geraes e não logrou approvação, fere os canones modernos da tributação,

e não posso dar-lhe meu voto por varias razões, das quaes citarei a principal — porque equivale a um imposto addicional de 2 a 3 % no minimo sobre a producção agricola do paiz. As industrias que operam transformações multiplas na materia prima antes de apresentarem o artigo ao commercio, poderiam supportal-o. Não assim a lavoura, cuja producção é entregue ao consumidor em ser ou com ligeiros beneficia-mentos que não alteram sensivelmente o preço. Exemplifico, com o caso do meu Estado, considerando apenas as mercadorias exportadas. A exportação mineira em 1920, elevou-se a 455.000 contos, e pagou de imposto 23.500 contos, ou 5,1 % em média. Admittindo que essas mercadorias passem apenas por duas mãos — o minimo possivel — antes de entregues ao consumo, isto é, do productor ao atacadista ou exportador e deste ao comprador de fóra do Estado, vê-se que o imposto de 1 % sobre as vendas gravaria a exportação mineira de 9.100 contos, correspondentes a um "onus" de 38,7 % sobre a receita global do imposto de exportação e á majoração de 39,2 % sobre a taxa média de 5,1 %. Julgo pois esse tributo absolutamente inadmissivel. E creio que do mesmo modo hão de pensar os representantes dos Estados que se acham empenhados na abolição gradual do imposto de exportação.

Eis o que diz sobre este imposto o mestre dos mestres em materia tributaria, o economista Seligman: "A *sales-tax* é um imposto de renda ás avessas, que descansa o seu peso onde cste menos póde ser supportado... A *sales-tax* não é expediente anglo-saxão, mas latino-americano, e repugna essencialmente aos instinctos de uma communitade democratica" (*The North American Review*, August, 1921, pag. 156).

Deixemos essa figura fiscal *ad extra*, para casos especiaes que se podem apresentar mais cedo ou mais tarde.

Impostos sobre a riqueza

A Richelieu respondeu certa vez um prelado, recalcitrante á contribuição do clero para a despeza publica, que "o povo foi feito para contribuir com seu dinheiro, a nobreza com seu sangue e o clero com suas orações". Esta resposto resume o systema tributario do antigo regimen na França. Causa, talvez, principal da revolução.

Sem adoptar confessadamente essa maxima, vimol-a praticamente na Republica, que outra cousa não são as gabelas do sal, dos tecidos de algodão, do calçado, do chapéo, do phosphoro, da louça e de productos alimentares de primeira necessidade para a população, em sua grande maioria composta de individuos que ganham apenas o sufficiente para viver. Entretanto, deixamos quasi virgem o campo tributario que as democracias devem explorar de preferencia — o dos rendimentos.

A tributação progressiva da renda é a fórmula democratica por excellencia de provêr as necessidades do Estado. Esta razão politica que bastaria por si só para fixar a preferencia da Republica nessa taxaço, é accrescida pela consideração de que esse imposto é, entre todos os adoptados no Estado moderno, o que reúne mais vantagens e menos inconvenientes.

Do ponto de vista fiscal, é o mais productivo e o mais elastico, tendo sido elevado gradualmente em alguns paizes durante a ultima guerra a 50. 70 e 80 %, taxas que ainda persistem, tres annos depois de firmada a paz, e que seriam inatingiveis em qualquer outra fórmula tributaria, sob pena de descoroçoamento da produccão e desorganização social.

Considerada sob o aspecto administrativo, apresenta grande efficiencia, demonstrada na pratica. É de percepção pouco dispendiosa e pôde ser adoptada no paiz, dentro do aparelho actual de arrecadação, ou com pequeno augmento na fiscalizaço. Já foi produzida contra o imposto da renda a allegação de ser de arrecadação complicada e exigir grande pessoal. É uma objecção improcedente. Não sei que tenha surgido na Inglaterra e nos Estados Unidos, onde essa taxaço foi levada ao extremo limite. Na França, para desenvolver a receita, de 4.500 bilhões em 1914; a 11 bilhões em 1919, augmento na sua quasi totalidade de impostos directos, bastou a elevação do pessoal de 38.000 a 39.000.

Examinado sob o criterio economico é, de todos, o imposto mais inocuo ao desenvolvimento do paiz e, com taxas moderadas, antes o estimula.

Encarado pelo aspecto ethico, é o mais justo de todos. Com a victoria universal das idéas democraticas, principal consequencia da ultima guerra, é hoje inadmissivel um paiz

de instituições liberaes, principalmente uma republica, sem o imposto geral e progressivo sobre a renda.

Allegam-se contra este tres defeitos. Primeiro, o de perturbar a accumulção dos capitaes. Este defeito é inherente á natureza de todos os tributos, neste, porém, em menor grão que em qualquer outro, salvo quando elevada a porcentagem quasi até o confisco, como as sobre-taxas de guerra da Gran-Bretanha e Estados Unidos. Ora, as taxas que propuz são extremamente modicas. O maximo da tabella que offereço é inferior ao juro minimo corrente no commercio — e nunca se allegou que juros razoaveis estorvem a constituição de capitaes.

Outro defeito irrogado a essa modalidade tributaria é o vexame imposto ao contribuinte. O processo de lançamento que engehei, de accôrdo com as condições do nosso meio, reduz ao minimo esse vexame, si o não supprime inteiramente. O terceiro sinão é a falta de certeza da materia tributada. Certeza rigorosa é com effeito impossivel de conseguir na avaliação de certos rendimentos. Mas póde-se obter approximação assás satisfactoria para o objectivo visado.

Dado o balanço ás vantagens e aos defeitos do imposto de renda, cabe áquellas grande saldo, bastante para ditar a nossa preferencia.

A relação que se segue, mostra a tendencia dos Estados modernos a pedirem aos impostos directos, e quasi sómente ao sobre a renda, contingente cada vez maior para a receita publica.

QUADRO N. 6

Receita dos impostos directos, arrecadada em 1913 e estimada nos orçamentos de 1920, e percentagem dos mesmos em relação á receita total. Em milhões.

PAIZES	Unidade monetaria	1913		1920	
		Receita dos im- dos pot. dir.	%	Receita dos im- dos pos. dir.	%
Noruega.....	Corôa.....	18	15,9	365	69,1
Dinamarca.....	Corôa.....	28	24,5	337	53,3
Estados Unidos.....	Dollar.....	0	0	3.944	51,9
Hollanda.....	Fl.....	67	33,2	275	44,7
Inglaterra.....	£.....	78	44,9	661	48,4
Hespanha.....	Peseta.....	—	—	706	44,1
Suecia.....	Coroas.....	40	17,4	304	40,9
Australia.....	£.....	1,6	9,3	16	37,4
Japão.....	Yen.....	144	21,0	341	36,0
França.....	Fr.....	992	21,9	6.423	32,5
Austria.....	Cor.....	—	—	4.174	32,0
Belgica.....	Fr.....	102	24,7	771	25,5
Italia.....	Lira.....	597	22,5	2.550	23,2
Argentina.....	Peso.....	36	9,9	39	10,0
Brasil.....	Mil réis.....	9	1,3	14.8	2,0

Note-se que em todos esses paizes cresceu de modo consideravel, não só o producto dos impostos directos — na sua quasi totalidade impostos sobre a renda — como a porcentagem com que contribuem para a receita gerar.

O ponto importante a considerar neste imposto é a taxa. Na França depois de varias alterações, as taxas eram em 1920 de 1,5 % a 20 %, com isenção das rendas inferiores a 5.000 francos. A lei de 25 de junho de 1920 modificou a anterior, elevou a isenção a 6.000 francos, por motivo da carestia de subsistencia, e a taxa vae de 2 a 49 % sobre a renda tributavel, excluidas desta ainda algumas sommas de encargos de familia. O systema francez adopta a fórmula cedular e cumulativo com esta, um imposto geral.

Na Inglaterra a *income-tax* começa a partir de £ 130, á razão de 2 pence, por libra (3,8 %), até 6 shillings (30 %), quando a renda attinge 2.500 libras. Sobre esta ha ainda a *supertax* de 4 s. 6 d. a 10 s. por libra (22 ½ a 50 %), que continúa em vigor, elevando o imposto até 80 % da renda liquida!

Nos Estados Unidos as taxas normaes da *income-tax* são de 4 a 8 % e, mais, addicionaes que a elevam a 21 %. Sobre estas ainda existe a taxa fixa de guerra de 2 % e mais outra progressiva de 1 a 50 % sobre os lucros de 5.000 a um milhão de dollars, de modo que os millionarios norte americanos são fintados em 73 % da sua renda liquida para a despeza do Estado! A redução destes impostos excessivos é um problema que não encontrou ainda solução, continuando elles a vigorar.

Deante destas taxas, as que proponho são insignificantes. É uma exploração cautelosa desse campo tributario, cuja productividade não se pôde determinar por falta absoluta de estatistica economica. Esta será levantada pelo lançamento do imposto, pernittindo então ao Congresso fazer uma redistribuição conveniente das taxas. Em toda parte, mesmo nos paizes que possuem o inventario approximado da sua riqueza, esse imposto tem começado por tacteamentos. Assim succedeu na Inglaterra, assim aconteceu nos Estados Unidos, apezar do seu perfeito serviço censitario e está se dando na França.

Para estimativas do numero e proporção dos contribuintes e da receita provavel só poderemos recorrer a dados indi-

rectos, de aproximação muito precaria. Adoptei per isso para meus calculos algarismos minimos.

A estatistica dos rendimentos na França, em 1906, accusou os seguintes resultados:

Renda média de 1.400 francos, 10.063.000 contribuintes ou 26 % da população.

Renda média de 6.500 francos, 863.000 contribuintes ou 2,2 % da população.

Renda média de 32.800 francos, 51.000 contribuintes ou 0,13 % da população.

Renda média de 94.400 francos, 13.200 contribuintes ou 0,03 % da população.

Hoje, essas rendas devem estar pelo menos triplicadas, com a inflação monetaria determinada pela guerra.

Os algarismos da Inglaterra, em 1909, eram os seguintes:

Renda média de £ 55,6 s., 19.400.000 ou 43 % da população.

Renda média de £ 1.000, 800.000 ou 1,7 % da população.

Renda média de £ 125.000, 11.500 ou 0,03 % da população.

Na Allemanha, a proporção era em 1921 a seguinte:

Renda média de 1.500 marcos, 6.128.000 habitantes ou 9,5 % da população.

Renda média de 8.000 marcos, 6.900.000 habitantes ou 10,5 % da população.

Renda média de 250.000 marcos, 4.500 habitantes ou 0,007 % da população.

Destes algarismos, que estão hoje excedidos tres, quatro e mais vezes, pela inflação monetaria geral, não se póde induzir nenhuma estimativa sobre o montante da renda do nosso paiz. Servem porém para dar idéa do modo de distribuição da riqueza na sociedade moderna. Foram apenas estas proporções que aproveitei no quadro que se segue, no qual exagerei propositadamente a nossa pobreza, avaliando a totalidade dos contribuintes em pouco mais de 4 % da população, apesar de abranger nesse numero rendas que, por muito exiguas, são excluidas das avaliações dos outros paizes, pois a tendencia democratica é reduzir ao minimo até supprimir as isenções, generalizando a taxação a todos, na proporção dos meios de cada qual.

QUADRO N. 7

Distribuição estimada das rendas individuais no Brasil e receita do imposto sobre ellas

RENDAS	Média	Contribuintes	%	Imposto fixo cedular	Receita	Imposto prog. global	Receita
1:200\$ a 2:400\$	1:800\$	1.000.000	33,0	0,5 %	9.000:000\$		
2:400\$ a 4:000\$	3:200\$	200.000	6,0	1,0 %	6.400:000\$		2.500:000\$
4:000\$ a 6:000\$	5:000\$	100.000	3,0	2,0 %	10.000:000\$		4.000:000\$
6:000\$ a 10:000\$	8:000\$	50.000	1,5	2,0 %	8.000:000\$		2.250:000\$
10:000\$ a 20:000\$	15:000\$	10.000	0,3	2,0 %	3.000:000\$		3.000:000\$
20:000\$ a 40:000\$	30:000\$	5.000	0,15	2,0 %	3.000:000\$		1.250:000\$
40:000\$ a 60:000\$	50:000\$	1.000	0,03	2,0 %	1.000:000\$		480:000\$
60:000\$ a 100:000\$	80:000\$	200	0,006	2,0 %	320:000\$		400:000\$
Mais de 100:000\$	—	100	0,003	2,0 %	200:000\$		
		1.366.300	43,989	0/00	40.920:000\$		31.880:000\$
Total	—	—	—	—	—		54.800:000\$

Na falta de outros indices de riqueza publica, que forneçam elementos para o calculo, procurei estudar a relação verificada entre o montante dos impostos directos e a exportação, em diversos paizes (Quadro n. 8). E ainda para cotejo entre o republicanismo da nossa politica fiscal com a de outros dez paizes, entre os quaes sete monarchias, apresento o quadro n. 9. Não está nessas relações incluída a Allemanha, onde os impostos directos, especialmente o da renda, que é o que nos interessa, são em grande parte da alçada dos Estados confederados.

QUADRO N. 8

Relação entre a receita dos impostos directos, orçada para o exercicio de 1920—1921 e o montante da exportação de 1919, em diversos paizes.

PAIZES	Expressos em milhões, em 1919 A	Impostos directos, em milhões 1920 B	% de B para A
Suecia, Cor.....	1.589	304	19,2 %
Hollanda, Fl.....	1.411	275	19,4
Belgica, Fr.....	2.296	771	33,5
Dinamarca, Cor.....	743	337	45,2
Noruega, Cor. (1918).....	753	365	48,4
Italia, L.....	5.189	2.550	49,1
Estados Unidos, \$.....	7.750	3.944	50,8
Inglaterra, £.....	798	661	82,6
França, Fr.....	7.429	6.423	86,4
Media geral.....	—	—	48,3
Brasil, Mil réis.....	2.178	148	0,6

QUADRO N. 9

Impostos directos e indirectos per capita em 1920

PAIZES	Unidade monetaria	IMPOSTOS		EM 1\$000 AO CAMBIO DE 16 D.	
		Directos	Indirectos	Directos	Indirectos
Belgica.....					
França.....	Franco	102,0	72,9	60\$690	43\$375
Italia.....	Franco	166,8	208,1	99\$246	123\$819
Reino Unido.....	Lira	66,9	142,9	39\$805	80\$025
Hollanda.....	£	14,1	8,0	210\$750	120\$000
Hespauha.....	Gulden	40,3	26,2	50\$052	32\$540
Suissa.....	Peseta	34,0	27,2	20\$230	16\$184
Suecia.....	Franco	23,9	21,7	14\$220	12\$911
Noruega.....	Corôa	50,0	36,2	41\$400	29\$973
Estados Unidos.....	Corôa	137,5	42,4	113\$850	35\$107
Brasil (1).....	Dollar	37,0	16,8	114\$256	51\$878
	Mil réis	0,495	17,2	\$495	17\$216

(1) Estes algarismos referem-se aos impostos federaes.

Si o nosso orçamento pedisse ao imposto directo a receita minima que se encontra nesse quadro, em relação á exportação, que é de 19,2 % obteria 418.176 contos, somma óctupla da que calculo, e quasi quadrupla da que produziria o imposto geral e progressivo que proponho, associado aos do titulo IV do projecto da receita.

Examinando a questão sob o aspecto da contribuição *per capita*, (Quadro 9) desse exame resalta que a média do imposto directo por cabeça é, nos dez paizes estudados, de 74\$449, calculadas as suas moedas ao cambio de 16 d., para contrabalançar a depreciação do franco e da lira. Calculada pelos valores actuaes, a quota do norte americano é de 228\$, a do inglez de 315\$, a do hespanhol 34\$, a do brasileiro de 495 réis! Minha proposta eleva-a-ia, incluídas as cedulas já adoptadas no orçamento a 3\$900 — á octogesima parte da contribuição do inglez e um nono apenas da quota do hespanhol, cuja riqueza está muito longe dessa proporção para a nossa.

Conclusão

Sr. Presidente, não se enquadram dentro das conveniencias partidarias assumptos como este, que dizem com altos interesses permanentes da Nação, e que por isso devem ser collocados, pelos seus representantes, ao lado, e acima da politica. Assim penso e assim procedo. Falta-me pendor para Cassandra, mas não posso fechar olhos á seriedade de uma situação sem precedentes no paiz, no momento em que já começamos a armar os pavezes e galhardetes para os festejos que ahí võem: a divida publica abeirando-se de sete milhões de contos; dous milhões e tresentos mil contos de *deficit* no ultimo decennio; a moeda nacional aviltada de 80 %; a receita em declinio; a despeza publica em augmento; as barragens do papel-moeda abertas; a arca da economia popular raspada até o fundo pelos emprestimos internos; os encargos da divida externa dobrados pelo abatimento do cambio; e, peor do que isso, senhores, a despre-occupação com que vae o Congresso elaborando, para celebrar o centenário, o orçamento da bancarrota.

Em ocasiões destas, corre a cada representante da nação o dever de expor com franqueza a sua opinião e os seus receios, e é o que faço com estas considerações, pedindo á Comissão releve a minha impertinencia, attendendo aos motivos que a inspiraram.

